

**Universidade Aberta**



**Narrativas de trabalhadoras do sexo em Luanda: contributos para discussões feministas  
sobre o trabalho do sexo**

**Rafaela Nascimento Egg**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Estudos sobre as Mulheres- Gênero, Cidadania e Desenvolvimento**

**Orientadora: Professora Doutora Teresa Maria da Conceição Joaquim**

**Novembro/2023**

## Agradecimentos

*Minha gratidão à Teresa, minha orientadora, que sempre me motivou com essa dissertação e compreendeu o componente afetivo desta.*

*Minha gratidão à Marcia, minha Mãe, que revisou esse texto pacientemente e amorosamente.*

*Minha gratidão à Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima e às outras trabalhadoras do sexo que me ensinaram a ser mais Gente no mundo.*

*Minha gratidão ao Projeto LINKAGES e a todas as pessoas que nele trabalharam que me ensinaram que é possível realizar um trabalho a partir do Amor.*

## Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

Universidade Aberta, 1 de fevereiro de 2023

Nome completo: Rafaela Nascimento Egg

Assinatura:

A handwritten signature in black ink, reading "Rafaela Nascimento Egg". The signature is written in a cursive style with a large, stylized initial 'R'.

## Resumo

Trabalho do sexo pode ser definido de várias maneiras. Pode ser considerado um contrato em que serviços sexuais são negociados consensualmente. Geralmente realizado por mulheres. A relação entre elas e os clientes (geralmente homens) vai basear as discussões feministas sobre o trabalho do sexo. Entretanto, há tensões e divergências fundamentais entre feministas.

Essa investigação qualitativa teve como objetivo dar espaço de fala e escuta de histórias de vida de quatro trabalhadoras do sexo em Luanda e fornecer contributos para discussões feministas sobre o trabalho do sexo. Seus contributos são descritos em 23 temas. Seus posicionamentos se alinham mais com o entendimento do trabalho do sexo como trabalho, ainda que complexo.

Suas histórias são marcadas por idas e vindas de quebras com e adesão a papéis de gênero mais tradicionais. A necessidade econômica surge como a razão de entrada, retorno e permanência no trabalho do sexo, principalmente para prover para suas famílias. Elas solicitam apoio para sair do trabalho do sexo, embora destaquem que essa decisão é delas. Esse apoio poderia tomar forma de programas de enfrentamento à pobreza (transferência de renda), de apoio às trabalhadoras do sexo e descriminalização do trabalho do sexo.

As histórias das trabalhadoras do sexo chamam a atenção para se pensar o feminismo como um espectro que vai desde uma resistência à desigualdade de gênero no âmbito individual até a militância em espaços políticos de mudança de estruturas sociais baseadas em desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Trabalho do sexo; África, Angola, trabalhadoras do sexo, feminismo

## Abstract

Sex work has been defined in many forms. One definition is as a contract in which sexual services are negotiated by a sex worker and a client in a consensual manner. Typically, sex workers are women and the clients, men. Their relationship prompts feminist discussions on what constitutes sex work. However, there are tensions and fundamental disagreements amongst feminists.

This qualitative study aims to provide space of active listening to the life stories of four sex workers in Luanda, and contribute to the feminist discussions on sex work. Their contribution is detailed in 23 topics. The sex workers' perceptions are consistent with the understanding that sex work is work, albeit a complex form of work.

Participants' life stories are marked by both adherence with and defiance to traditional gender roles. Economic necessity drives them to enter, return to and stay in sex work, especially to provide for their families. Sex workers demand support to leave sex work, although they stress that this is their decision alone. This support could take the form of programs to reduce poverty (such as income transfer programs), and other forms of direct support to sex workers and decriminalisation of sex work.

The life stories of the sex workers call for a feminism envisioned as a spectrum between individual resistance to gender inequalities to militancy in the political sphere aiming changes in social structures based on gender inequalities.

**Key words:** Sex work, Africa, Angola, sex workers, feminism

# Índice

Índice de Tabelas	viii
Lista de siglas e acrónimos	ix
1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	6
2.1. Trabalho do sexo: alguns apontamentos básicos	6
2.2. Principais discussões feministas em torno do trabalho do sexo	10
2.2.1. Trabalho do sexo no feminismo radical	14
2.2.2. Trabalho do sexo no feminismo pró-prostituição	19
2.2.3. Corporeidades e subjetividades no trabalho do sexo	22
2.2.4. Contribuições das trabalhadoras do sexo para discussões feministas e igualdade de gênero	25
2.2.5. Feminismo e trabalhadoras do sexo africanas e do Terceiro Mundo	27
2.2.6. Trabalho do sexo e empoderamento: algumas reflexões	30
2.3. Principais marcos legais quanto ao trabalho do sexo	34
3. Enquadramento Metodológico	40
3.1. A busca pelo método	40
3.2. Histórias de Vida como método investigação	42
3.3. Apresentação das trabalhadoras do sexo entrevistadas	44
3.4. Sobre a relação com as trabalhadoras do sexo	45
3.5. As entrevistas: o momento de escuta das histórias de vida	46
3.6. Conflitos de interesses	47
3.7. Análise das histórias de vida	47
4. Resultados	49
4.1. Infâncias marcadas por papéis de gênero tradicionais	49
4.2. Sexualidade como espaço de controle dos outros e espaço de vergonha	51
4.3. Necessidade econômica como motivação para o trabalho do sexo	53
4.4. As portas do trabalho do sexo são abertas por outras mulheres ou meninas	55
4.5. Objetificação sexual	56
4.6. Entrada no trabalho do sexo marcada por inocência	58
4.7. Entrada no trabalho do sexo: escolha e falta de escolha	59
4.8. Autonomia econômica: consciência de gerir o próprio dinheiro	60
4.9. Negociação no trabalho do sexo	61

<b>4.10. Experiência de amor em relacionamento pessoal</b>	62
<b>4.11. Experiência da conjugalidade marcada por papéis tradicionais de gênero</b>	64
<b>4.12. Retorno para o trabalho do sexo</b>	67
<b>4.13. Necessidade econômica como razão para o trabalho do sexo</b>	68
<b>4.14. A dimensão do sacrifício</b>	69
<b>4.15. Nem tudo são flores no trabalho do sexo</b>	70
<b>4.16. Trabalho do sexo é trabalho</b>	72
<b>4.17. Percepção quanto a ser trabalhadora do sexo</b>	73
<b>4.18. Dimensão racial no trabalho do sexo</b>	74
<b>4.19. Trabalho do sexo e HIV</b>	76
<b>4.20. Medidas de apoio para trabalhadoras do sexo</b>	78
<b>4.21. A decisão de sair do trabalho do sexo é da trabalhadora do sexo</b>	81
<b>4.22. Sonhos para o futuro</b>	82
<b>4.23. Sobre contar sua história de vida</b>	83
<b>5. Conclusões</b>	86
<b>5.1 Resumo das principais conclusões acerca do trabalho do sexo</b>	86
<b>5.2. Recomendações para ação</b>	88
<b>5.3. Ser sujeito de privilégio: o incômodo necessário</b>	90
<b>5.4. Contribuições da presente investigação e sugestões de investigações futuras</b>	92
<b>5.5. Por fim, mas não menos importante: quem é feminista?</b>	94
<b>6. Referências Bibliográficas</b>	97

## Índice de Tabelas

Tabela 4.1.1: Infâncias e trabalho doméstico	49
Tabela 4.1.2: Sonho de estudar	51
Tabela 4.4.1: Entrada no trabalho do sexo mediada por outras mulheres ou meninas	55
Tabela 4.6.1: Inocência com relação ao trabalho do sexo	58
Tabela 4.8.1: Autonomia econômica	60
Tabela 4.10.1: Experiência de amor em relacionamento pessoal	63
Tabela 4.11.1: Experiência da conjugalidade marcada por papéis tradicionais de gênero	65
Tabela 4.12.1: Retorno para o trabalho do sexo	67
Tabela 4.13.1: Necessidade econômica como razão para o trabalho do sexo	69
Tabela 4.14.1: A dimensão do sacrifício no trabalho do sexo	70
Tabela 4.15.1: Experiências negativas no trabalho do sexo	71
Tabela 4.18.1: Dimensão racial no trabalho do sexo na relação com o cliente	75
Tabela 4.19.1: Trabalho do sexo e HIV	76
Tabela 4.20.1: Medidas de apoio para trabalhadoras do sexo	79
Tabela 4.22.1: Sonhos para o futuro	82
Tabela 4.23.1: Sobre contar sua história de vida	84

## Lista de siglas e acrónimos

HIV: Vírus da Imunodeficiência Humana

ITS: Infecção de Transmissão Sexual

LGBTIQ: Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênero, intersexo e queer

ONG: Organização não governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PEPFAR: Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da AIDS

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## 1. Introdução

Entre 2016 e 2019, eu realizei um trabalho de mobilização comunitária e desenvolvimento de competências de trabalhadoras do sexo em Luanda/Angola no contexto de um projeto de prevenção e tratamento do HIV, financiado por uma organização não governamental internacional (ONG). Uma das minhas atribuições era treiná-las e supervisioná-las na sua abordagem com pares para prevenção e tratamento do HIV nos locais onde trabalhavam. Um processo de educação, portanto.

A relação que iria se estabelecer entre mim e elas ecoa Paulo Freire (1997), quando ele diz que quem ensina, aprende e quem aprende, ensina. Ou seja, eu mesma fui transformada nesse processo de ensiná-las e aprender com elas. Minha história de vida se misturou com e foi afetada pelas histórias de vida das trabalhadoras do sexo com quem tive contato.

Meu conhecimento prévio acerca do trabalho do sexo era marcado por dicotomias inerentes às discussões costumeiras acerca do tema: é trabalho ou não? As trabalhadoras do sexo são exploradas ou não? As trabalhadoras do sexo são vítimas sem agência ou mulheres empoderadas? As trabalhadoras do sexo podem ser consideradas feministas ou reforçam a opressão contra as mulheres? (Anderson, 2002; ICRSE, 2016; Kabeer, 1999; Scoular, 2004). Essa maneira dicotômica de circunstanciar o trabalho do sexo logo mostrou-se insuficiente para fazer face à complexidade e contradições e para contemplar as histórias das trabalhadoras do sexo com as quais eu entrava em contato. Narrativas cheias de resistência, pequenos heroísmos, escolhas e empoderamentos, mas também de muita violência, opressão, sofrimento e traumas. Assim como Cunha (2010), havia me deparado com narrativas femininas que me fizeram questionar os sentidos possíveis para o empoderamento.

A convivência com o mundo do trabalho do sexo por meio das trabalhadoras do sexo me desafiou a pensar o sexo em si a partir de outros prismas, como uma experiência comercial, sem vínculo afetivo e até marcado por sentimentos como nojo e repulsa. Ao

mesmo tempo, aquelas mulheres me mostraram outras possibilidades de atuar no sexo como mulheres, seja na maestria do jogo da sedução e do desejo, na capacidade de negociação financeira, acordo com relação a práticas sexuais, ainda que também com sentimentos de estigma, vergonha e culpa.

Nossa relação estava também circunstanciada em marcadores sociais de raça, classe e nacionalidade. Eu, branca, com escolaridade alta, estrangeira, com renda alta, em uma posição sênior no projeto. As trabalhadoras do sexo, negras, com baixa escolaridade, algumas até analfabetas, oriundas de classes desfavorecidas, em um trabalho marginalizado. As distâncias sociais não poderiam ser maiores, a desigualdade de poder estava dada. Mas a convivência trouxe também trocas afetivas significativas, de maneira que, aos poucos, uma relação humana genuína de escuta, empatia, aprendizado mútuo e até conflitos começou a se desenvolver. E com isso também a possibilidade de uma identificação como mulheres, no sentido de todas nós termos nascido e crescido em sociedades patriarcais e experienciado restrições em nossas vidas devido à discriminação de gênero. Muito embora minhas oportunidades sejam muito mais amplas do que as delas, devido a minha condição racial e de classe social, oportunidades que aquelas mulheres nunca terão.

Em paralelo, à época, eu havia começado este Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Leituras e discussões feministas estavam na ordem do dia. Comecei, então, a estudar e elaborar sobre o trabalho do sexo do ponto de vista das discussões feministas. Mas a distância entre o mundo das trabalhadoras do sexo com quem eu convivia e o das discussões acadêmicas não podia ser mais larga. E assim me vi entre esses dois mundos. Ou talvez, no trânsito entre esses dois mundos tão desconexos, o da Academia e o da vida real das trabalhadoras do sexo. Vi-me no papel de uma mediadora: trazendo a perspectiva de vida destas para meus estudos feministas, ao mesmo tempo em que esses estudos informavam minha intervenção junto a elas. Em paralelo, percebi que eu não tinha um entendimento próprio sobre o que é feminismo per se.

Comecei a compreender que minha localização entre mundos seria o lócus da minha investigação. Fazer aqueles mundos conversarem, meu objetivo. Minha investigação nasce, portanto, da minha experiência profissional e pessoal, da genuína motivação de entender mais e melhor as trabalhadoras do sexo com quem eu trabalhava, ao mesmo tempo de dar espaço para elas próprias se colocarem (Carmo, 2013).

O primeiro objetivo da pesquisa é dar espaço para que um grupo de trabalhadoras do sexo em Luanda, com quem eu convivi, conte suas histórias. Um espaço para que se sintam *“presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como não-eu [no caso eu como investigadora], se reconhece como si própria. Presença que pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe”* (Freire, 1997, p.20).

Neste sentido, a pesquisa é relevante, porque se propõe a traduzir a experiência das próprias trabalhadoras do sexo a partir de suas vozes. O exercício do traduzir-se na linha do que fala Anzaldúa, o narrar-se que nunca é um espelho de uma suposta essência interna, mas ato que desloca, transforma e altera o sujeito (Costa & Ávila, 2005). Exercício que contribui, em si mesmo, para o resgate do papel de sujeito (Criado, 1997).

Em seguida, se fará a análise de conteúdo das histórias de vida e identificação de possíveis contributos para discussões feministas acerca do trabalho do sexo. Espera-se que a análise dessas histórias possa lançar novas luzes às seguintes questões (mas não limitadas a elas):

- Qual é a percepção dessas mulheres como trabalhadoras do sexo?
- Quais são os sentidos possíveis para empoderamento no âmbito do trabalho do sexo?
- Que idiosincrasias surgem com relação à percepção do trabalho do sexo?
- Quais são suas demandas sociais?

A presente investigação está dividida nos seguintes capítulos:

- Enquadramento teórico: no primeiro capítulo, farei um panorama acerca do trabalho do sexo e depois explorarei as principais correntes feministas com relação ao trabalho do sexo (feminismo radical e feminismo pró-prostituição). Farei uma breve discussão sobre corporeidades e subjetividades no trabalho do sexo, assim como os principais marcos legislativos acerca dessa ocupação. Em seguida, irei apresentar contribuições das discussões do trabalho do sexo para o feminismo como um todo, uma discussão do trabalho do sexo no “Terceiro Mundo” e lacunas do feminismo nessa discussão. Finalmente, farei um breve apanhado sobre o conceito do empoderamento.

- Enquadramento metodológico: no segundo capítulo, irei explicar minha busca por um método que fosse adequado ao objeto de estudo e que também levasse em conta minha relação com as trabalhadoras do sexo do estudo, assim como esse espaço de protagonismo para elas. Apresentarei o método de *histórias de vida*. Depois farei considerações acerca do projeto de HIV do qual fizemos parte e um breve perfil dessas mulheres. Finalmente, exporei o processo de realização das entrevistas e de sua análise.

- Resultados: no terceiro capítulo, serão feitas a análise de conteúdo das histórias de vida, a interpretação dos temas e correlações com discussões feministas. Foram identificados 23 temas:

- Infâncias marcadas por papéis de gênero tradicionais
- Sexualidade como espaço de controle dos outros e espaço de vergonha
- Necessidade econômica como motivação para o trabalho do sexo
- As portas do trabalho do sexo são abertas por outras mulheres ou meninas
- Objetificação sexual
- Entrada no trabalho do sexo marcada por inocência
- Entrada no trabalho do sexo: escolha e falta de escolha
- Autonomia econômica: consciência de gerir o próprio dinheiro
- Negociação no trabalho do sexo
- Experiência de amor em relacionamento pessoal
- Experiência de conjugalidade marcada por papéis tradicionais de gênero

- Retorno para o trabalho do sexo
- Necessidade econômica como razão para o trabalho do sexo
- A dimensão do sacrifício
- Nem tudo são flores no trabalho do sexo
- Trabalho do sexo é trabalho
- Percepção quanto a ser trabalhadora do sexo
- Dimensão racial no trabalho do sexo
- Trabalho do sexo e HIV
- Medidas de apoio para trabalhadoras do sexo
- A decisão de sair do trabalho do sexo é da trabalhadora do sexo
- Sonhos para o futuro
- Sobre contar sua história de vida

- Conclusões: no último capítulo, farei um resumo dos principais aspectos trazidos pelas trabalhadoras do sexo entrevistadas, destacando alguns pontos para serem considerados em intervenções. Farei uma reflexão sobre a experiência localizada dessas mulheres e da minha experiência localizada como investigadora. Farei algumas considerações sobre o impacto dessa investigação para a produção feminista acadêmica sobre o Continente Africano, ao mesmo tempo em que farei sugestões de investigações futuras. Por fim, mas não menos importante, irei partilhar meu entendimento sobre feminismo a partir da minha intervenção profissional junto às trabalhadoras do sexo e a partir dessa investigação.

## 2. Enquadramento Teórico

### 2.1. Trabalho do sexo: alguns apontamentos básicos

O trabalho do sexo é um conceito histórico-social, portanto, flexível, sujeito a mudanças ao longo do tempo (Kempadoo, 1998). A prostituição remonta a tempos imemoriais, invariavelmente ligada à figura da prostituta. Ou seja, tradicionalmente associada a mulheres. Figura aquela articulada como mulher imoral, desviante, suja, promíscua, vetora de doenças e degradação na sociedade. Ideias em torno da prostituição e das prostitutas, entretanto, continuam prevalentes até hoje no imaginário social e influenciam os discursos atuais sobre o trabalho do sexo (Grant, 2014).

O conceito de trabalho do sexo como alternativa ao da prostituição surge a partir dos anos 1970, na esteira da criação das primeiras associações de trabalhadoras do sexo na Europa e nos Estados Unidos (Grant, 2015). Nesse tempo, sem precedentes, elas começam a falar em nome próprio e a influenciar a discussão pública sobre trabalho do sexo (NSWP, 2015). Essas associações tinham como demanda a descriminalização do trabalho do sexo, seu reconhecimento como forma de trabalho e a promoção dos direitos humanos das trabalhadoras do sexo (Grant, 2014).

Essas discussões em torno do trabalho do sexo acarretam um deslocamento simbólico importante entre a figura da prostituta e a da trabalhadora do sexo. Trabalho do sexo e trabalhadora do sexo são termos políticos que privilegiam o entendimento do trabalho do sexo como uma atividade que gera renda ou uma forma de trabalho; e a trabalhadora do sexo como a pessoa que realiza tal trabalho (Smith & Mac, 2018), ao invés de uma atividade imoral, que associa uma identidade estigmatizada à mulher que o faz (prostituta) (Kempadoo, 1998). O termo trabalhadora do sexo é atualmente utilizado amplamente por agências, organizações internacionais e, mais importante, é o termo utilizado pelas próprias trabalhadoras do sexo (NSWP, 2015; Richter, 2012): *“as trabalhadoras do sexo começaram a rejeitar a definição estreita de ‘prostituta’ e*

começaram a usar o termo 'trabalhadora do sexo'" (NSWP, 2015, p. 4)<sup>1</sup>. Entretanto, nem todas mulheres no trabalho do sexo querem se identificar como trabalhadoras do sexo devido ao estigma associado à sua ocupação (NSWP, 2000).

Durante os últimos 30 anos, a demanda por serviços sexuais aumentou exponencialmente, diversificou-se espacial e virtualmente, constituindo, hoje, o que muitos autores/as chamam de indústria do trabalho do sexo. Ao trabalho do sexo tradicionalmente realizado nas ruas ou em bordéis se soma uma infinidade de outros tipos de serviço sexual como serviços de acompanhante, trabalho do sexo online, sexo por telefone, peep shows, shows de strip-tease, filmes pornográficos, shows de sexo ao vivo, clubes fetichistas, turismo sexual (Bernstein, 2008; Grant, 2014; Smith & Mac, 2018).

Paralelamente a essa diversificação, começam a ocorrer também mudanças quanto ao vínculo entre as pessoas envolvidas no trabalho do sexo. Há situações em que não há necessariamente uma troca "profissional" de serviço sexual, mas a intimidade em si de alguma maneira é mercantilizada, não necessariamente configurando uma relação típica entre trabalhadora do sexo e cliente (Piscitelli, 2016).

Por exemplo, o sexo transacional surge como um arranjo financeiro em troca de sexo no âmbito de relacionamentos amorosos ou de amizade. O sexo pode ser trocado por outras formas de compensação, como presentes, roupas, telemóveis, viagens, comida, aluguel, entre outros (Piscitelli, 2016; Richter, 2012). Para Richter (2012), o sexo transacional estaria em um continuum com outros dois "tipos" de trabalho do sexo: sexo por sobrevivência, realizado para aliviar extrema pobreza; e o trabalho do sexo típico, arranjo financeiro profissional entre um cliente e uma trabalhadora do sexo, em que aquele lhe paga por serviços sexuais.

Em face dessas mudanças sociais e simbólicas no trabalho do sexo, feministas, agências internacionais e ativistas têm debatido diferentes noções do trabalho do sexo para dar

---

<sup>1</sup>Citação no original: "*Sex workers began rejecting the narrow definition of 'prostitute' and started using the terms 'sex work'...*".

conta dessa pluralidade de contextos. Debatem o que de fato é comprado no trabalho do sexo (Bernstein, 2008). Nem sempre fica claro quem é ou não trabalhadora do sexo (Piscitelli, 2016; Richter, 2012).

Muitos autores e autoras começam, então, a utilizar termos mais amplos que abarcam não só a transação sexual tipicamente comercial/profissional (trabalho do sexo mais tradicional), mas também outras trocas sexuais e econômicas, como as descritas acima. É o que as feministas brasileiras vão chamar de mercados do sexo, e o que autoras internacionais definirão como economias sexuais. Esse leque mais amplo de trocas sexuais representa um continuum entre si, com transição fluida de uma para outra (Piscitelli, 2016).

Para efeito da presente investigação, se definirá trabalho do sexo como uma transação consensual de dinheiro ou bens por serviços sexuais realizados regular ou ocasionalmente (ICRSE, 2016; Open Society Foundations, 2015; UNAIDS, 2010). Ele se aproxima de trabalhos de prestação de serviços, que envolvem satisfação da demanda do cliente e negociação dos termos do serviço (França, 2015). O trabalho do sexo pode ser visto como um arranjo contratual em que serviços sexuais são negociados entre dois adultos e envolve consentimento de ambas as partes (UNAIDS, 2010).

Os locais onde o trabalho do sexo ocorre variam desde ruas e bordéis até estabelecimentos em rodovias, mercados, postos de gasolina, paradas de caminhões, parques, hotéis, bares, restaurantes e casas privadas. Podem ser formalizados ou não (UNAIDS, 2010).

Em todo o mundo, e o continente africano não é exceção, trabalhadores/as do sexo podem ser homens ou mulheres cisgênero, mulheres ou homens transgênero, pessoas *queer* ou homossexuais. Embora haja experiências compartilhadas em função da mesma atividade, a experiência de cada grupo apresenta particularidades em função da orientação sexual e da identidade de gênero diferenciadas (ICRSE, 2016; Mgbako, 2016; Open Society Foundations, 2015; UNAIDS, 2010). A maior parte das pessoas no trabalho do sexo, entretanto, são mulheres ou meninas, e a maior parte dos clientes são homens

(Smith & Mac, 2018; UNAIDS, 2010). E essa vai ser a linha de análise desta investigação, razão pela qual as trabalhadoras do sexo são sempre mencionadas no feminino, e subentende-se que clientes são homens.

A entrada no trabalho do sexo é influenciada por vários fatores. Ocorre em um espectro que vai desde a escolha livre até a coerção ou tráfico de pessoas. Muitas pessoas entram no trabalho do sexo em função de condições adversas, como pobreza ou desigualdade de gênero, ainda que não envolvam coerção diretamente. Outros fatores podem ser dívidas, baixa escolaridade, falta de oportunidades profissionais, desestrutura familiar, dependência de drogas, situações de conflito. Muitas meninas e mulheres entram no trabalho do sexo para escapar de suas famílias, casamentos infantis ou até mesmo para contribuir com a renda familiar. A maior parte o faz em função de pressões econômicas (UNAIDS, 2010). A maior parte das trabalhadoras do sexo gostaria de sair do trabalho do sexo (NSWP, 2000).

A idade de entrada é bem variada: algumas o fazem quando ainda adolescentes, outras o fazem mais tarde, depois de casamentos e filhos. A situação laboral é diversa. Algumas não têm nenhuma experiência laboral para além do trabalho do sexo; outras experienciam outros tipos de trabalho, mas se desempregam; outras conciliam o trabalho do sexo com outras fontes de renda (Oliveira, 2013).

As trabalhadoras do sexo sofrem vários abusos de seus direitos (ICRSE, 2016), na forma de abuso policial, falta de acesso à Justiça e discriminação na saúde. Há uma intersecção<sup>2</sup> de fatores que resultam nesses abusos: leis discriminatórias e criminalização do trabalho do sexo, transfobia, racismo, homofobia, tráfico de pessoas e HIV (Mgbako, 2016). Muitas sofrem violência na família em função do seu trabalho. Não é incomum que sejam banidas de suas comunidades, sofram rejeição familiar, tenham seus bens confiscados ou

---

<sup>2</sup>A imagem que auxilia no seu entendimento é a de diversas avenidas (gênero, raça, classe, casta, religião, origem nacional e sexualidade etc), em que cada uma das quais circula um eixo de opressão e poder. Os cruzamentos representam, pois, a confluência do tráfico de várias avenidas. Mulheres que se encontram nas intersecções de avenidas de subordinação (como mulheres negras) vivenciam múltiplas vulnerabilidades, não visíveis se olharmos apenas para as “avenidas” (Crenshaw, 2002).

até mesmo sofram violência sexual ou física. Aquelas que deixaram suas famílias quando ainda muito jovens têm dificuldades para se reintegrarem (UNAIDS, 2010).

## 2.2. Principais discussões feministas em torno do trabalho do sexo

A relação entre mulheres trabalhadoras do sexo e homens clientes vai ser a base das discussões feministas sobre o trabalho do sexo, que ganham movimento a partir do século XX (Grant, 2014). Primeiramente, é interessante fazer um breve apanhado sobre o que é feminismo antes de se adentrar nessas discussões.

Não há consenso em torno de uma definição de feminismo. A imprecisão do termo se agrava quando se usam termos como movimento de mulheres ou movimento feminista em substituição ao do feminismo. Muitos autores/as se perguntam se é possível delinear uma definição de feminismo (MacBride & Mazur, 2008).

Movimento de mulheres seria uma ação coletiva de mulheres, organizadas explicitamente com o fim de colocar demandas políticas em função de suas identidades de mulher na esfera pública em prol da igualdade de gênero<sup>3</sup>, de maneira a transformar instituições e incidir em agendas governamentais e políticas. A definição do “ser mulher” varia ao longo do tempo e em diferentes geografias, de maneira que há uma pluralidade de possibilidades de “ser mulher”. Atualmente, por exemplo, se discute a consideração de mulheres-trans como mulheres e, conseqüentemente, sua participação no movimento de mulheres. Esse entendimento de movimento de mulheres exclui a possibilidade de

---

<sup>3</sup>O conceito de gênero se correlaciona com o conceito de sexo: aquele seria a construção social das diferenças entre os sexos. Esse entendido como atributos biológicos anatômicos inerentes aos sexos masculino e feminino. Estes conceitos se confundem na prática na medida que muitos atributos sociais são entendidos como parte da biologia. Por exemplo, que mulheres são naturalmente responsáveis pelas tarefas reprodutivas, enquanto os homens, pelas atividades de produção. E que a hierarquia do sexo masculino (homens) sobre o sexo feminino (mulheres) seria “natural”. Há correntes feministas que entendem que o binarismo sexo/gênero seria muito mais complexo na prática e que o próprio gênero construiria o sexo. Muitas feministas criticam o uso excessivo do termo gênero, pois seria preciso indicar o sexo como categoria importante de representação das mulheres, como por exemplo nas cotas para representação política feminina em partidos (Mathieu, 2009). Quando se fala em igualdade de gênero, se privilegia o foco na igualdade entre homens e mulheres a partir de uma discussão sobre as construções sociais com relação aos sexos, desnaturalizando atributos e relações de poder que supostamente fariam parte da biologia. Mas na prática, muitas vezes se usa a expressão igualdade entre os sexos, o que parece indicar a complexidade da relação entre os termos sexo e gênero.

homens fazerem parte do movimento (MacBride & Mazur, 2008). Também não se inserem no conceito de movimento de mulheres associações ou coletivos de mulheres que não se organizam para a demanda de direitos específicos para mulheres. Nesse caso, será considerada outra forma de ação coletiva. O movimento de mulheres pressupõe uma consciência de gênero, ou seja, reflexão acerca das desigualdades experienciadas pelas mulheres e das relações entre homens e mulheres como sendo socialmente construídas, portanto, passíveis de transformação (Fougeyrollas-Schwebel, 2009; MacBride & Mazur, 2008).

Alguns/as autores distinguem movimento feminista/feminismo de movimento de mulheres. Para algumas feministas, o movimento de mulheres seria um movimento social de luta contra as discriminações sexistas, o patriarcado, e de promoção da igualdade<sup>4</sup>. Para outras, o objetivo do feminismo seria desconstruir as diferenças sociais entre os sexos. Não seria simplesmente uma partilha de poder entre homens e mulheres, mas uma transformação social das relações entre os sexos, uma transformação profunda das estruturas sociais baseadas no gênero (Fougeyrollas-Schwebel, 2009; Trat, 2009).

Muitas mulheres ativistas pelos direitos das mulheres, especialmente as de países do Sul, têm certa reserva em se identificarem como feministas, dado que o feminismo é associado com feministas ocidentais, eurocêntricas e burguesas. Outras mulheres não querem ser identificadas com associações feitas com as feministas, como mulheres que odeiam homens, antifamília. Ou seja, as imagens associadas ao feminismo/feministas influenciam a maneira como as mulheres se apresentam como feministas ou não (Delmar, 2001; Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

Alguns autores/as consideram mulheres que fazem parte do movimento de mulheres como feministas. Para complicar mais essas questões, posições feministas podem ser

---

<sup>4</sup>Patriarcado em linhas gerais pode ser utilizado como sinônimo de opressão feminina ou dominação masculina. Sistema social em que os homens detêm o poder. Termo adotado pelas feministas a partir dos anos 1970 para designar o sistema social a ser desconstruído pelo movimento de mulheres e feminismo (Delphy, 2009).

assumidas por outros atores que não sejam as mulheres, como homens (MacBride & Mazur, 2008).

O feminismo contemporâneo é fragmentado em intersecções com raça, classe, capitalismo, socialismo, marxismo, orientação sexual, de maneira que há “vários” feminismos. Linhas que nem sempre dialogam entre si e se identificam sob um marco maior “feminismo”. Por outro lado, o que seria, ao contrário, um fator aglutinador entre essas diferentes linhas feministas? Uma suposta identidade comum em função da categoria “mulher”, como ator político? Neste caso, o que definiria “mulher”<sup>5</sup>? Essa identidade comum seria o laço que permitiria solidariedade entre todas as feministas ou ativistas pelos direitos das mulheres a despeito das diferenças, também conhecida como sororidade. Essa suposta unidade, entretanto, se mostra delicada na prática (Delmar, 2001; Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

A definição de feminismo é um debate contínuo e inacabado. Mas, em linhas gerais, o feminismo é um projeto político de transformação social, de desconstrução de relações de poder entre homens e mulheres a partir das diferenças sociais dos sexos, de promoção da igualdade para as mulheres (sem eliminar as diferenças) em todos os âmbitos da vida, mesmo que partindo de premissas diferentes de como atingir essa igualdade.

É esse também o ponto de chegada para todas as feministas e ativistas que discutem o trabalho do sexo, independentemente de seus posicionamentos. Feministas e ativistas também concordam que a desigualdade de gênero é fator significativo no trabalho do sexo, presente nos fatores que levam mulheres ao trabalho do sexo, nas dificuldades para sair dele, no fato de que a maior parte das pessoas no trabalho do sexo sejam mulheres, e nas condições em que o trabalho do sexo é realizado.

Apesar de pontos em comum, a discussão do trabalho do sexo no feminismo é marcada por tensões entre as vertentes principais com relação ao tema: feminismo radical e

---

<sup>5</sup>Costa (1998) traz um contraponto interessante para essa discussão quando reclama a necessidade da categoria mulher no campo político (o que invocaria um certo “essencialismo estratégico”), ao mesmo tempo que não existe essencialismo intrínseco no ser mulher.

feminismo pró-prostituição<sup>67</sup> (Richter, 2012). Não há sinal de que essas tensões estejam arrefecendo. Segundo Jeffreys (2009), ferrenha feminista radical, as feministas radicais não irão desistir dos seus posicionamentos, mesmo que, atualmente, o feminismo pró-prostituição esteja a ganhar cada vez mais terreno. Muitas feministas radicais rotulam pejorativamente as feministas e ativistas pró-prostituição como “lobby da cafetinagem<sup>8</sup>” (ICRSE, 2016).

Em poucas palavras, o feminismo radical privilegia a dimensão “sexo” do trabalho do sexo, enquanto que o feminismo pró-prostituição, “trabalho” (Smith & Mac, 2018). Por consequência, há divergências fundamentais na forma como essas vertentes feministas vão abordar temas como consentimento, sexualidade, normas de gênero, se o trabalho do sexo é trabalho ou não e o papel do enquadramento legal em torno do trabalho do sexo (Grant, 2014).

Há um volume crescente de críticas a esse debate feminista como um todo em torno do trabalho do sexo. Muitas pessoas consideram esses debates abstratos ou teóricos, marcados por dicotomias, que acabam por ser mais uma plataforma para que pessoas exponham suas contribuições intelectuais, morais e políticas, em que se perde o objetivo de se pensar sobre como melhorar a vida das pessoas que exercem o trabalho do sexo (Grant, 2014; ICRES, 2016). Trabalhadoras do sexo criticam debates que focam mais no significado simbólico e teórico do trabalho do sexo do que no componente material, nas condições em que o trabalho do sexo é exercido (Smith & Mac, 2018). Na mesma linha,

---

<sup>6</sup>Nem todas feministas que discutem o trabalho do sexo se identificam necessariamente com essas vertentes (ICRSE, 2016).

<sup>7</sup>Há uma outra vertente menos prevalente, *sex positivity*, que discute o trabalho do sexo como experiência de diversidade sexual que representaria autorrealização tanto para a trabalhadora do sexo quanto para o cliente. Essa não é a experiência da maior parte das trabalhadoras do sexo, entretanto. As que derivam mais prazer da sua profissão são menos marginalizadas, com melhores condições de vida, geralmente brancas. Esse posicionamento traz a ilusão de que cliente e trabalhadora do sexo estão unidos nos seus interesses: experiência erótica, sexo quente, quando na verdade a trabalhadora do sexo quer ser paga (imperativo econômico). O risco dessa discussão é invisibilizar situações de abuso e condições adversas nas quais o trabalho do sexo é realizado e esvaziar ativismo pelos direitos das trabalhadoras do sexo (Smith & Mac, 2018).

<sup>8</sup>Cafetinagem é o termo utilizado no Brasil para descrever a promoção da prostituição de outra pessoa. Quem o faria seria considerado cafetão/cafetina, ou no português de Portugal, chulo.

Mgbako (2016) questiona as razões pelas quais muito tempo tem sido dado à discussão se o trabalho do sexo é inerentemente exploração e pouco tempo para discutir os abusos que as trabalhadoras do sexo sofrem, seja nas mãos da polícia ou clientes, seja nas condições adversas de trabalho ou na falta de acesso à Justiça ou Saúde.

Seja como for, é importante entender cada uma dessas linhas de discussão feminista em torno do trabalho do sexo, conforme vemos a seguir.

### **2.2.1. Trabalho do sexo no feminismo radical<sup>9</sup>**

Essa vertente feminista considera a sexualidade como espaço primordial de dominação e submissão de gênero. A experiência das mulheres é reduzida à sua sexualidade e, no contexto da desigualdade de gênero, a uma sexualidade subordinada (ICRSE, 2016).

O feminismo radical também é considerado essencialista, na medida em que aplica um entendimento universal e homogêneo acerca do trabalho do sexo, da trabalhadora do sexo e do cliente que não se altera histórica e socialmente (Weitzer, 2005). O trabalho do sexo é expressão da desigualdade de poder entre o homem cliente e a mulher trabalhadora do sexo (Anderson, 2002). É inerentemente espaço de exploração e violência de gênero, porque reforça a submissão sexual da mulher. Em poucas palavras, o trabalho do sexo está a serviço do patriarcado. As mulheres não só se subordinam aos homens, mas se subordinam à própria subordinação (ICRSE, 2016; Kempadoo, 1998).

O consentimento não é legítimo, pois se dá em um contexto de violência de gênero, de submissão sexual (Ribeiro, 2015) e de condições de falta de segurança física, desigualdade de poder com os clientes e ausência de alternativas reais ao trabalho do sexo (Farley, 2003).

---

<sup>9</sup>Kathleen Barry, Kate Millet, Andrea Dworkin, Sheila Jeffreys, Catherine MacKinnon, Julia O'Connell-Davidson e Carole Pateman estão entre as principais defensoras dessa linha de feminismo (Oliveira, 2013; Scoular, 2004). Uma outra denominação para essa linha feminista é feminismo abolicionista (Oliveira, 2013).

Neste contexto, a trabalhadora do sexo é uma vítima (Ribeiro, 2015), objeto de violência ou desejo dos homens. Dworkin (1993) expressa isso com todas as letras: “*ela [a prostituta] é também a mulher que tem puramente uma função sexual baixo à dominação masculina*” (Dworkin, 1993, p.6)<sup>10</sup>.

A trabalhadora do sexo perde seu self ao colocar-se como objeto sexual para o desejo masculino (Ribeiro, 2015). Para a maior parte das trabalhadoras do sexo, o trabalho do sexo seria uma experiência de ser caçada, dominada, assediada ou agredida (Farley, 2003). Não é à toa que o feminismo radical utiliza termos como *prostitutas, mulheres prostituídas, escravas sexuais* ou *sobreviventes* para descrever as trabalhadoras do sexo (Weitzer, 2005). Nas palavras de Farley (2003):

*“[sugerimos] se referir a ela como mulher que está na prostituição, ou que foi prostituída ou que está a se prostituir” (Farley, 2003, p. 4).*<sup>11</sup>

A violência do trabalho do sexo está ligada não só à prática do trabalho do sexo, mas à ideia de compra do sexo, sustentada pelo privilégio patriarcal masculino (Scoular, 2004). O trabalho do sexo, estando a serviço do patriarcado, traria danos não só às mulheres que o exercem, mas a todas as mulheres, pois contribui para a objetificação sexual das mulheres como um todo (Grant, 2014).

O trabalho do sexo não pode ser visto, portanto, como trabalho, mas como abuso contra as mulheres, independentemente de ser forçado ou voluntário (Ribeiro, 2015). Sendo assim, o trabalho do sexo deve ser abolido, na linha de outras formas de violência sexual como estupro, assédio sexual ou abuso sexual de crianças (ICRSE, 2016). As feministas radicais são contra a legalização do trabalho do sexo (Jeffreys, 2009). Dworkin (1993) convoca as pessoas a serem inimigas da dominação masculina no trabalho do sexo. Acabar com o crime do trabalho do sexo seria tirar poder dos homens.

---

10Citação no original: “*She [prostitute] is also the woman who has a purely sexual function under male dominance*”.

11Citação no original: “*...referring to her as a woman who is in prostitution, who was prostituted or who is prostituting*”.

Assim, nos anos 1970 e 1980, as feministas radicais focaram na demanda pela abolição do trabalho do sexo. Nas últimas décadas, com a discussão em torno da associação entre trabalho do sexo e tráfico de pessoas, sua pauta tem sido em torno de leis ligadas ao enfrentamento do tráfico de pessoas. Também apoiam marcos legais que criminalizam a compra do sexo (clientes), muito conhecido como o Modelo da Suécia, primeiro país a adotar esse tipo de medida nos fins dos anos 1990 (a ser descrito no capítulo 2.3) (ICRSE, 2016; Jeffreys, 2009; Smith & Mac, 2018).

Ao ser percebida como objeto sexual, a trabalhadora do sexo não é vista como um sujeito no trabalho do sexo, ela é desprovida de agência. Nesta condição, não tem capacidade de falar por si própria. As feministas (radicais) falam por ela, representam suas demandas a partir do próprio entendimento que elas (feministas) têm. As feministas sabem melhor do que a própria trabalhadora do sexo (ICRSE, 2016). Ademais, para as feministas radicais, não há sentido no ativismo das trabalhadoras do sexo, não há razão para que as trabalhadoras do sexo se mobilizem coletivamente em função da violência que sofrem (trabalho do sexo) (Farley, 2003). Essas feministas desconsideram a possibilidade de as trabalhadoras do sexo serem sujeitos políticos no sentido de serem capazes de articular suas demandas como mulheres em função do trabalho do sexo. Ao fazê-lo, reforçam imagens de feministas ocidentais burguesas, alheias a demandas de mulheres não-eurocêntricas e de outras classes, e reforçam uma suposta hierarquia de poder com relação a elas (Delmar, 2011; Costa & Ávila, 2005).

As críticas ao feminismo radical abundam.

As leis antitráfico (defendidas pelas feministas radicais) têm impactado negativamente as trabalhadoras do sexo e também os esforços de combate ao tráfico (UNAIDS, 2010). Ações policiais e operações de resgate antitráfico não são eficazes em identificar as reais vítimas de tráfico. Elas acabam por empurrar as trabalhadoras do sexo para a clandestinidade e isolamento, reduzir sua renda e aumentar sua vulnerabilidade (ICRSE, 2016). Essas ações têm contribuído para combater a migração e o trabalho do sexo, inclusive em países onde ele não é criminalizado. Esses aspectos negativos das ações

antitráfico têm sido minimizados como “danos colaterais” (Piscitelli, 2016). As feministas radicais, como nos mostra Jeffreys (2009) por outro lado, criticam a suposta resistência em associar tráfico de pessoas com trabalho do sexo, sem, entretanto, rebater as críticas feitas ao seu discurso sobre tráfico.

A negação da possibilidade de consentimento significa que trabalhadoras do sexo são automaticamente consideradas como vítimas de tráfico, quando não o são. A representação das trabalhadoras do sexo como vítimas passivas do tráfico de pessoas impede que as próprias trabalhadoras do sexo possam ser parceiras importantes nos esforços de combate ao tráfico de pessoas. Afinal, são elas que melhor podem indicar quem é de fato traficada para fins de exploração sexual e por quem (UNAIDS; 2010).

Vejamos a seguinte passagem de Dworkin (1993, p.3):

*“E muitas de nós estão dizendo que a prostituição é intrinsecamente abusiva. Deixe-me ser clara. Eu estou falando de prostituição per se, sem violência extra, sem a mulher ser agredida, sem a mulher ser empurrada”<sup>12</sup>.*

Essa passagem, que expressa a visão do feminismo radical, é problemática. Quando uma trabalhadora do sexo negocia sexo oral, e o cliente a força a ter sexo anal, isso é estupro, por exemplo. Ela não consentiu essa prática sexual (Smith & Mac, 2018). Mas, quando se considera que a violência é intrínseca ao trabalho do sexo, a violência que realmente acontece torna-se invisível, uma vez que fica sob o guarda-chuva de trabalho do sexo (que não é crime de violência) e não como violência sexual como no exemplo acima. Isso contribui para a normalização da violência no trabalho do sexo. Assim, estupros, violência sexual e assassinatos de trabalhadoras do sexo não são reconhecidos e processados por lei (ICRSE, 2016; Mgbako, 2016). Ademais, reduzir o trabalho do sexo à exploração e violência é negar a possibilidade de qualquer outra experiência nele (Grant, 2014).

---

<sup>12</sup>Citação no original: “And so, many of us are saying that prostitution is intrinsically abusive. Let me be clear. I am talking to you about prostitution per se, without more violence, without extra violence, without a woman being hit, without a woman being pushed”.

Ao negar a possibilidade de consentimento no trabalho do sexo (mesmo quando as trabalhadoras do sexo o fazem), as feministas radicais rejeitam a possibilidade de que elas possam ter autonomia sobre seus corpos no desempenho do seu trabalho.

Elas subestimam o fato de que aquilo que identificam como danos no trabalho do sexo seja, na realidade, o produto de marcos legais de criminalização que relegam as trabalhadoras do sexo à marginalização (Scoular, 2004). Por isso, é necessário discutir o impacto das leis com relação ao trabalho do sexo nas vidas das trabalhadoras do sexo (Smith & Mac, 2018).

Muitas críticas são feitas também à ausência de evidências científicas no âmbito do feminismo radical. Geralmente, essas feministas selecionam os piores casos como se fossem a norma (Weitzer, 2005).

Outra crítica que se faz a essas feministas é que elas próprias contribuem para a perpetuação de imagens e discursos desempoderadores, sexistas e misóginos com relação às trabalhadoras do sexo. Consideram que as trabalhadoras do sexo vendem seus corpos ou vendem a si próprias, mas, na verdade, elas ignoram o fato de que todos trabalhadores usam seus corpos para desempenhar um trabalho. Segundo elas, a mulher que exerce o trabalho do sexo tem sua identidade reduzida a essa atividade, a ser objeto sexual (Grant, 2014), e subordinada sexualmente (Scoular, 2004). Muitas trabalhadoras do sexo internalizam narrativas de vitimização construídas sobre elas. Entretanto, essa identidade de vítima limita sua capacidade de empoderamento, pois coloca o *locus* de controle sobre sua vida em fatores externos que sentem que não podem mudar: violência, pobreza, dominação masculina (NSWP, 2000).

Se as trabalhadoras do sexo representam o trauma da violência do patriarcado, os clientes, por outro lado, seriam o arquétipo de perpetrador (Smith & Mac, 2018).

*“Homens que usam prostitutas pensam que são realmente grandes e fortes...eles são predadores”* (Dworkin, 1993, p.9)<sup>13</sup>. Nas mãos dos clientes, as trabalhadoras do sexo são

---

<sup>13</sup>Citação no original: *“Men who use prostitutes think they are real big and real brave...they are predators”*.

submetidas aos piores tratamentos (Anderson, 2002). Qualquer homem que é cliente no trabalho do sexo é abusador, pois, para fins do próprio desejo sexual, reduz a trabalhadora do sexo a objeto sexual com uso de remuneração (Scoular, 2004).

Essas premissas, entretanto, não necessariamente se confirmam em estudos realizados nas últimas duas décadas sobre o comportamento dos clientes. Eles variam em termos de idade, raça, classe, status marital etc (Weitzer, 2005). As motivações dos homens para comprar sexo são multifacetadas para além do desejo de dominação. Muitos querem experimentar variação sexual em termos de práticas sexuais, sexo com mulheres de diferentes idades e características físicas; outros têm mesmo atração por um encontro sexual clandestino, a sensação de quebrar tabus. Uns querem sexo sem intimidade. Alguns homens buscam o trabalho do sexo por solidão, problemas matrimoniais. Finalmente, outros querem experienciar uma relação de poder com a trabalhadora do sexo, seja para dominar como para ser dominado (Bernstein, 2008; Weitzer, 2005).

### **2.2.2. Trabalho do sexo no feminismo pró-prostituição<sup>14</sup>**

O feminismo pró-prostituição dialoga com o ativismo pelos direitos das trabalhadoras do sexo, sendo que muitas trabalhadoras do sexo são feministas e muitas feministas são ativistas pelos direitos delas. Abrange uma coalizão ampla de organizações internacionais, Nações Unidas inclusive, segmentos feministas acadêmicos, teóricos *queer*, movimentos de trabalhadoras(es) do sexo (ICRSE, 2016; Ribeiro, 2015)<sup>15</sup>. Essa heterogeneidade de atores reflete a própria natureza heterogênea e dinâmica do trabalho do sexo devido a intersecções com raça, gênero, classe, histórias de vida, e as diferentes maneiras como o trabalho do sexo pode ocorrer (Anderson, 2002).

---

<sup>14</sup>Essa vertente também é conhecida como radicalismo sexual (*sex radicalism*) (Ribeiro, 2015).

<sup>15</sup>Nem todas as pessoas pró-prostituição necessariamente se identificam como feministas pró-prostituição, embora haja um alinhamento ideológico e político. Para facilitar análise, irá se agrupar baixo feminismo pró-prostituição, todos aqueles/as que adotam um enfoque de cidadania (Oliveira, 2013), promoção dos direitos humanos das trabalhadoras e dos trabalhadores do sexo (ICRSE, 2016; Ribeiro, 2015).

As feministas e ativistas pró-prostituição consideram o trabalho do sexo tanto como espaço de exploração, sofrimento, degradação, vitimização (como o fazem as feministas radicais) (Anderson, 2002), como também como espaço de agência para as trabalhadoras do sexo. Mesmo que vivenciem situações de desigualdade, desenvolvem estratégias de enfrentamento dessas opressões. Ainda que reconheçam que o trabalho do sexo seja um possível espaço de empoderamento, as feministas e ativistas pró-prostituição têm cautela para não romantizar o trabalho do sexo (Ribeiro, 2015). A maior parte das trabalhadoras do sexo experienciam exploração em alguma medida, mesmo que consigam também ter uma boa renda com o trabalho do sexo (Smith & Mac, 2018).

Aqui há um contraponto interessante com o feminismo radical, que considera que só há agência ou escolha consciente no trabalho do sexo quando a trabalhadora do sexo decide deixá-lo (Weitzer, 2005). Jeffreys (2009) reconhece a possibilidade de agência na estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas trabalhadoras do sexo, mas para lidar com a situação intrínseca de violência que é o trabalho do sexo.

Voltando ao feminismo pró-prostituição, o trabalho do sexo pode, portanto, também envolver atos de violência (Weitzer, 2005). É comum que trabalhadoras do sexo sofram violência física e sexual, incluindo violência de gênero, perpetrada por clientes, cafetões, gerentes de estabelecimentos, policiais e outros agentes públicos, para além de parceiros e membros familiares (UNAIDS, 2010). O trabalho do sexo nas ruas é o que é realizado em condições mais adversas, onde as trabalhadoras do sexo estão mais vulneráveis à violência e estigmas (Weitzer, 2005; Smith & Mac, 2018).

As feministas e ativistas pró-prostituição reconhecem que o consentimento é complexo, multifacetado, não é absoluto. Não diz respeito somente à realização do trabalho do sexo, mas também aos termos do serviço: duração, práticas sexuais envolvidas, preço, local. Pode acontecer quando não há desejo (Grant, 2014). Pode se dar em contexto de desigualdade de poder, o que restringe a possibilidade de a trabalhadora do sexo negociar (Ribeiro, 2015). Questões como nacionalidade, raça, classe, para além da questão de gênero, vão mediar o consentimento (ICRSE, 2016). Essas feministas também

reconhecem a possibilidade de o trabalho do sexo acontecer sem nenhum consentimento, como no caso de violência, trabalho do sexo forçado, exploração de menores ou tráfico para fins de exploração sexual (Ribeiro, 2015).

Posto de maneira simples, para o feminismo pró-prostituição, o trabalho do sexo é considerado trabalho, ainda que uma forma de trabalho complexa. E aqui está o ponto nevrálgico de diferença com as feministas radicais, que, como sabemos, entendem a troca de serviço sexual por remuneração como espaço de sexualidade subordinada (Anderson, 2002). Por outro lado, entender o trabalho do sexo como trabalho “*é também afirmar que há diferença entre uma forma de trabalho sexualizada e a sexualidade em si*” (Grant, 2014, p. 9)<sup>16</sup>.

Quando as trabalhadoras do sexo afirmam que o trabalho do sexo é uma forma de trabalho, não significa que concordem com as condições de trabalho (Smith & Mac, 2018), ou que gostem do trabalho que façam. Uma forma de trabalho não tem que ser “bom trabalho” para ser considerada trabalho. Trabalhos que não são gratificantes ou prazerosos não significam exploração (Smith & Mac, 2018). Trabalhos precários não deixam de ter status de trabalho (Grant, 2014). O trabalho do sexo também pode ser uma opção laboral negativa no contexto do capitalismo, marcado pela precarização e opções econômicas limitadas (ICRSE, 2016).

Como paira a noção do trabalho do sexo como violência, as trabalhadoras do sexo sempre se veem na berlinda para justificar seu trabalho como sendo fruto de escolha e consentimento (Grant, 2014). Elas não deveriam ter que defender o trabalho que fazem para não terem que ser punidas (Smith & Mac, 2018).

As feministas e ativistas pró-prostituição questionam os efeitos de uma possível abolição do trabalho do sexo, como demandam as radicais. Para aquelas, a abolição não iria diminuir a desigualdade de gênero experimentada pelas trabalhadoras do sexo e

---

<sup>16</sup>Citação no original: “...is also to affirm there is a difference between a sexualized form of labor and sexuality itself”.

mulheres em geral. Iria, sim, significar uma piora significativa da vida das trabalhadoras do sexo (Anderson, 2002).

As feministas e ativistas pró-prostituição consideram que essa violência não é intrínseca ao trabalho do sexo, mas resultado da criminalização do trabalho do sexo e da intersecção de desigualdades de gênero e classe, homofobia, transfobia e racismo (ICRSE, 2016). A melhor resposta para as trabalhadoras do sexo seria melhorar as condições em que o trabalho do sexo é realizado (Anderson, 2002). A descriminalização (como veremos no capítulo 2.3) é reconhecida como o melhor marco legal para a promoção dos direitos das trabalhadoras do sexo (ICRSE, 2016). Trabalhadoras do sexo ativistas (incluindo-se as ativistas africanas), feministas, agências da ONU, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONG), organizações LGBTQI e o movimento sindical têm apoiado a promoção dos direitos das trabalhadoras do sexo e a descriminalização do trabalho do sexo (ICRSE, 2016; Mgbako, 2016).

### **2.2.3. Corporeidades e subjetividades no trabalho do sexo**

O trabalho do sexo também pode ser contextualizado como trabalho íntimo ou trabalho que envolve intimidade física ou emocional (NSWP, 2015). Produz uma série de emoções e subjetividades a partir do contato do corpo da trabalhadora do sexo com o corpo do cliente, entre as quais, fantasias, desejo, amor, sedução, afetividade, medo, aversão ou repulsa. Em alguma medida, as trabalhadoras do sexo são afetadas emocionalmente pelo trabalho que fazem e desenvolvem estratégias para lidar com essa gama de emoções (França, 2015). O impacto psicológico e corporal do trabalho do sexo nas trabalhadoras do sexo é particular a cada uma (Weitzer, 2005).

As diversas correntes feministas vão ter diferentes perspectivas quanto a esse impacto. Para as radicais, há uma objetificação do corpo da mulher, que passa a ser internalizada e gera dissociação e trauma. A trabalhadora do sexo vê partes objetificadas do seu corpo como externas a si. Quando ela não dissocia, se vê diante de dor, vergonha ou raiva insuportáveis (Farley, 2003). Não há como permanecer “inteira” no trabalho do sexo, devido à maneira como o corpo é usado (Dworkin, 1993). No trabalho do sexo, não há

prazer, mutualidade ou espaço de personalização para a trabalhadora do sexo (Farley, 2003; Jeffreys, 2009). O homem é o sujeito na relação, é ele que determina os atos sexuais de acordo com o seu desejo (Farley, 2003).

Não raro, as feministas radicais utilizam uma linguagem gráfica para falar do corpo da trabalhadora do sexo (Smith & Mac, 2018). Jeffreys (2009) convoca uma linguagem em torno de sangue, feridas, infecção de transmissão sexual, aborto.

Essas feministas só aceitam a ideia de que o trabalho do sexo é uma experiência de violência, excluem a possibilidade de experiências positivas. No entanto, muitas trabalhadoras do sexo gostam de aspectos do seu trabalho que vão além da renda que fazem com ele, como o poder que sentem sobre os homens e o desejo deles sobre elas (NSWP, 2000).

Por outro lado, as feministas e ativistas pró-prostituição consideram que as trabalhadoras do sexo dispõem livremente do seu corpo, podendo utilizá-lo para serviços sexuais pagos se assim quiserem, ou seja, o trabalho do sexo como um ato de autodeterminação sexual (Oliveira, 2013). As trabalhadoras do sexo podem desenvolver estratégias para lidar com o impacto do trabalho do sexo nos seus corpos e vida. São capazes de desenvolver profissionalismo com relação a sua atividade, separando o trabalho e sua vida privada (Kempadoo, 1999).

O seu corpo passa a ser um território simbólico que encena limites entre o trabalho do sexo e a vida pessoal. Não é raro, por exemplo, que trabalhadoras do sexo não se deixem ser tocadas em uma parte específica do corpo ou que não façam determinada prática sexual com clientes, deixando essa para seus parceiros. Sua sexualidade, portanto, vai além do que ela experiencia sexualmente no trabalho do sexo (França, 2015).

Para as feministas radicais, essa experiência de fronteiras e limites simbólicos e corporais como algo positivo não seria possível no trabalho do sexo (Smith & Mac, 2018). Esse exercício de fronteiras e limites no corpo traria para a trabalhadora do sexo uma

alienação com relação com ao próprio corpo, seria ao final uma experiência em que ela dissocia do corpo (Farley, 2003).

As trabalhadoras do sexo experimentam, no trabalho do sexo, a possibilidade do sexo sem sentimentos, sem afeto, sem ter que fingir prazer ou culpa por ter vários parceiros sexuais (França, 2015). Essa talvez seja uma das maiores barreiras para se aceitar que o trabalho do sexo não seja abuso. É também uma avenida de liberação não só para as trabalhadoras do sexo, como para as mulheres em geral (Kempadoo, 1998).

Sobre o primeiro ponto, implícita está a ideia de que o trabalho do sexo seria um tipo “errado” de sexo. O sexo, para mulheres, deveria ser uma troca consensual íntima, privada, erótica. As mulheres seriam particularmente prejudicadas se essas trocas não fossem feitas com amor (Kempadoo, 1998) (que remete ao ideal da domesticidade que veremos a seguir). Nas palavras de Smith & Mac (2018, p. 23): *“ter sexo ou ter sexo de maneira errada (seja muito sexo ou com a pessoa errada ou pela razão errada) traz uma perda”* [para a pessoa que o faz<sup>17</sup>]. Sexo é algo intrinsecamente bom demais para ser vendido, algo íntimo reservado para relações íntimas. É sobre as mulheres que recai o peso da “perda” quando o sexo é casual, sem significado íntimo. O trabalho do sexo, nessa linha, é visto como perda, ameaça, degradação corporal. No fim das contas, o significado do sexo (e do trabalho do sexo) varia de pessoa para pessoa em diferentes momentos de suas vidas e contextos históricos (Smith & Mac, 2018).

O segundo ponto - a imagem da mulher livre do ponto de vista sexual, que é positiva não só para as trabalhadoras do sexo, mas também para todas as mulheres (Grant, 2014) – é uma das contribuições das trabalhadoras do sexo para a igualdade de gênero e também para as discussões feministas, como vemos a seguir.

---

17Citação no original: *“...to have sex (or to have sex in the wrong ways- too much, with the wrong person, or for the wrong reason) brings about some kind of loss”*.

#### 2.2.4. Contribuições das trabalhadoras do sexo para discussões feministas e igualdade de gênero

O trabalho do sexo coloca em pauta a discussão do que significa ser mulher em uma sociedade patriarcal (Smith & Mac, 2018). As discussões feministas em torno do trabalho do sexo refletem sobre temas como sexualidade feminina, agência e trabalho, para citar alguns. Muitas dessas discussões, iniciadas pelas próprias trabalhadoras do sexo<sup>18</sup>, contribuem para discussões feministas mais amplas (ICRSE, 2016), como vemos na discussão do *estigma da prostituta*.

Façamos um apanhado histórico. A domesticidade surge como um discurso ideológico no século XIX, segundo o qual a verdadeira feminilidade estaria associada à maternidade, educação das crianças e cuidado do espaço doméstico, justificada na biologia de homens e mulheres. Às mulheres, caberia, primordialmente, a reprodução no espaço privado (Lavender, 1998; Pinto, 2012). O culto da domesticidade baseia-se em quatro pilares: piedade, pureza, domesticidade e submissão. A submissão, em especial, é a “virtude” feminina por excelência (Lavender, 1998). É esperado que todas as mulheres se conformem a esses ideais de domesticidade, virgindade e monogamia até mesmo nos dias de hoje (Kempadoo, 1988).

As trabalhadoras do sexo desafiam essas normas de gênero em torno da domesticidade por várias razões: ocupam espaços públicos, deslocam-se à noite sozinhas, têm vários parceiros sexuais e demandam compensação financeira por algo que deveriam fazer de graça e por amor: sexo (ICRSE, 2016). A trabalhadora do sexo (recorrendo ao imaginário social da prostituta mencionado no capítulo 2.1) aparece como o reverso da mulher “verdadeira”: mulher degenerada, pervertida, imoral, indecente, irresponsável (Kempadoo, 1998).

---

<sup>18</sup>“Foram as prostitutas que primeiro teorizaram que todas as mulheres vivem sob o que chamaram do *estigma da prostituta*” (Grant, 2014, p. 75). Citação original: “It was whores who first theorized that all women live under the conditions of what they named the ‘whore stigma’”.

A possibilidade da imagem da prostituta recai, entretanto, sobre todas as mulheres, daí o estigma da prostituta. Esse estigma surge como um dispositivo de controle social que promove a domesticidade e controle das mulheres. Esse estigma cumpre a função de manter as mulheres dentro de comportamentos tradicionalmente apropriados para elas: sexualidade controlada, monogâmica, movimentos restritos na esfera pública. Mulheres que são percebidas como não virtuosas são rotuladas como prostitutas, mesmo aquelas que não necessariamente estão no trabalho do sexo (Grant, 2014).

Ao contrário, as feministas pró-prostituição e as trabalhadoras do sexo promovem a visão de que uma trabalhadora do sexo, ao ter autonomia sobre sua sexualidade, é uma mulher que se emancipa do controle patriarcal, desconstruindo a imagem negativa associada à prostituta (Ribeiro, 2015). Ao desconstruir o estigma da prostituta, e, por consequência, seu reverso, que seria o ideal da domesticidade, as trabalhadoras do sexo se empoderam não só a si mesmas, mas também a todas as mulheres.

Esse debate pode ser visto nas Marchas das Vadias (*Slut Walks*) que aconteceram nos anos 2010, em que mulheres no mundo foram às ruas para se manifestar pelo direito a terem uma expressão autônoma de sua sexualidade e liberdade sobre seus corpos. As Marchas foram uma resposta a uma declaração de um policial no Canadá (onde o movimento se iniciou) que orientava estudantes a não se vestirem como *vadias*, no original, *slut*, outra palavra para mulheres promíscuas que remonta às prostitutas. A ideia por trás de sua recomendação era que mulheres que não se vestissem com recato (como as prostitutas) estariam a provocar violência. O que vemos aqui é o estigma da prostituta repaginado. As Marchas tiveram, então, como objetivo também desconstruir a palavra *vadia* (e no fundo o estigma da prostituta) e o poder de controlar o comportamento das mulheres. As manifestantes reclamaram seu direito de serem “vadias”, entendido como o direito a serem livres e disporem de seus corpos como querem. Muitas usaram roupas sensuais para expressar a demanda (Gomes & Sorj, 2014).

### 2.2.5. Feminismo e trabalhadoras do sexo africanas e do Terceiro Mundo<sup>19</sup>

Feministas radicais e pró-prostituição convergem no entendimento de que racismo e sexismo se associam no trabalho do sexo. A trabalhadora do sexo é vista de acordo com sua aparência, cor de pele e características físicas baseadas em estereótipos raciais, como se vê muito no turismo sexual (Farley, 2003; Kempadoo, 1998). Não é incomum que sejam consideradas *exóticas* e supersexuais, a partir da diferença racial com o cliente, remontando às relações coloniais entre homens brancos e mulheres não-brancas (Farley, 2003). Neste contexto, as vidas das trabalhadoras do sexo, negras em particular, são consideradas descartáveis (Smith & Mac, 2018).

Trabalhadoras do sexo do Terceiro Mundo, aí incluídas africanas, geralmente são vistas como mulheres pobres, vitimizadas, degradadas, sem autodeterminação, pouco desenvolvidas. (Kempadoo, 1998; Ribeiro, 2015). Esses estereótipos raciais e sexistas associados a trabalhadoras do sexo do Terceiro Mundo, por sua vez, reforçam a ideia de que não há escolha possível na pobreza e que a escolha é acompanhada necessariamente de riqueza material (Scoular, 2004).

Debates feministas iniciais lançaram poucas luzes sobre esses estereótipos (e muitas vezes contribuíram para eles) e sobre a experiência de trabalhadoras do sexo do dito Terceiro Mundo, pois vinham de feministas ocidentais sem contato com as realidades daquelas mulheres, com um discurso que representava mal as trabalhadoras do sexo em sua diversidade (Kempadoo, 1998). O perigo é também reduzir experiências plurais a categorias universalizantes, no caso as trabalhadoras do sexo como um bloco monolítico (Cunha, 2010). Como nos convoca essa autora, é necessário questionar quem define quem é uma mulher emancipada quando se discute mulheres do Terceiro Mundo, em alusão a narrativas construídas por autoras de países desenvolvidos.

---

<sup>19</sup>Alguns textos usam o termo Terceiro Mundo, enquanto que outros usam o termo Sul. Independente da nomenclatura, a ideia de base é a mesma, ressaltar realidades de territórios não-ocidentais, com histórico colonial, menos desenvolvidos no contexto de sociedades capitalistas.

A dificuldade de trabalhadoras do sexo do Terceiro Mundo, aí incluídas as africanas, por sua vez, acessarem espaços dentro dos movimentos de trabalhadoras do sexo globais contribuiu para a falta de representação de suas realidades também entre as próprias trabalhadoras do sexo. Suas vozes não encontravam espaço para serem ouvidas para além de suas plataformas locais (Kempadoo, 1998).

Desde os anos 1980, entretanto, o movimento dessas mulheres vem ganhando força com a criação de organizações em países da América do Sul, Ásia e África. A discussão da saúde pública, especialmente no âmbito de programas em torno do HIV, vai abrir portas para trabalhadoras do sexo do Terceiro Mundo participarem de espaços internacionais e ganharem reconhecimento (Kempadoo, 1998). O crescente espaço das trabalhadoras do sexo africanas (e de outras partes do Terceiro Mundo) no movimento internacional pelos direitos das trabalhadoras do sexo tem transformado este em um movimento mais inclusivo e representativo (Mgbako, 2016).

Países africanos com sociedades civis pouco mobilizadas e sem história de movimentos sociais fortes, como Ilhas Maurício e Botswana, têm um solo menos fértil para a formalização do ativismo de trabalhadoras do sexo, ao contrário de países como África do Sul e Quênia, o que não significa que não exista um ativismo dinâmico nos primeiros. As trabalhadoras do sexo e ativistas africanas desconstruem visões que tradicionalmente lhes estão associadas como desempoderadas (Mgbako, 2016).

Trabalhadoras do sexo africanas de um estudo de Yingwana (2018) correlacionam feminismo com trabalho do sexo, mas mencionam que têm dificuldade de se definir como trabalhadora do sexo feminista a partir de definições de feminismo que se originam de países do Norte (em oposição a países do Terceiro Mundo). Demandam espaço de discussão sobre um feminismo que dialoga com suas realidades. De acordo com elas, ser trabalhadora do sexo feminista é uma identidade política que se relaciona com múltiplas dimensões sociais, é ser empoderada e poder fazer decisões informadas, é lutar contra o heteropatriarcado e outras formas de injustiça social.

Trabalhadoras do sexo africanas rechaçam a ideia de que o trabalho do sexo é inerentemente violento e espaço de degradação das mulheres. Para elas, a raiz dos abusos é estrutural na forma de leis e políticas que criminalizam o trabalho do sexo, seus clientes e a indústria do trabalho do sexo. A principal demanda, então, das trabalhadoras do sexo ativistas africanas é o reconhecimento do trabalho do sexo como trabalho e uma atividade econômica e a sua descriminalização (Mgbako, 2016).

O trabalho do sexo é criminalizado na maioria dos países africanos, seja na criminalização direta ou de atividades em torno do trabalho do sexo (Mgbako, 2016). Em Angola, por exemplo, a lei usa o termo prostituição para definir “qualquer prática sexual em troca de um pagamento ou proveito econômico”. Embora a lei não criminalize o trabalho do sexo, o faz indiretamente ao criminalizar o *lenocínio*, que é a promoção, favorecimento ou facilitação da prostituição. Em tese, a cafetinagem é proibida (USAID & UNDP, 2019).

Um estudo em Botswana, Namíbia e África do Sul mostra que a criminalização do trabalho do sexo deixa as trabalhadoras do sexo vulneráveis a abusos físicos e sexuais nas mãos da polícia. Abusos por parte de clientes e comunidade são comuns. A ausência de acesso à lei cria uma sensação de impunidade entre esses atores (Open Society Foundations, 2008).

A proporção de trabalhadoras do sexo com relação à população geral é mais alta na África Subsaariana do que em qualquer outra região do mundo. Mas até hoje, o feminismo africano pouco teoriza sobre o trabalho do sexo no Continente (Mgbako, 2016; Yingwana, 2008). Esse silêncio contribui para a perpetuação de estigmas com relação a trabalhadoras do sexo na África, na medida em que não há estudos e discussões feministas localizados na mesma realidade daquelas mulheres, feitos por feministas africanas, imersas em um feminismo africano. Assim, as trabalhadoras do sexo africanas têm pouca representatividade em estudos feministas, que, por sua vez, trazem o risco de formar uma imagem estereotipada delas como desempoderadas, pobres e subdesenvolvidas (imagens também associadas ao “Terceiro Mundo”) (Mgbako, 2016; Richter, 2012). Essa necessidade do feminismo africano de se debruçar sobre o trabalho

do sexo vai na linha do que Cunha (2012) considera como “aprender com o Sul”, no sentido de trazer outras perspectivas para o feminismo (que a autora vai chamar de pós-coloniais). Aqui o que se coloca em pauta é que o próprio “Sul” (subentendido como o Continente Africano) gere conhecimento sobre si mesmo, no caso sobre o trabalho do sexo em países da África.

#### **2.2.6. Trabalho do sexo e empoderamento: algumas reflexões**

Como foi visto, a discussão do trabalho do sexo reflete temas como consentimento, escolha, agência, emancipação, coerção, empoderamento. O feminismo radical considera que o trabalho do sexo é intrinsecamente violência. As trabalhadoras do sexo não têm escolha em função da pobreza que as “força” para o trabalho do sexo. Essa retórica interdita possibilidades de empoderamento, pois *a priori* não há escolha possível a partir do trabalho do sexo (NSWP, 2000). Esse posicionamento reflete a associação frequente entre pobreza e desempoderamento, pois recursos escassos significam menos possibilidade de escolha (Kabeer, 1999).

Para o feminismo e ativismo pró-prostituição, o trabalho do sexo traz possibilidade de empoderamento, ao mesmo tempo em que a trabalhadora do sexo vive situações de opressão e violência.

O termo empoderamento tem se tornado uma “panaceia” em várias discussões, documentos e projetos em torno do trabalho do sexo. Mas a questão do que significa ser empoderada no trabalho do sexo permanece aberta (NSWP, 2000). Isso se deve, em certa medida, à própria imprecisão do que significa empoderamento por si mesmo. Nem sempre pode ser claramente definido ou medido. Mas, para algumas feministas, essa nebulosidade conceitual é positiva, pois permite entendimentos contextuais mais amplos acerca das condições em que o empoderamento ocorre na vida de uma pessoa, e certamente na vida de uma trabalhadora do sexo (Kabeer, 1999). Nesta linha, Cunha (2010) concorda que a discussão inacabada sobre empoderamento, poderes e emancipação contribui para um feminismo menos arrogante e mais aberto, que não se encerra em categorias definidas. Conceitos muito fechados de empoderamento tendem

a deixar de fora experiências que não se encaixem em ideias preconcebidas de empoderamento, oriundas de um feminismo ocidental, eurocentrado, míope a outras possibilidades para além desse eixo, como as de mulheres africanas, sul-americanas, asiáticas, indígenas etc.

Empoderamento, em linhas gerais, seria o processo a partir do qual pessoas previamente desempoderadas desenvolvem a capacidade de fazer escolhas. É um processo de mudança (Kabeer, 1999). Embora Freire (1997) não use a palavra empoderamento, ele descreve processo análogo quando fala do processo conscientizador da educação, ou seja, o processo de adquirir consciência da própria condição social para transformar sua realidade.

NSWP (2000) define empoderamento das trabalhadoras do sexo a partir de três dimensões: pessoal, comunitária e social. Empoderamento pessoal pressupõe um processo individual de conscientização em torno de habilidades, capacidades e, assim, possibilidade de a trabalhadora do sexo ter maior controle sobre aquilo que pode mudar em sua vida, poder fazer escolhas com relação a aspectos estratégicos da vida, como casamento e sustento. Essa associação entre empoderamento e escolhas também é feita pelas próprias trabalhadoras do sexo. Trabalhadoras do sexo das Filipinas, por exemplo, definem empoderamento a partir de palavras e ideais como autoconfiança, entender o que acontece à sua volta e capacidade de escolhas (NSWP, 2000).

As escolhas, por sua vez, envolvem três dimensões inter-relacionadas: recursos (pré-condições); agência (processo de ação) e resultados. Recursos incluem não somente recursos materiais, mas também recursos pessoais e sociais que aumentam as possibilidades de escolha (Kabeer, 1999).

A dimensão da agência é bem ampla. Inclui a capacidade de definir objetivos e atuar para alcançá-los. Envolve processo interno em termos de significados, motivações, sentidos que as pessoas trazem para a atividade, o poder de dentro (*power within*). Pode assumir forma de negociação, manipulação, subversão, resistência e processos cognitivos como análise e redefinição (Kabeer, 1999).

Não há uma relação linear progressiva entre recursos e escolhas, ou seja, ter acesso a recursos não significa necessariamente atuar na escolha (ter agência). Outras variáveis influenciam esse processo, tais como desigualdades de gênero no controle sobre recursos, poder para que suas escolhas sejam as escolhas feitas (por exemplo, dentro de um casamento) e que essas escolhas sejam estratégicas e tenham mais impacto e consequência. Não se trata, por exemplo, de poder escolher a marca do cereal no supermercado (tipo de escolha derivada de desigualdade de gênero de toda maneira), mas poder escolher sobre aspectos cruciais que impactam a vida (Kabeer, 1999).

Cruciais, portanto, no entendimento de empoderamento são as desigualdades de gênero que influenciam o acesso a recursos, as capacidades das mulheres de fazer escolhas e também o impacto das escolhas para sua vida. O “valor” do resultado da escolha pode ser visto em termos do grau de transformação de situações de desigualdade de gênero na vida da mulher, ou seja, até que ponto os frutos da escolha desestabilizam as desigualdades de gênero vivenciadas por ela (Kabeer, 1999).

Essa mesma linha de análise pode ser aplicada às trabalhadoras do sexo. Trabalhadoras do sexo africanas do estudo de Yingwana (2018), por exemplo, relatam que desenvolvem certo senso de empoderamento devido ao trabalho do sexo, em função de irem contra normas de gênero associadas a mulheres, como submissão com relação aos maridos. Mas, ao mesmo tempo, reconhecem que, em suas vidas, nem sempre é fácil viver sob princípios feministas e ser empoderada, devido a situações de opressões que experienciam (Yingwana, 2018). Empoderamento e desempoderamento são concomitantes. O desempoderamento implicaria restrições nas possibilidades de escolha e incapacidade de se atingir objetivos (Kabeer, 1999).

Muitas escolhas terminam por reforçar a submissão devido a gênero, como, por exemplo, as mulheres que permanecem em relações violentas, o que contribuiria para o desempoderamento. Muitos autores/as sugerem que isso denota uma suposta internalização de seu valor diminuído (Kabeer, 1999). Essa visão ecoa as feministas

radicais que consideram que a “escolha” de entrar no trabalho do sexo reforça as desigualdades de gênero.

Vamos assumir, para fins de argumentação, que isso é um fato, ou seja, que o trabalho do sexo reforça a desigualdade de gênero. A questão que permanece é: haveria, ainda sim, possibilidade de empoderamento no trabalho do sexo?

E aqui Cunha (2010) traz um contraponto interessante, quando nos convida a fazer um exercício de micro-olhar: *“procurar, reconhecer e pensar, como emancipatórias, experiências díspares, diferentes, não alinhadas, demasiado locais, demasiado biográficas”* (p. 4). Para tanto, é necessário escutar como as próprias mulheres definem suas experiências de empoderamento. Esse exercício permite ampliar percepções acerca do que seria empoderamento. A autora coloca que, muitas vezes, empoderamento está na resistência ao sofrimento, resistência à dominação, na experiência de “poderes” no cotidiano, encontrar alternativas, submeter-se. Muitas vezes, as medidas dos resultados das escolhas refletem mais os valores das pessoas que fazem a investigação do que os da própria pessoa que vive a experiência (Kabeer, 1999).

Por analogia, podemos nos perguntar: como as próprias trabalhadoras do sexo definem suas experiências em termos de empoderamento? Para muitas pessoas é difícil entender as nuances do empoderamento no âmbito do trabalho do sexo que não significam necessariamente somente esforços e escolha de sair dele (NSWP, 2000). O capítulo 4 nos trará mais insumos sobre essa discussão a partir de histórias de trabalhadoras do sexo.

Independentemente da experiência individual de (des)empoderamento, as desigualdades de gênero, sendo estruturais, não podem ser superadas a partir somente de agência individual. O empoderamento das mulheres como um todo envolve agência no espaço individual e também solidariedade coletiva no espaço público, em forma de organizações e movimentos sociais (Kabeer, 1999). Isso nos leva às outras duas dimensões do empoderamento das trabalhadoras do sexo colocadas por NSWP (2000): comunitária e a social. O empoderamento comunitário ocorre quando a comunidade das trabalhadoras do sexo encontra-se fortalecida para demandar mudanças que afetam suas vidas em suas

comunidades. Por fim, o empoderamento social constitui processo de fortalecimento das trabalhadoras do sexo para demandar seus direitos e mudanças em leis. Esse nível pode resultar em algum tipo de coletivização formal ou informal das trabalhadoras do sexo (NSWP, 2000).

Como demonstrado no capítulo 2.1, desde os anos 1970, as trabalhadoras do sexo têm se organizado em prol da demanda dos seus direitos. Se, no feminismo, as mulheres, categoria oprimida nas relações patriarcais, são agentes primárias no processo de mudança dessas relações, o mesmo, por analogia, pode ser aplicado às trabalhadoras do sexo como sujeitos de agência na sua própria emancipação e empoderamento (Kempadoo, 1998). O movimento cada vez mais robusto de trabalhadoras do sexo em nível mundial é em si mesmo testemunho dessa capacidade de organização, agência e empoderamento comunitário e social (ICRSE, 2016; Open Society Foundations, 2008).

### **2.3. Principais marcos legais quanto ao trabalho do sexo**

O trabalho do sexo não é nem a realização do desejo no espaço privado, nem uma transação estritamente mercantil. Essa confusão dá movimento à ansiedade social quanto a trabalhadoras do sexo que transgridem as fronteiras entre público e privado tradicionalmente associadas às mulheres (como vimos no capítulo 2.2.4). O trabalho do sexo é tradicionalmente criminalizado em alguma medida como maneira de interditar o trânsito público daquilo que deveria ser realizado no privado (no caso, o sexo). É também uma maneira de regular a separação entre economia e sexualidade. Entender a venda do sexo como crime nega a possibilidade de uma mulher usar sua sexualidade para lucro financeiro (Scoular, 2004). A punição das trabalhadoras do sexo serviria também ao propósito de trazê-las de volta aos valores de decência (Smith & Mac, 2018).

Grant (2014) discute o suposto crime no trabalho do sexo como um crime de “discurso” (*“prostitution is, much of the time, a talking crime”*, p. 9), pois não é necessário que a polícia flagre o ato sexual decorrente de uma negociação, mas o crime passa a acontecer quando há uma negociação. Martin (2007) concorda que a transgressão, e por

consequência o crime no trabalho do sexo, se constitui quando há a transação financeira em torno do sexo.

O trabalho do sexo pode ser criminalizado diretamente (proibição de venda de serviços sexuais) ou por meio de leis que proíbem aspectos ligados a ele, como cafetinagem, funcionamento de estabelecimentos para trabalho do sexo ou demanda por trabalho do sexo (clientes). A criminalização total do trabalho do sexo implicaria a criminalização de todas as pessoas envolvidas: trabalhadoras do sexo, clientes e terceiros (como donos de bordéis ou cafetões) (Open Society Foundations, 2015).

A criminalização do trabalho do sexo é deletéria para as trabalhadoras do sexo. Ela as empurra para a clandestinidade, levando-as para locais mais perigosos e remotos, aumenta a pobreza, reduz seu poder de negociação com os clientes, promove deportação de trabalhadoras do sexo não-documentadas e as deixa mais vulneráveis a abusos (ICRSE, 2016; UNAIDS, 2010). Além disso, Smith & Mac (2018) demonstram que a criminalização (independentemente do grau) resulta em prisões desproporcionais de trabalhadoras do sexo (especialmente não brancas), abusos por parte da polícia (trabalhadoras do sexo às vezes temem mais a polícia do que os clientes), senso de impunidade nos perpetradores de violência contra elas. Finalmente, a criminalização não acaba com o trabalho do sexo, pois não dá resposta às causas estruturais que levam as trabalhadoras do sexo a esse tipo de ocupação, mormente a necessidade econômica e pobreza (Smith & Mac, 2018; UNAIDS, 2010). A criminalização do trabalho do sexo é, portanto, um dos marcos legais que mais dificultam o acesso das trabalhadoras do sexo aos seus direitos (UNAIDS, 2010).

Mas seria a criminalização da demanda (clientes), o Modelo da Suécia, uma boa alternativa? Em tese, o Modelo da Suécia visa proteger as trabalhadoras do sexo e promover igualdade de gênero (UNAIDS, 2010). O Modelo, implementado na Suécia, Noruega, Irlanda do Norte e Canadá, é ancorado em três componentes: criminalização da demanda (clientes), descriminalização da venda (trabalhadoras do sexo e aspectos ligados ao trabalho do sexo) e programas de apoio para trabalhadoras do sexo. A ideia subjacente é dar resposta à desigualdade de poder na relação entre a trabalhadora do

sexo e o cliente, criminalizando o lado mais “forte”, os clientes<sup>20</sup>. Em teoria, a trabalhadora do sexo teria apoio para deixar a ocupação, ao mesmo tempo em que os clientes seriam “disciplinados”. Ao final, a própria cultura do patriarcado seria desafiada (Smith & Mac, 2018).

O Modelo tem sido escrutinado por uma gama de pesquisadores/as, que não encontram evidências substantivas de que, de fato, houve uma redução no número de trabalhadoras do sexo ou de estabelecimentos para trabalho do sexo, ou até mesmo um impacto significativo no tráfico de pessoas (ICRSE, 2016). As evidências mostram que o Modelo tem impactado negativamente a vida das trabalhadoras do sexo (Smith & Mac, 2018).

De fato, muitos clientes se abstiveram de buscar o trabalho do sexo, mas principalmente os clientes que têm mais a perder, clientes mais gentis, ao passo que os clientes mais impulsivos, agressivos e violentos ainda buscam o trabalho do sexo. Com menos demanda, as trabalhadoras do sexo se veem compelidas a negociar com esses clientes. Muitas se veem levadas a deixar as ruas e trabalhar em casas privadas para evitar prisões de clientes, o que aumenta as chances de violência contra elas (não têm apoio de colegas), e também de serem enquadradas em outros crimes, como cafetinagem e estabelecimento de bordéis. Esse é outro problema deste Modelo. Não foi acompanhado por reformas legislativas de descriminalização do trabalho do sexo, o que faz com que, na prática, as trabalhadoras do sexo ainda sejam criminalizadas. Outra omissão é que pouco ou nada foi investido em programas sociais (auxílio - emprego, qualificação, habitação) de apoio às trabalhadoras do sexo. A maior parte dos fundos tem sido direcionada a aumentar o aparato policial e seu poder. As deportações (principalmente de trabalhadoras negras) em decorrência do Modelo aumentaram e sem respeito aos seus direitos. Ao final, na prática, o Modelo tem precarizado ainda mais a vida de quem depende do trabalho do sexo (Smith & Mac, 2018).

---

<sup>20</sup>A criminalização da demanda se faz por meio de prisão, multas, programas de reabilitação para clientes condenados, retenção de veículos, até publicação de seus nomes (UNAIDS, 2010).

No final das contas, apontam Smith & Mac (2018), a trabalhadora do sexo precisa mais do trabalho do sexo (fonte de renda) do que o cliente, o que chamam de assimetria da necessidade. São elas (trabalhadoras do sexo) que vão baixar seus padrões em termos de segurança e risco para terem clientes. As autoras concluem que a criminalização dos clientes termina por piorar ainda mais a desigualdade de poder entre o cliente e a trabalhadora do sexo. Mas essas evidências raramente são discutidas no âmbito do feminismo radical e entre as pessoas que se opõem ao trabalho do sexo (ICRSE, 2016). Causa espanto imaginar que muitas feministas consideram o Modelo da Suécia um avanço feminista (Smith & Mac, 2018).

Aparentemente, a legalização do trabalho do sexo seria o oposto da criminalização, mas não é o que se vê na prática. A legalização do trabalho do sexo pressupõe uma regulação excessiva de certos aspectos da indústria do sexo, como testes de saúde mandatórios, registro oficial de trabalhadoras do sexo, restrições de locais onde podem trabalhar. Criminaliza tudo aquilo que não atende a essas regulações. Países como Alemanha, Holanda, Senegal e o Estado de Nevada nos Estados Unidos adotaram esse marco legal. A motivação dessas leis encontra ressonância na figura da *prostituta*, mulher que deve ser controlada para evitar males sociais como doenças e desordem. A ideia subjacente é a de que a *prostituta* é necessária em uma sociedade patriarcal em que homens são promíscuos e, portanto, têm várias parceiras sexuais, de maneira que a maior parte das mulheres continua “respeitável” (Smith & Mac, 2018).

As restrições de estabelecimentos e zonas onde as trabalhadoras do sexo podem operar são comuns, assim como restrições ao trabalho independente. Isso significa que as trabalhadoras do sexo são levadas a trabalhar sob a tutela de um gerente, que, por sua vez, tem amplos poderes de acordo com a lei. Condições adversas de trabalho e abusos policiais são comuns. Na prática, a legalização limita os direitos das trabalhadoras do sexo e faz com que muitas delas operem na clandestinidade, especialmente as migrantes. O número de trabalhadoras do sexo no trabalho do sexo ilegal excede ao daquelas que realizam a atividade dentro da legalidade (Smith & Mac, 2018).

A criminalização, seja de clientes ou de trabalhadoras do sexo, portanto, também não funciona. Ativistas pró-prostituição, feministas em geral (exceto as radicais) e organizações internacionais advogam pela descriminalização e são contra a legalização do trabalho do sexo (Mgbako, 2016; Smith & Mac, 2018).

A descriminalização, por sua vez, envolveria a remoção de todas as proibições legais ou administrativas com relação ao trabalho do sexo, seja quanto à trabalhadora do sexo, cliente ou gerentes de estabelecimentos. A descriminalização considera o trabalho do sexo legal por natureza (*default position*), ou seja, não precisa ser legalizado para que seja legal. A descriminalização prioriza o bem-estar das trabalhadoras do sexo e privilegia a proteção de seus direitos enquanto trabalhadoras (Smith & Mac, 2018). Ato que de fato configure crime, como prostituição de menores e tráfico de pessoas para exploração sexual, devem permanecer enquadrados na Lei (Open Society Foundations, 2015).

Experiências de descriminalização do trabalho do sexo na Nova Zelândia e em Nova Gales do Sul, na Austrália, mostram avanços significativos nas vidas de trabalhadoras do sexo: redução de violência policial; maior acesso a serviços de saúde, proteção social e justiça, redução do risco de infecção por HIV, melhores condições de trabalho. Não há indícios de que a descriminalização nessas localidades tenha aumentado o número de trabalhadoras do sexo (Open Society Foundations, 2015; UNAIDS, 2010). Trabalhadoras do sexo na Nova Zelândia relatam que fica mais fácil recusar clientes indesejados, reportar crimes contra eles, pois é mais provável que a polícia irá acolher sua queixa. (ICRSE, 2016; Smith & Mac, 2018; UNAIDS, 2010).

O diferencial da legislação na Nova Zelândia é que seu processo de construção contou com a participação ativa das trabalhadoras do sexo, organizadas em uma entidade coletiva apoiada pelo governo, ao contrário dos outros marcos legislativos acima descritos. Embora a descriminalização seja o marco legislativo mais perto do ideal, não é livre de críticas. Ainda há situações de abuso policial, sendo esse um problema estrutural. As trabalhadoras migrantes seguem marginalizadas e vulneráveis (Smith & Mac, 2018).

É recomendável, portanto, que governos promovam a descriminalização de todos os aspectos ligados ao trabalho do sexo: compra e venda do sexo, gestão de bordéis e outras atividades ligadas ao trabalho do sexo (UNAIDS, 2010).

É importante entender como as leis em torno do trabalho do sexo impactam as vidas das trabalhadoras do sexo. Leis por si só (embora estratégias fundamentais de redução de danos) não dão respostas completas às situações das trabalhadoras do sexo. Medidas mais amplas com relação a drogas, migração, violência contra mulher e abuso policial são necessárias. Afinal de contas, quase nenhuma mulher seria trabalhadora do sexo caso tivesse os recursos materiais que precisa para sobreviver. Tornar o trabalho do sexo “desnecessário” envolve políticas amplas de emprego e qualificação, benefícios sociais, programas de habitação, estruturas de apoio para crianças, para citar apenas algumas (Smith & Mac, 2018).

### 3. Enquadramento Metodológico

#### 3.1. A busca pelo método

Há um conjunto de autoras/es feministas que chama a atenção para a necessidade de se desenvolver estudos que superem os debates dicotômicos no trabalho do sexo, que abarquem as experiências das trabalhadoras do sexo e deem conta de sua complexidade (Oliveira, 2013; Ribeiro, 2015). Neste sentido, Weitzer (2005) chama a atenção para a necessidade de uma mudança de paradigma na maneira como as pesquisas são feitas com relação ao trabalho do sexo, baseado nos seguintes pilares: (i) evidências empíricas; (ii) diferentes realidades de trabalhadoras do sexo; e (iii) diferentes tipos de trabalho do sexo.

Além desse desafio metodológico, eu fui confrontada com um questionamento de ordem ética: como tornar a coleta de dados um espaço de empoderamento das trabalhadoras do sexo como mulheres e não somente um momento de extração de informações para a presente investigação. Me identifiquei com essas preocupações de Silva (2015): *“preciso estar posicionada frente aos modos de produção de conhecimento, de forma a me permitir um método de conhecer que se faça a partir das mulheres, numa relação sujeito - pesquisadora e sujeitos - pesquisados, sendo eu mesma parte do que quero conhecer.”* (p. 386). Era preciso buscar um método que desse continência à relação estabelecida por mim e as trabalhadoras do sexo.

O questionamento de ordem ética me levou a entender os preceitos de uma pesquisa feminista e em que medida essa investigação se alinharia com esse referencial. Segundo Neves (2012), uma pesquisa é considerada feminista se parte de premissas básicas do feminismo: respeito à igualdade, negação do sexismo e respeito pela diversidade. Ademais, pesquisas feministas partem do princípio de que todo conhecimento é socialmente construído, portanto, a relação entre investigador/a e sujeito de pesquisa é, em si mesma, espaço que influencia a produção de conhecimento.

Ora, a presente investigação é feminista, não só porque seu objeto de estudo é um tema caro ao feminismo (trabalho do sexo), mas também porque dá espaço para se escutar vozes plurais femininas, de mulheres marginalizadas em função do entrecruzamento com raça, classe e tipo de ocupação. Mulheres essas nem sempre privilegiadas no feminismo, muitas vezes branca, de classe média e ocidental, como já discutido (Costa & Ávila, 2005). O que não deixa de ser um pouco irônico, dado que eu mesma sou branca, de classe média e ocidental. Mas o meu objetivo era fazer uma pesquisa que pensasse fora dessas caixas, ou que pelo menos dialogasse a partir dessas caixas.

O entendimento da presente investigação como sendo feminista e a necessidade de um método de investigação que permitisse abarcar a complexidade do trabalho do sexo, ao mesmo tempo em que privilegiasse minha relação com as trabalhadoras do sexo, me levaram a buscar métodos biográficos.

O uso de métodos biográficos como história de vida, biografia, entrevista aprofundada, é cada vez mais comum nas ciências sociais, como Antropologia, Sociologia e Psicologia Social (Lalanda, 1998; Muñoz, 1992). São especialmente bem-vindos em investigações feministas, porque permitem que emergam a subjetividade das pessoas, os sentidos que elas dão para suas experiências a partir de seus próprios relatos e o reconhecimento, portanto, de múltiplas realidades e diversidade. Esse exercício é especialmente importante para pessoas tradicionalmente marginalizadas, como as mulheres (Bornat, 2008; Neves, 2012).

Os métodos biográficos começam também a ser adotados em investigações sobre o trabalho do sexo (Oliveira, 2013). Estudos pós-modernistas, por exemplo, que combinam métodos etnográficos, trazem contrapontos interessantes às discussões do trabalho do sexo, como nem inerentemente opressor, nem necessariamente subversivo, algo que não tem significado intrínseco, podendo ser construído diferentemente em diferentes discursos (Scoular, 2004).

### 3.2. Histórias de Vida como método investigação

As narrativas das próprias trabalhadoras do sexo sobre suas experiências são, portanto, fundamentais para se apreender significados em torno do trabalho do sexo. Afinal, elas são as especialistas em trabalho do sexo (Smith & Mac, 2018). Tomando emprestadas as palavras de Conde (1999), elas também são *“sujeitos biografáveis, enquanto sujeitos de direito socialmente diferenciado à celebração ou louvor da sua história de vida”* (p.203).

As histórias de vida surgiram, então, naturalmente como um método adequado a ser aplicado na presente investigação.

A narração de histórias de vida é uma atividade humana essencial. Vida e histórias não são entidades dicotômicas, mas imbricadas uma na outra (Bornat, 2008). Histórias de vida são um espaço de construção de significados coletivos e individuais, relações sociais, identidades coletivas. Elas permitem uma mirada não somente na experiência individual de alguém, mas também em práticas culturais e sociais (como o trabalho do sexo) (Peacock & Holland, 1993).

A vida de cada pessoa é única ao mesmo tempo em que encarna experiências coletivas partilhadas. A interpretação dos indivíduos com relação a fatos sociais vai determinar seu comportamento, vai ter consequências em sua realidade. Essas histórias permitem, então, a interpretação subjetiva de fatos sociais objetivos (Criado, 1997). Portanto, as experiências individuais constituem estruturas sociais, na mesma medida em que cada indivíduo dá seu próprio significado subjetivo à estrutura social (Muñoz, 1992).

Histórias de vida podem ser definidas como um estudo de caso de uma pessoa a partir de sua própria narração (Criado, 1997), um discurso autobiográfico (Lalanda, 1998) ou narrativa de vida contada pelo indivíduo que a viveu (Muñoz, 1992). As histórias de vida são obtidas por meio de uma ou mais entrevistas (Muñoz, 1992), que são em si mesmas espaços de construção de sentidos e não somente momentos de extração de dados (Bornat, 2008).

O sujeito é, então, aquele que conta a história na mesma medida em que é afetado por esse contar. A análise da história neste contexto almeja alcançar a experiência subjetiva por trás da história narrada e não necessariamente atestar a veracidade dos fatos. O sujeito é fragmentado, mais do que uma entidade monolítica no tempo e espaço (Peacock & Holland, 1993).

Um/a investigador/a participa ativamente do ato de narrativa do sujeito investigado, impulsiona a memória desse, instiga questões sobre sua experiência. A história de vida que surge é, portanto, produto desse encontro. O ato de narrar provoca o sujeito a refletir sobre si próprio, é um ato de autoconsciência, implica um exercício ativo de dar sentidos à própria experiência (Criado 1997).

O método de histórias de vida, portanto, dá resposta às minhas preocupações colocadas no início deste capítulo. Primeiramente, permite dar conta da complexidade do trabalho do sexo. Análises de sistemas sociais (legislação, condições de trabalho entre outras) com relação ao trabalho do sexo trazem o risco de serem incompletas e hiperbólicas. Frequentemente, a exploração dessas mulheres e suas falhas são destacadas. Ao contrário, narrativas das próprias profissionais adicionam *nuance*, ainda que detalhando obstáculos que enfrentam em função de tais estruturas (Bungay et al., 2011).

Em segundo lugar, dão espaço de protagonismo às próprias trabalhadoras do sexo. O próprio exercício de narrar a história é, em si mesmo, espaço de empoderamento e liberação, dá-lhes mais controle sobre suas próprias vidas. A emergência de histórias de opressão individuais permite incidir sobre a própria realidade que se documenta, no caso, o trabalho do sexo (Neves, 2012).

Em terceiro lugar, a relação entre pessoas entrevistadas e investigadores humaniza o processo de investigação, a empatia é fundamental para a realização da entrevista (Lalanda, 1998). Essa narração de histórias pressupõe uma relação de confiança entre o investigador e sujeitos de pesquisa, marcada por trocas e diálogo (Neves, 2012). Esse era exatamente o espaço já criado entre mim e elas.

As histórias de vida permitem relacionar o nível individual (biográfico) com o nível macro (contexto social). Permitem conhecer as trajetórias de entrada no trabalho do sexo, como as trabalhadoras do sexo vivenciam o trabalho do sexo, as estratégias que desenvolvem, entre outros temas (Criado, 1997).

Finalmente, mas não menos importante, as histórias de vida das trabalhadoras do sexo pesquisadas irão lançar luzes sobre as análises feministas descritas no capítulo “Enquadramento Teórico”. Um fenómeno social nunca é somente a interpretação subjetiva dos indivíduos ou, por outro lado, nem um fato social “puro”, externo aos indivíduos. Os fenómenos sociais são sempre uma combinação do individual com o coletivo (Criado, 1997).

### **3.3. Apresentação das trabalhadoras do sexo entrevistadas**

Foram entrevistadas quatro trabalhadoras do sexo na cidade de Luanda, Angola, em setembro de 2019. Todas eram mulheres negras e africanas: duas angolanas, e as outras duas migrantes de outros países africanos. As idades variam: 29 a 43 anos (à época da entrevista). Todas são mães.

Como mencionado no capítulo 1, as trabalhadoras do sexo faziam parte de um projeto internacional de prevenção e tratamento do HIV implementado em Angola, *Ligações na Cadeia de Serviços do VIH* (LINKAGES), como beneficiárias (1) ou como educadoras de pares (3). Todas receberam serviços do projeto nos locais onde trabalhavam e faziam parte de um grupo de empoderamento de trabalhadoras do sexo no âmbito do projeto.

O LINKAGES foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sob o Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da SIDA (PEPFAR) e desenvolvido em Angola pela ONG FHI 360 em parceria com a ONG Management Sciences of Health (MSH). O objetivo do projeto era oferecer serviços de prevenção, testagem e tratamento do HIV para populações-chave (trabalhadoras do sexo, mulheres transgênero e homens que fazem sexo com homens). Entre 2015 e 2019, o projeto atingiu quase 60.000 pessoas desses grupos nas cidades de Luanda, Bié e

Benguela. O projeto trabalhou em estreita colaboração com organizações da sociedade civil, o Gabinete Provincial de Saúde de Luanda e o Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS) (LINKAGES, 2019a).

As trabalhadoras do sexo entrevistadas foram escolhidas por mim, tendo em vista terem capacidade de refletir sobre sua história e já terem uma relação de confiança estabelecida comigo. Afinal, uma história de vida rica pressupõe um informante que seja capaz de elaborar sobre sua própria experiência (Muñoz, 1992).

### **3.4. Sobre a relação com as trabalhadoras do sexo**

Como já mencionado ao longo deste texto, esse grupo de trabalhadoras do sexo possuía estreita relação comigo, fruto de um trabalho realizado durante quatro anos no âmbito do projeto LINKAGES. Durante esses anos, supervisionei e treinei três dessas mulheres em sua missão como educadoras de pares na mobilização de outras trabalhadoras do sexo na prevenção e testagem do HIV em locais onde trabalhavam. Ademais, desenvolvemos juntas um grupo de empoderamento de trabalhadoras do sexo, do qual o grupo entrevistado fez parte. Fizemos reuniões regulares para partilhar histórias, buscar soluções aos problemas comuns e criar um espaço de solidariedade e apoio. Conheci a trabalhadora do sexo entrevistada na presente investigação como beneficiária no âmbito desse grupo.

Convidei as trabalhadoras do sexo a participar da pesquisa, deixando bem claro que poderiam recusar e que, caso o fizessem, não haveria nenhuma repercussão para elas. Expliquei o objetivo das entrevistas, como aconteceriam e como o conteúdo seria utilizado. Elas aceitaram prontamente, mostrando-se até lisonjeadas pela oferta. Procurei estar atenta à relação de poder desigual entre mim e elas em função da relação estabelecida no projeto e também em função de pertencerem a grupos vulneráveis, de maneira que elas não sentissem o imperativo de aceitar a participar da investigação (López - Lago, 2007). No espírito de Bornat (2008), as expectativas estavam claras desde o começo.

### 3.5. As entrevistas: o momento de escuta das histórias de vida

As entrevistas para coleta das histórias de vida ocorreram no escritório do projeto LINKAGES em Luanda. Por escolha das próprias trabalhadoras do sexo, as entrevistas foram feitas em pares, em ocasiões diferentes. Todas receberam auxílio de transporte fornecido por mim.

Todas consentiram que seus nomes fossem utilizados, assim como suas histórias fossem publicizadas. As entrevistas foram gravadas com autorização delas e depois transcritas por uma assistente de pesquisa. Duraram em média uma hora cada.

De início, pedi que as trabalhadoras do sexo contassem suas histórias, fazendo perguntas para melhor entender os significados que elas davam às suas experiências. Assim, as entrevistas não foram estruturadas. Eu não sabia de antemão os rumos das histórias (Bornat, 2008). As trabalhadoras do sexo foram as protagonistas das entrevistas (Lalanda, 1998). Deixei que elas próprias trouxessem o tema do trabalho do sexo durante seus relatos, sem fazer perguntas específicas para introduzir o tema. Estava interessada em ver como elas iriam abordá-lo a partir de suas próprias vidas. Queria escutá-las como mulheres e não somente como trabalhadoras do sexo.

As entrevistas transcorreram com naturalidade. As trabalhadoras do sexo contaram suas histórias sem hesitações, sem que fossem acometidas de emoções que requeressem apoio emocional por minha parte. Ao final, agradei a confiança delas em terem me contado suas histórias, e elas me agradeceram por ter tido a oportunidade de fazê-lo. Perguntei como elas estavam a se sentir, e todas disseram que estavam a se sentir bem. Essa gratidão mútua ecoa Lalanda (1998), a entrevista como uma experiência humana vivida na relação entre pessoas entrevistadas e investigadores. Não raro, ao final, o sentimento de gratidão é mútuo. Nesse caso, a entrevista foi uma extensão da relação já estabelecida entre mim e elas. Eu já as conhecia, mas mesmo assim fui surpreendida com detalhes de suas histórias, suas experiências de exclusão desde a infância e ausência de oportunidades em suas vidas.

### 3.6. Conflitos de interesses

Para evitar conflitos de interesse como funcionária do projeto LINKAGES e investigadora, consulte a ONG que desenvolveu o projeto LINKAGES sobre a pesquisa. A ONG mostrou-se favorável e encorajou o trabalho.

### 3.7. Análise das histórias de vida

Para análise das histórias de vida, empregou-se a técnica de análise de conteúdo. Posta de maneira simples, uma análise de conteúdo é uma descrição objetiva e sistemática de conteúdos extraídos da entrevista (Muñoz, 1992).

Como eram histórias de vida, não havia hipóteses *a priori* a serem analisadas. Os conteúdos que emergiram, portanto, foram classificados posteriormente. O objetivo de categorizar foi dar continência à complexidade dos conteúdos em uma estrutura ordenada e relacionar esses conteúdos com o enquadramento teórico (Vala, 1999).

O processo de análise das histórias de vida se deu nos seguintes passos (Bardin, 2016):

- Pré-análise: foi feita uma primeira leitura com atenção flutuante, me deixei levar por impressões sem análise, recorri aos áudios e fiz apontamentos aleatórios.
- Identificação das unidades de registro: foram identificados trechos de cada história de vida, que contam como um conteúdo em si mesmo. Poderia ser uma frase, uma sentença ou até mesmo uma palavra. Para tanto, os textos de cada história de vida foram segmentados, após leitura atenta. Cada história foi sequenciada separadamente, o que permitiu uma imersão na subjetividade de cada trabalhadora do sexo.
- Análise temática: a partir das unidades de registro, foram identificados os principais temas.
- Correlação de temas entre as diferentes histórias de vida: foram identificados temas repetidos e temas particulares.

- Interpretação dos conteúdos: foi feita a inferência de possíveis significados desses conteúdos à luz do enquadramento teórico.

Vejamos a seguir os conteúdos dessas histórias de vida.

## 4. Resultados

Apresento-lhes então Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima. Vejamos o que elas têm a contar.

### 4.1. Infâncias marcadas por papéis de gênero tradicionais

A maior parte das trabalhadoras do sexo entrevistadas começou seus relatos com partilha sobre suas infâncias. A questão dos papéis tradicionais de gênero em suas vidas se coloca desde cedo com relação ao trabalho doméstico associado a mulheres e meninas. Como vimos no capítulo 2.2.4, as responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres são caras ao ideal da domesticidade. Isso nos dá indício de que as trabalhadoras do sexo entrevistadas aprenderam desde cedo que as tarefas de casa eram algo de mulheres e, no seu caso, de meninas também. E que essas tarefas eram um fardo para elas como crianças.

Tabela 4.1.1: Infâncias e trabalho doméstico

Margarida	<i>Era inteligente, ajudava a mãe em casa com as tarefas domésticas. A loiça de casa era de muita gente, média de vinte pessoas. Eu via isso como uma carga pesada. “Vou fazer”, mas vou chorar.</i>
Eduarda	<i>Chegou um dia, eu falei: ham! Eu quero um dia você me leva na vida (tia que fazia trabalho do sexo). Ela falou que eu era criança para fazer o trabalho de sexo, mas poderia fazer o trabalho doméstico na casa dela.</i>
Isabel	<i>...naquela casa era eu quem fazia quase tudo. Arrumava, cozinhava e limpava. Eu aprendi a cozinhar e a fazer as coisas muito cedo.</i>
Fátima	<i>Muito serviço, limpar a casa, carregava peso.</i>

Isabel e Fátima<sup>21</sup> cresceram em casas de familiares, em situação de abandono dos pais, abusos e ausência escolar, experiências que as marcam. Isabel refere ter se sentido sozinha, sem entender a razão por que não tinha uma casa fixa: “parecia uma menina que

---

<sup>21</sup> Optei por mudar os nomes das trabalhadoras do sexo investigadas para manter suas identidades em confidencialidade, mesmo que elas tenham me autorizado a divulgar seus nomes.

*não tinha família... Não entendia o porquê que me mudavam sempre de casa, me sentia sozinha". Fátima sentia que os abusos físicos e o trabalho doméstico eram excessivos: "Ela (tia com quem morava) me escravizava muito... eu via que era demais".*

A experiência de Margarida como criança é diferente. Já desde cedo, tinha consciência de si como alguém que se destacava entre as pessoas: *"eu era a criança que as pessoas gostavam ...já percebia essa atenção que gerava nas pessoas...(pensava) eu vou ser pessoa de gente".* Margarida era uma criança *"inquieta, curiosa, sempre em movimento"*.

Eduarda já desde criança sabia que sua tia era trabalhadora do sexo (embora não o articulasse dessa maneira): *"ela estava a sair na vida dos brancos"*. A questão racial media, portanto, sua percepção com relação ao trabalho do sexo desde cedo. A necessidade de complementar a renda (como veremos adiante) a motiva a pedir para a tia que a leve junto, mas a tia recusa por ela ser ainda muito criança, mas a deixa encarregada dos serviços domésticos.

A questão do casamento, também caro à domesticidade, se coloca para elas desde meninas, mas com diferenciais. Margarida aprendia com as outras meninas que *"a mulher tem que ter homem na vida dela: Porque vai manter, vai casar e vai fazer filho, vai ser mãe e quem pode dar aqueles filhos só pode ser homem."* Margarida nos aponta a importância da maternidade (reprodução) na vida de uma mulher, que só pode ser alcançada com um homem. Eduarda sonhava explicitamente em se casar. Sonho em que a questão de gênero e questão de raça se cruzam quando diz: *"quando era criança e passava música de branco na televisão a dançarem, eu falava sempre: ham mãma! Eu também vou casar com branco, eu gosto muito de branco e sei cantar todas as músicas antigas"*. Ou seja, para ela não era preciso só casar com um homem, mas casar com homem branco. Veremos adiante como essa questão racial se desdobra em sua vida.

Isabel, ao contrário, *"não tinha nada disso de quer ter um relacionamento ou filhos porque filhos até para mim nem sonhava"*. Seu sonho mesmo era ir para a escola.

Em que pese a socialização em torno de papéis tradicionais de gênero (maternidade, casamento e trabalho doméstico), todas as quatro referem que queriam estudar quando crianças, sendo que Isabel e Fátima tiveram uma trajetória escolar irregular desde muito cedo. Nas palavras de França (2017), o impacto desses valores tradicionais de gênero em suas vidas coexiste, portanto, com valores individualistas, no caso delas, desejo de querer estudar.

Tabela 4.1.2: Sonho de estudar

Margarida	<i>Eu queria estudar, porque eu me inspirava com as jornalistas na televisão. Eu sonhava um dia falar na televisão.</i>
Eduarda	<i>Eu falei (para a tia com quem morava) não, eu ainda quero estudar.</i>
Isabel	<i>Nunca ia à escola mas tinha vontade de estudar.</i>
Fátima	<i>...ela (tia com quem morava) não me colocava na escola, eu pedia sempre a ela.</i>

#### **4.2. Sexualidade como espaço de controle dos outros e espaço de vergonha**

Margarida e Eduarda me contam sobre o despertar do desejo sexual como algo prazeroso. Margarida começou a beijar com 13 anos. Eduarda me relata sua primeira experiência sexual como experiência de amor: “*eu pensei no jovem que me gostou e eu gostei dele. Ele fez comigo...*” Segundo Eduarda, seu parceiro sexual havia gostado que ela era virgem. Ou seja, a ideia de mulheres recatadas como algo desejável.

O despertar sexual de Margarida, por outro lado, vai provocar reação violenta em sua família:

*“Eu cumprimentei de beijo (um amigo) e a minha irmã mais velha viu, entrou no quintal e falou no meu pai. Meu pai me viu, eu assustei porque sabia que iriam me chamar para ir na reunião...encontrei os meus irmãos mais velhos sentados e os meus pais. Começaram a*

*falar: com a idade que você tem não é para fazer essas coisas... Mas como você se sentiste adulta né e já conheceu homem? Passou um dia meu irmão me bateu por causa daquele assunto, me bateu e me bateu muito. Nós vamos te levar na casa do teu marido. Pronto! Eu disse: me mataram, meu Deus! Eu sei que a mulher é levada na casa do marido se lhe engravidaram, eu não estou grávida”.*

O relato de Margarida permite muitos pontos de análise. Primeiramente, o despertar da sexualidade feminina como algo negativo, algo errado passível de punição. Segundo, são os homens que assumem esse controle, mesmo que com a participação das mulheres. No seu caso, é a irmã que conta para o pai, e seu irmão, mesmo jovem, já tinha autoridade para puni-la fisicamente. Em terceiro lugar, a sexualidade da mulher como algo que deveria acontecer em um casamento fica explícita quando eles decidem que ela deveria ir para a casa do “marido”. Para Margarida, mulher com marido é mulher que engravida (isso nos remete a sua associação entre maternidade e casamento feita em sua fala anterior). Por fim, quando ela diz “*me mataram, meu Deus!*”, ela está a dizer que não queria aquele destino que estavam a decidir para si (de ter que ir morar na casa de um suposto marido sem ela estar grávida), como se sua vida acabasse ali.

Isabel começa a ter relações sexuais muito cedo sem conhecimento da família, até ficar grávida e a família descobrir. Sua irmã responsabiliza o homem pela gravidez e demanda conhecê-lo:

*“Quando cheguei no hospital e vi uma coisa preta nos olhos e aí desmaiei. Acordei já na cama e aí já tinham feito todos os exames, sem pedir a minha permissão porque a minha irmã é quem mandou. Aí, a doutora veio e me deu a notícia que estava grávida. E a minha irmã: quem te engravidou? Eu quero ver o homem? Eu quero não sei o que e bla bla bla...”.*

Tanto no caso de Isabel, como no caso de Margarida, suas famílias tomam a direção de suas vidas devido à sexualidade, colocando nos homens a responsabilidade de cuidar delas. Ou seja, não lhes foi dado espaço de autonomia e liberdade para decidir e escolher o que fazer.

Não por acaso que Margarida e Eduarda expressam sentimento de vergonha com relação à sexualidade:

*“Quando te falam de namorar, parecia uma coisa grave, tipo te ofenderam. A primeira vez eu me envolvi com ele (referência à experiência sexual com namorado) não queria mais lhe ver, sentia vergonha” (Margarida).*

*“Ela (tia) me perguntou: você já sabe homem? Eu respondi: não sei ainda. Você não sabe os homens? Eu disse: os homens que sei é para dar beijo, pegar nas chuchas, isso eu sei. Você ainda não fez amor com...? Eu disse, não me pergunta tudo isso porque tinha vergonha” (Eduarda).*

De maneira geral, até aqui, vemos que as trajetórias de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima são marcadas pela normatividade de gênero e relações de poder entre homens e mulheres (Oliveira, 2017), que circunstanciam suas experiências. Desde cedo já arcavam com tarefas domésticas pesadas como crianças. Para algumas delas isso significou ausência escolar. O despertar de sua sexualidade é acompanhado por sentimentos de vergonha, algo que não deveriam estar exercendo, pois ainda não eram casadas. Suas famílias não validam sua autonomia e liberdade sexual, tiram-lhes o poder de experienciar sua sexualidade e o colocam nas mãos dos homens nas figuras dos seus namorados. Suas histórias nos mostram que a sexualidade feminina não é algo tradicionalmente das mulheres.

Todos estes componentes (normatividade de gênero e relações de poder) estão presentes (em maior ou menor grau) na vida de todas as mulheres. Até aqui, não há nada nas trajetórias das trabalhadoras do sexo entrevistadas que dê indícios de que seriam trabalhadoras do sexo. Isso vai na linha de Oliveira (2013), ou seja, que não seria possível prever a entrada no trabalho do sexo a partir de uma suposta trajetória.

### **4.3. Necessidade econômica como motivação para o trabalho do sexo**

Voltando à história de Margarida, quando percebe que sua família iria deixá-la na casa do suposto namorado, ela decide fugir de casa. Ela não queria virar esposa e tinha medo da

violência de sua família: *“Fui sozinha, nem namorado, nem minha família sabia do paradeiro onde eu fui, porque tive medo de me deixarem na casa do marido...de repente comecei a me sentir vulnerável e sozinha. Mas vou voltar como? Ainda estava com medo de me baterem, talvez a situação ainda não melhorou”*.

Fátima também foge de casa devido aos maus-tratos: *“Vi que não estava a aguentar e precisava sair daí, então fugi, fui à procura da minha vida. Vivia assim, nas favelas”*.

Enquanto Margarida e Fátima se viram sozinhas, sem ninguém para sustentá-las, Eduarda e Isabel tiveram que complementar a renda familiar:

*“Meu pai já não trabalhava mais e a minha mãe estava doente e já não podia fazer muitas coisas e estava a sofrer muito. A única menina grande era só eu, e a maneira como olhava para aquela situação, eu sentia a necessidade de procurar um sítio para trabalhar e me pagarem. A irmã da minha mãe falou que não podia ficar na casa dela, deveria pagar a renda de casa que seria repartida. Eu disse: eh! Não tenho dinheiro. Como vou fazer?”* (Eduarda)

*“Eu trazia dinheiro para dentro de casa sim...tínhamos que nos mexer, porque o senhor que cuidava de nós com alimentação e tudo não estava mais em vida. Então, nós próprias tínhamos que gerir as coisas”* (Isabel).

É neste contexto de vulnerabilidade econômica, social e familiar que o trabalho do sexo surge como possibilidade de sustento e complementação da renda familiar. Isso vai ao encontro da literatura. Ou seja, a necessidade econômica como motivação para entrada no trabalho do sexo, não sendo incomum que trabalhadoras do sexo tenham que contribuir para a renda familiar desde cedo (UNAIDS, 2010), assim como a fuga da violência familiar seja uma motivação para a entrada no trabalho do sexo. Muitas meninas ou jovens fogem de suas famílias e ficam sozinhas para se sustentar (Oliveira, 2013).

#### 4.4. As portas do trabalho do sexo são abertas por outras mulheres ou meninas

Para todas, as portas do trabalho do sexo foram abertas por outras mulheres na figura de amigas ou familiares. Não é raro que a motivação para entrar no trabalho do sexo venha de amigas, conhecidas, vizinhas ou até mesmo membros da família. Isso desconstrói a ideia de que trabalhadoras do sexo entrem no trabalho do sexo por influência negativa de um abusador (homem) e aponta que as mulheres desempenham papel nessa entrada (Oliveira, 2013).

Tabela 4.4.1: Entrada no trabalho do sexo mediada por outras mulheres ou meninas

Margarida	<i>Afinal, ela (ex-namorada do irmão) vivia no hotel, fazia trabalho de sexo, faturava uma semana ou um mês e depois voltava ...Era um foco fixo<sup>22</sup>. Quando fui ao lado do mar onde tem discotecas e hotéis muito grandes, fiquei com aquelas tias que fazem a vida com os brancos. Uma das moças me gostou e disse que tinha bom corpo.</i>
Eduarda	<i>Dois dias depois ela pediu para ir lá e disse que tinha alguém a procurar uma menina com chuchas de pé. À noite me preparou, me fez maquiagem, me arranhou cabelo, me pôs bota, fiquei mesmo bem chique (risos). Ela me disse: vamos primeiro num bar e você vai beber um pouco de cerveja para conseguir falar com a pessoa que vou te apresentar.</i>
Isabel	<i>Tinha uma amiga que já estava nessa vida e ela me disse: olha! Para você ter os teus documentos você vai precisar ter muito dinheiro. Portanto, eu fui saindo com alguns amigos por influência das outras amigas.</i>
Fátima	<i>Tinha uma amiga que me disse, elas me aconselhavam: você aqui para poder pegar dinheiro tem que levar uma vida... uma vida assim fácil. Eu disse: qual vida? Ela disse: para nós pegar dinheiro aqui, temos que mandar parar os carros. Eu disse: qual carro? Eu não conheço, me ensina.</i>

<sup>22</sup>Foco é a denominação dos locais onde as trabalhadoras do sexo trabalham, podem ser fixo como bordéis ou moveis como as ruas.

Vemos diferenças fundamentais nos contextos de entrada no trabalho do sexo entre elas, mesmo que todas tenham sido introduzidas a ele por outras mulheres. Margarida e Fátima entraram em contacto com a realidade do trabalho do sexo mais tradicional, realizado nas ruas<sup>23</sup>. No caso de Eduarda, sua tia (também trabalhadora do sexo), atuou como “cafetina”, agenciando a relação de Eduarda com os clientes.

Isabel realiza o que entendemos como sexo transacional<sup>24</sup>, tanto que ela não percebia o que fazia como trabalho do sexo. Por conseguinte, não se percebia como trabalhadora do sexo, nem os “namorados ou ficantes”, como clientes:

*“Eu saía com as pessoas, tipo eram meus amigos. Aí saíamos e fazíamos as relações e me davam o dinheiro. Elas faziam isso, mas naquela altura não era considerado trabalho de sexo. Ninguém falava trabalho de sexo. Era amigo ou ficante. Tipo, a gente falava: estou a precisar de X, podes me arranjar? Você vai fazendo e ele vai te dando mais dinheiro e mais dinheiro tipo namorado, mas não namorado fixo”.*

Ao contrário das demais, a história de Isabel vai nos mostrar que a entrada no trabalho do sexo pode ser progressiva. Começa com sexo transacional e depois se torna trabalho do sexo profissional (Oliveira, 2013).

#### **4.5. Objetificação sexual**

As falas de Margarida e Eduarda nos fazem pensar sobre os corpos das trabalhadoras do sexo e sua importância na relação com os clientes. O fato de ter um “bom corpo”, como me conta Margarida, é um diferencial positivo no contexto do trabalho do sexo. A tia de Eduarda a deixa “bonita” para o contato com o cliente. As amigas de Fátima a preparam

---

23 “transação consensual de dinheiro ou bens por serviços sexuais realizados regular ou ocasionalmente” (ICRSE, 2016; Open Society Foundations, 2015; UNAIDS, 2010).

24 “um arranjo financeiro em troca de sexo no âmbito de relacionamentos amorosos ou de amizade. O sexo pode ser trocado por outras formas de compensação, como presentes, roupas, telemóveis, viagens, comida, aluguel, entre outros” (Piscitelli, 2016; Richter, 2012).

para deixá-la mais atraente: “*já banhava, me preparava, pintava os meus batons*”. Isso nos fala do corpo das mulheres como objeto sexual do desejo dos homens.

A definição de objetificação sexual, entretanto, é complexa. Pode ser considerada a utilização do corpo como uma ferramenta sexual para prazer de outra pessoa, em que o valor da pessoa objetificada é diminuído devido à função sexual do seu corpo (Loughnan & Pacilli, 2014).

O fato de ser o corpo feminino que é tradicionalmente objetificado nas relações entre homens e mulheres pode ser um fator que explica por que são as mulheres a maioria entre as pessoas que fazem trabalho do sexo. O trabalho do sexo envolve objetificação sexual. Posto de outra maneira, a desigualdade de gênero como componente que estrutura o trabalho do sexo. Ao supostamente reforçar essa objetificação, o trabalho do sexo estaria a serviço do patriarcado e, portanto, contribui para a desigualdade experienciada pelas mulheres, de acordo com as feministas radicais.

As trabalhadoras do sexo entrevistadas têm consciência da objetificação dos seus corpos (embora não o articulem como tal). Elas usam, manipulam seus corpos no sentido de deixá-los mais atrativos para os clientes. Ou seja, elas de alguma maneira assumem controle sobre a objetificação que ocorre sobre seus corpos, o que denota agência sexual. Elas navegam essa estrutura de poder em benefício próprio. Esse entendimento se alinha com as feministas pró-prostituição que relativizam a objetificação sexual no trabalho do sexo.

E aqui retomamos a discussão do capítulo 2.2.4 sobre como trabalhadoras do sexo podem contribuir para a liberação de todas as mulheres. Quando se revestem da liberdade em sexualizar seus corpos como desejam (inclusive para fins de objetificação sexual), dão movimento para que todas as mulheres possam fazer o mesmo. Saem do lugar de sujeitos passivos rumo a sujeitos ativos no uso do próprio corpo (Ribeiro, 2015). Quando as feministas radicais negam essa possibilidade de agência no trabalho do sexo, elas vão contra um preceito básico do feminismo: o de que as mulheres possam ter autonomia sexual sobre seus corpos e decidir quando ter sexo, com quem e como (ICRSE,

2016). Interessante que a discussão do trabalho do sexo enseja contradições dentro do próprio feminismo.

Mas as falas das trabalhadoras do sexo também nos dão indícios de que talvez o trabalho do sexo contribua em alguma medida para a desigualdade de gênero. Ao manipularem seus corpos para aparecerem mais sexualizadas aos olhos dos clientes, elas, mesmo que indiretamente, contribuem para a objetificação do seu corpo, o que concorre para a redução do seu valor como mulheres ao seu papel sexual (Loughnan & Pacilli, 2014).

Talvez esse paradoxo seja inescapável, o trabalho do sexo como espaço tanto de exploração como um de subversão e agência (Ribeiro, 2015).

#### 4.6. Entrada no trabalho do sexo marcada por inocência

Todas as trabalhadoras do sexo entrevistadas entraram no trabalho do sexo ainda muito jovens, entre 14 e 17 anos, ao mesmo tempo em que tinham pouca experiência sexual e pouco conhecimento sobre o contexto do trabalho do sexo. Essa inocência vai na contramão da associação que tradicionalmente se faz às prostitutas como mulheres imorais, desviantes, sujas, como vimos no início do capítulo 2.

Tabela 4.6.1: Inocência com relação ao trabalho do sexo

Margarida	<i>Mas eu não conhecia nada daquela vida, naquela altura eu não sabia beber. Quando comecei o trabalho de sexo, sentia-me como se fosse uma bebê virgem na qual as pessoas a olharem para mim.</i>
Eduarda	<i>O coração estava a bater muito porque queria resolver o problema (fazer sexo). Eu pensava como começar a falar com o branco (cliente) primeiro.</i>
Fátima	<i>Naquela época, eu ainda era muito burra. Uma vez elas me levaram. Eu vi assim ela a meterem uns calções curtos a se prepararem. Eu disse: Quo! Estão a meter esses calções curtos, é para nós irmos aonde? Eu via sempre elas a sair de carro, eu ficava sempre nas minhas calmas, muito burra porque eu ainda não conhecia.</i>

#### 4.7. Entrada no trabalho do sexo: escolha e falta de escolha

Fato é que todas as trabalhadoras do sexo entrevistadas entraram nesta atividade voluntariamente, ainda que em um contexto de vulnerabilidade social e econômica. Não foram vítimas neste processo. Ou seja, houve uma escolha em um contexto de restrições. Isso nos dá insumos interessantes para revisitarmos a discussão do empoderamento do capítulo 2.2.6.

Relembrando as três dimensões parte das escolhas: recursos, agência (como processo de ação) e resultados (Kabeer, 1999). A ausência de recursos econômicos em um contexto familiar de pobreza as leva ao trabalho do sexo, aliada às suas idades precoces e falta de escolaridade (portanto, ausência de oportunidades de outra experiência laboral).

Como vimos, a objetificação sexual é um componente importante no trabalho do sexo. Ou seja, quem compra sexo em alguma medida objetifica o corpo de quem vende sexo. Sabemos que tradicionalmente é o corpo feminino que é objetificado na relação entre os sexos. Isso pode explicar porquê as mulheres são a maioria no trabalho do sexo. Sob esse ponto de vista, as trabalhadoras do sexo fazem uma escolha cujo resultado contribui para a desigualdade que experienciam como mulheres, pois o trabalho do sexo reforçaria essa objetificação (o que parece ir ao encontro do argumento das feministas radicais como já vimos).

Mas, por outro lado, a própria manipulação da condição de objetificação do corpo em benefício próprio pode ser indício de que essa poderia ser também um recurso em uma escolha cujo resultado é benéfico para suas vidas. Margarida e Fátima entram no trabalho do sexo para sustentarem sua própria autonomia, fora de um contexto familiar adverso e violento. Eduarda e Isabel, com a renda do trabalho do sexo, conseguem permanecer em suas famílias. Ou seja, o resultado da ação de entrar no trabalho do sexo teve um impacto positivo em suas vidas, o que denota empoderamento.

O fato de que elas consentiram em entrar no trabalho do sexo não deve ser menosprezado. A ideia de que não haveria consentimento no trabalho do sexo, como colocam as

feministas radicais, não se confirma com as falas das trabalhadoras do sexo. O consentimento existe, mesmo em meio a um contexto de adversidades. Elas são agentes na sua experiência de entrada no trabalho do sexo, entendimento que se aproxima mais das feministas pró-prostituição.

Ademais, o impacto positivo dessa escolha é mais direto em suas vidas individuais do que o suposto impacto negativo sobre elas como mulheres (coletivo). A mirada sobre a experiência delas de empoderamento, portanto, só é possível com o exercício de escutar suas histórias individuais. E aqui vou ao encontro de Cunha (2010) sobre a necessidade de se pensar realidades micro (individuais) para se discutir empoderamento.

#### 4.8. Autonomia econômica: consciência de gerir o próprio dinheiro

A possibilidade de gerarem uma renda própria a partir do trabalho do sexo dá espaço para que as trabalhadoras do sexo entrevistadas desenvolvam senso de autonomia econômica:

Tabela 4.8.1: Autonomia econômica

Margarida	<i>Como eu já era viva, ninguém ficava com o meu dinheiro.</i>
Eduarda	<i>Agora, o problema que me fez fugir da tia é que o dinheiro ela não me entregava. Depois de fugir dela, me juntei a um grupo de jovens da minha faixa etária. Essas mesmo jovens me abriram os olhos com relação à tia. Disseram que ela me explorava. Porque o dinheiro fica todo na mão dela.</i>
Isabel	<i>Ela (uma amiga) dizia: todo o dinheiro que te derem não apresenta em casa, não leva todo dinheiro em casa. Vai guardando e fazendo a sua economia...Fiquei no foco, mas dizia ao meu marido que estava a ir trabalhar, mas no fundo não trabalhava. Juntava o dinheiro que recebia dos clientes, abri uma conta e fui colocando o dinheiro e no final do mês tinha um valor.</i>

Margarida, Eduarda e Isabel sabem que a renda que faziam com o trabalho do sexo é delas. Margarida diz que era “viva”, aqui no sentido de ser esperta, inteligente, por isso ela

ficava com o próprio dinheiro. Eduarda, inclusive, foge da tia que a agenciava para assumir controle sobre sua renda. Isabel desenvolve estratégias de manter sua renda para si, primeiramente na casa de sua irmã e depois no âmbito do seu casamento. Aqui, mais uma vez, o trabalho do sexo se coloca como espaço de emancipação para essas mulheres como mulheres. Elas são capazes não só de gerar renda própria, como também desenvolvem autonomia sobre essa renda. Como mulheres africanas do estudo de Yingwana (2018), as trabalhadoras do sexo entrevistadas vão contra normas tradicionais de gênero, segundo as quais a autonomia econômica seria algo facultado aos homens.

Margarida chega a relacionar seus ganhos no trabalho do sexo com a situação econômica macro do país: *“porque houve a desvalorização da moeda angolana, o país está em um nível de desequilíbrio financeiro. O que fazíamos antes já não é como hoje”*.

Eu me pergunto como seria se hipoteticamente fizéssemos o relato da experiência de autonomia financeira dessas mulheres, omitindo a fonte de sua renda. A isso se somando a capacidade de algumas das trabalhadoras do sexo entrevistadas falarem vários idiomas e inclusive poder negociar em todos eles. Qual seria a percepção em torno dessas mulheres? Certamente de mulheres empoderadas, liberadas, capazes. Mas parece que, ao colocarmos o trabalho do sexo nessa equação, de alguma maneira isso muda. De repente, elas não são tão empoderadas assim. Faço, então, minhas as palavras de Kempadoo (1999), sobre a necessidade de escutar como as mulheres vivem o trabalho do sexo, para superarmos visões universalistas e moralistas acerca deste tipo de trabalho.

#### **4.9. Negociação no trabalho do sexo**

Como vimos, as feministas radicais negam a possibilidade de a trabalhadora do sexo ter agência (a não ser para sair dele). Negam também a possibilidade de consentimento no trabalho do sexo, uma vez que constitui violência. Já as feministas pró-prostituição reconhecem que o consentimento é complexo e envolve múltiplos fatores.

Margarida e Eduarda me contam sobre suas experiências de negociação no trabalho do sexo. A negociação por si só já é indício de que há consentimento envolvido, pois indica

que há uma discussão dos termos do serviço. Além disso, elas têm claro para si quais são seus limites e se colocam a partir deles. Vejamos:

*“Não gosto homem que tem o pênis muito grande, mas aí você tem de suportar tudo que te aparece. O que fala mais alto é o dinheiro. Você não tem como dizer não. Não gosto homem que exige fazer sexo com muita força, tenho os meus princípios que gosto de fazer sexo” (Margarida).*

Ao mesmo tempo em que ela mostra onde pode ceder (fazer sexo com homem com pênis grande) em função da renda, ela também diz ter seus “princípios” de como gosta de fazer sexo. Não gosta de sexo mais agressivo. Ela tem claro o que gosta, o que não gosta e faz escolhas a partir disso. Seu relato não corrobora a visão de que não há agência e consentimento possível no trabalho do sexo.

Eduarda não negocia sexo anal, mesmo que seja a prática sexual mais lucrativa: *“Mas a coisa que eu não gosto até hoje mesmo se você tiver muito dinheiro é o sexo anal. Eu perguntei a ele que sou? queria mim estragar? Depois de me fazer já não vais aceitar casar comigo? Se queres ter sexo anal primeiro vamos casar”*. A razão pela qual não faz é interessante, entende que o sexo anal é uma prática a ser realizada com marido. Aqui ela encerra um limite no seu corpo e atua a partir dele na relação com o cliente. Ela nos mostra que o corpo da trabalhadora do sexo pode ser um território simbólico de limites entre profissional e pessoal, como colocam as feministas pró-prostituição (capítulo 2.2.3). A fala de Eduarda nos sinaliza que ela potencialmente busca em seus clientes um possível marido. Esse componente será melhor explorado mais à frente.

#### **4.10. Experiência de amor em relacionamento pessoal**

Como vimos no capítulo 2.2, as feministas radicais reduzem a vida e experiências da trabalhadora do sexo como pessoa à sua experiência no trabalho do sexo. Ela é um objeto sexual, e essa condição define sua vida. As feministas pró-prostituição entendem que aquelas mulheres desenvolvem estratégias para circunstanciar o seu trabalho em

suas vidas e que suas experiências de vida são amplas, inclusive a experiência de sua sexualidade no âmbito pessoal.

Vejamos o que me contam Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima.

Tabela 4.10.1: Experiência de amor em relacionamento pessoal

Margarida	<i>Posso falar que foi o primeiro homem que me amou na minha vida. Ele... Não sei né?... Me amava e me ama até hoje, eu sonho com ele e espero por ele. Bruno era um moço bonito, Bruno vem me seduzir, convidou-me para entrar na casa dele, começou a conversar comigo e eu senti algo no corpo porque nenhum homem conversava comigo naquele modo... Fui tomar banho, fiz sexo com o Bruno hum! Voltei a ser a pessoa que era antes, senti-me leve, o amor começou a renascer novamente dentro de mim.</i>
Eduarda	<i>Eu pensei no jovem que me gostou e eu gostei dele. Ele fez comigo, fiquei com ele dois dias. Ficava na casa dele muito tempo, ia e volta. Houve um dia que ele disse: fica comigo aqui e não vai mais para casa. Eu fiquei muito alegre.</i>
Isabel	<i>Em 2010 eu conheci um rapaz (que morava) a dois quarteirões. Como eu também gostava dele, começamos a namorar. Naquela altura eu já tinha dezassete a caminho de dezoito anos.</i>
Fátima	<i>Apareceu um moço que me gostou muito: És muito bonita, eu gostei de ti e quero te conhecer e namorar contigo. Eu disse: não, moço, eu estou a fazer a minha vida, eu quero dinheiro. Como você vai me levar se eu sou puta, quero ganhar meu dinheiro rápido, ainda por cima, deves ter tua mulher, não vais me levar nada a sério. Disse não! Yha, ficamos muito bem, acabamos de fazer amor e me pagou meu dinheiro. Outro dia ele liga, gostou. Ele gostou de mim, eu também gostei dele.</i>

Todas elas relatam a experiência do amor em relacionamentos pessoais e a felicidade que isso traz. Falam da possibilidade de sexualidade com amor para além da sexualidade que

experenciam no trabalho do sexo, o que está mais na linha do que pensam as feministas pró-prostituição.

Margarida conta os efeitos daquela experiência no seu corpo: *“Eu senti algo no corpo porque nenhum homem conversava comigo naquele modo... Voltei a ser a pessoa que era antes, senti-me leve, o amor começou a renascer novamente dentro de mim”*. Isso nos traz elementos para pensar o corpo da trabalhadora do sexo como espaço de sentimentos e emoções para além daqueles experienciados no trabalho do sexo.

Fátima traz o particular do envolvimento amoroso com um cliente. Interessante que ela se refere a ela como “puta” no contexto da relação com o cliente, ao mesmo tempo em que refere que “fizeram amor”. Ou seja, mesmo no papel de trabalhadora do sexo, ela pode experienciar amor. Por mais que as trabalhadoras do sexo separem suas vidas profissionais e pessoais, há clientes que podem impactar suas vidas, com os quais podem desenvolver uma relação de afeto, como foi o caso de Fátima (França, 2015).

Os testemunhos delas, portanto, vão mais na linha do que pensam as feministas pró-prostituição. É fato que as trabalhadoras do sexo atuam no desejo dos clientes e, em alguma medida, são objetos sexuais naquele momento. Entretanto, elas aprendem a navegar essas fantasias sexuais sobre elas. Sua sexualidade e vida afetiva vão além do trabalho do sexo. Elas se movem no mundo como mulheres e não só como trabalhadoras do sexo (Grant, 2014).

#### **4.11. Experiência da conjugalidade marcada por papéis tradicionais de gênero**

É comum que trabalhadoras do sexo não permaneçam no trabalho do sexo por toda a vida adulta (Kempadoo, 1998), e que retornem a ele quando se separam e são as principais responsáveis pelos filhos (Oliveira, 2013).

Como vimos até então, as trabalhadoras do sexo entrevistadas tiveram suas infâncias marcadas pela normatividade de gênero. Suas experiências como trabalhadoras do sexo

as distanciam dessa estrutura, na medida em que são agentes na sua sexualidade, têm renda própria, fazem escolhas em suas vidas. Vimos que experienciam amor com seus parceiros pessoais. Como que essa questão da normatividade de gênero vai se colocar em seus relacionamentos pessoais com seus parceiros<sup>25</sup>?

Tabela 4.11.1: Experiência da conjugalidade marcada por papéis tradicionais de gênero

Margarida	<i>Fiquei mesmo mulher de casa. Me sentia aliviada, descansada porque encontrei paz para minha mente. Ele me disse: eu sei que você faz trabalho do sexo para sobreviver, vou dar-te tudo que você quer, mas teu corpo não mostra mais em nenhum outro homem. De ser dona de casa? foi muito bom.</i>
Eduarda	<i>Fiquei muitos anos com ele. Fiquei grávida na casa dele, nasceu minha filha. Quando fiquei grávida, ele foi se apresentar na minha família, mãe e meu padrasto que me criou e aí ele fez apresentação com tudo.</i>
Fátima	<i>Começamos a namorar, nossa relação ia super bem, só assustei quando veio uma gravidez, risos... ele disse: tá bom. Já que estás grávida, não passa mais ir aí (foco), eu vou te dar, sustentar, vou te assumir e te alugar uma casa. Cuidava da casa, lavava roupa.</i>

Em que pese suas experiências para fora da normatividade de gênero no trabalho do sexo, quando estão em relacionamento pessoal, retornam para o papel da mulher tradicional, responsável pelas tarefas domésticas e de reprodução, decidem deixar o trabalho do sexo. Isso não é incomum entre trabalhadoras do sexo (França, 2017).

Margarida refere o tanto que foi bom ter virado dona de casa e ter saído do trabalho do sexo. O marido de Margarida assume controle sobre seu corpo quando a interdita para outro homem e assume o papel do provedor. Essa também foi a experiência de Fátima, quando seu marido lhe diz para não ir mais para o foco e que iria sustentá-la. O marido de

---

25A discussão se dá no espaço da heteronormatividade, sendo as trabalhadoras do sexo heterossexuais. Não significa que essa experiência possa ser generalizada para trabalhadoras do sexo lésbicas, queer ou transgênero.

Eduarda seguiu todos os ritos formais de casamento ao falar com a família dela. Ela também larga o trabalho do sexo para cuidar da casa.

A fala de Margarida é emblemática para se pensar por que essas mulheres retornam para um modelo tradicional de gênero. O fato de ter se sentido “aliviada”, de ter “encontrado paz na mente”, nos faz pensar que o trabalho do sexo representa um fardo em alguma medida. Pode ser um tipo de trabalho física e emocionalmente desgastante. Ademais, o retorno para um modelo tradicional pode trazer descanso, em função de estar dentro dos confins das normas de gênero e não mais em uma posição marginalizada, estigmatizada. Afinal, uma mulher casada tem um status social diferente do de uma trabalhadora do sexo (França, 2017).

O interessante das histórias delas é que seus companheiros tinham conhecimento de que eram trabalhadoras do sexo, sendo que Eduarda e Fátima conheceram seus maridos como clientes. O estigma em torno do trabalho do sexo não foi impeditivo para relacionamento afetivo (França, 2017). Em minha experiência com trabalhadoras do sexo, entretanto, para a maior parte, o trabalho do sexo é um segredo (Mgbako, 2016).

Isabel narra uma experiência interessante. Seu marido não tinha conhecimento de que era trabalhadora do sexo, e ela decide continuar no trabalho do sexo, mesmo ele trazendo renda para casa. No seu caso, o trabalho do sexo coexiste com o modelo tradicional de cuidar da casa e dos filhos (França, 2017). Querer dar para seu filho condições de vida diferentes daquelas em que cresceu foi decisivo. Ou seja, sua experiência infantil de não ter morada própria marca sua experiência de maternidade e escolha pelo trabalho do sexo:

*“Tinha sempre em mente: estamos a viver nessa casa, mas a casa não é nossa. Ele tem várias irmãs, e tarde ou cedo o pai pode mudar de ideia e receber a casa e onde eu vou parar com o meu filho? Aí estava a ser sustentada por ele, e quando fomos para nossa casa, eu arranjei um trabalho na altura, era garçõnete, mas não demorei muito tempo pela distância. Arranjei outro, fui cozinhando e arrumando, também não demorei. Depois daí, eu*

*disse não! Meu filho já tem três anos. Decidi ir para o foco porque eu entrei em comunicação com as minhas amigas” (Isabel).*

Isabel tem outras experiências laborais, mas retorna para o trabalho do sexo. Assim como para outras mulheres, essa atividade lhes proporciona renda superior e mais imediata daquela que poderia ser obtida em outros trabalhos precários, como cozinheira e faxineira, a que poderiam ter acesso (Mgbako, 2016).

#### **4.12. Retorno para o trabalho do sexo**

Como acabamos de ver, Isabel vive uma trajetória contínua no trabalho do sexo, ao passo que Margarida, Eduarda e Fátima, quando seus relacionamentos terminam, retornam para ele. Fato muito comum entre trabalhadoras do sexo (França, 2017).

Tabela 4.12.1: Retorno para o trabalho do sexo

Margarida	<i>Fui na rua, me chamaram a sair com um branco, fui e me deram o meu dinheiro. Naquele momento as colegas que fumavam comigo deram conta que eu também estava a fazer o trabalho de sexo.</i>
Eduarda	<i>Ficar assim não dava. As crianças tinham que estudar. Por isso tive que voltar na vida.</i>
Fátima	<i>Já via os comportamentos dele! Por vezes ia trabalhar, dormia fora, não me dava, me maltratava. Eu disse: já que esta não dá, eu vou ir embora, porque no fundo você só me tirou daí (das ruas e da vida do foco) só para mim fazer sofrer?...Eu já não estava mais aguentar! Tinha que voltar de novo no foco, fazer a minha vida.</i>

Os contextos do fim do relacionamento foram diferentes, entretanto. O marido de Margarida a havia introduzido ao uso de drogas e havia sido preso. Ela volta para as ruas em condição de marginalidade e logo retorna para o trabalho do sexo. O marido de Eduarda falece e, como era estrangeiro, ela se vê sozinha para sustentar os filhos. Já Fátima decide sair do seu relacionamento, pois seu marido estava a começar ser abusivo.

Fátima ilustra a experiência de outras trabalhadoras do sexo em que o trabalho do sexo funciona como uma garantia de sustento e, assim, saem de relacionamentos que não lhes são satisfatórios (França, 2017).

Esses deslocamentos de Margarida, Eduarda e Fátima para fora e dentro do trabalho do sexo em correlação com conjugalidade ilustram o ponto de França (2017):

*“Prostituição e casamento são frequentemente comparados segundo uma lógica de subsistência: as prostitutas explicam que deixaram o trabalho do sexo quando se casaram, (re)começaram este trabalho porque se separaram”* (p. 149).

#### **4.13. Necessidade econômica como razão para o trabalho do sexo**

Como vimos, a necessidade econômica é a razão pela qual as trabalhadoras do sexo entram no trabalho do sexo e retornam a ele. E isso é repetido por elas continuamente em suas entrevistas. A necessidade econômica das trabalhadoras do sexo entrevistadas reflete a realidade da maior parte das mulheres nesta atividade. Nas palavras de Smith & Mac (2018, p. 46): *“as pessoas vendem sexo para ter dinheiro”*<sup>26</sup>.

Interessante é que a razão econômica é utilizada como uma justificativa para o trabalho do sexo, algo externo a elas, sobre o qual não têm controle, por isso entraram na atividade. Não o fazem porque querem prazer. As palavras de Margarida retratam isso: *“se fosse para ter sexo, eu não seria trabalhadora do sexo”*. Em que pese a liberdade sexual que experimentam no trabalho do sexo, não estão livres do estigma por serem percebidas como mulheres que buscam prazer. Os ideais da domesticidade (discutido no capítulo 2.2.4) fazem parte de suas vidas e, de certa maneira, mediam sua percepção do trabalho do sexo.

Eduarda e Isabel nos falam da difícil realidade da falta de renda como algo constante em suas vidas. Isabel complementa que o trabalho do sexo é *“o trabalho mais fácil e que rendia mais”*. O que as trabalhadoras do sexo têm que fazer é dispor do próprio corpo,

---

<sup>26</sup>Citação no original: *“people sell sex to get money”*.

algo que têm mais controle do que buscar emprego. É fato que as trabalhadoras do sexo encontram neste trabalho uma opção viável de renda (Anderson, 2002).

Tabela 4.13.1: Necessidade econômica como razão para o trabalho do sexo

Margarida	<i>Era só para comer e vestir. Se fosse vontade de ter sexo, eu não seria trabalhadora de sexo, fui no trabalho de sexo pelo meio financeiro.</i>
Eduarda	<i>Porque esse dinheiro que a gente faz no sexo, sabe que não demora por mais que você guarda, você sabe que vai acabar tarde ou cedo. Hoje chamou homem, me deu dinheiro, amanhã como sei que irei novamente então e quase que não se guarda nada.</i>
Isabel	<i>Eu fazia só por fazer, por necessidade e para obter o dinheiro e não porque tenho que fazer. Naquela altura eu me via como alguém que tinha que obter dinheiro, alguém que tinha que se virar na vida, e eu vi que o trabalho mais fácil e que rendia mais era o trabalho de sexo. Mas eu me vejo que tenho que ficar, porque, nos meus sonhos ou em tudo que eu tenho de fazer, ainda me falta muito ou tipo, quando eu recebo o dinheiro já me encontra cheia de dívidas e contas.</i>
Fátima	<i>O que me faz estar nessa vida é porque não tenho onde tirar (dinheiro). Assim faço a minha vida mesmo no foco, não digo que não faço.</i>

#### 4.14. A dimensão do sacrifício

A entrada, retorno e permanência no trabalho do sexo são motivados pela necessidade econômica. E, na maior parte dos casos, a renda não é só para a trabalhadora do sexo, mas também para o sustento da família (Kempadoo, 1998). Esse é certamente o caso de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima.

À justificativa da necessidade econômica se soma o sacrifício que fazem para prover para os seus, especialmente os filhos. Sabemos que a maternidade é cara à figura da mulher tradicional. Uma boa mulher faz tudo para os seus filhos. Ao dizerem que estão no

trabalho do sexo para prover para seus filhos, é como se elas buscassem uma “absolvição” social frente ao trabalho que fazem (França, 2017).

Tabela 4.14.1: A dimensão do sacrifício no trabalho do sexo

Margarida	<i>Muitas trabalhadoras de sexo se sacrificam por muita gente, por isso fico triste quando o agente da polícia ou um chulo incomoda a trabalhadora do sexo. Tem muita trabalhadora de sexo que está no foco, mas deixou filho no hospital.</i>
Eduarda	<i>Precisamos ajudar os filhos. Você pode morrer e o filho ficar alguém.</i>
Isabel	<i>Então, estou nisso, mas tudo eu faço pelos meus filhos.</i>
Fátima	<i>Recebo o meu dinheiro, estou a formar meus filhos graças a Deus. Eu sou pai e sou mãe, tudo para os meus filhos. Pago tudo deles, o dinheiro que eu pego pago tudo dos meus filhos porque eles vivem com a minha mamã.</i>

Devemos lembrar também que são elas as principais responsáveis pelo cuidado e sustento dos seus filhos, assim como para muitas mulheres. Mais uma vez, a desigualdade de gênero intersecta com trabalho do sexo na forma de maior vulnerabilidade econômica em função das responsabilidades familiares. Precisam de renda mais fácil e mais rápida para prover para os filhos. Seus corpos, devido à objetificação sexual, podem ser usados para fins de obtenção de renda com venda do sexo. Fico me questionando sobre quais seriam as escolhas econômicas disponíveis para homens, com filhos, descasados, em situação de pobreza, com menos responsabilidades familiares, com um corpo que não é objetificado na relação com mulheres.

#### **4.15. Nem tudo são flores no trabalho do sexo**

Vimos que o trabalho do sexo é um espaço importante de autonomia econômica para as trabalhadoras do sexo e suas famílias. Com sua renda, conseguem dar outras oportunidades para seus filhos, diferentes daquelas que tiveram em suas vidas. Mas há experiências difíceis no trabalho do sexo, como me contam Margarida, Eduarda e Fátima.

Tabela 4.15.1: Experiências negativas no trabalho do sexo

Margarida	<i>Eu não esperava um dia sentir nojo de fazer trabalho de sexo.</i>
Eduarda	<i>Já vi muitas mulheres na minha profissão a morrerem e o ânus a ficarem danificados por causa do sexo anal.</i>
Fátima	<i>Eu saio daí com o cliente e corro para minhas amigas a chorar. Elas vêm até mim e perguntam: é o quê, é o quê? Eu disse: saí com um senhor me fez assim e me fez com força, mas não me pagou o dinheiro... É mesmo do foco que estou a falar. Me batiam, já fui violada, me recebiam o dinheiro...Quando estou nos meus focos, antes tinha muita violência dos policias, mas agora já não, o trabalho corre bem. Não tem mais nenhuma queixa, tipo antes a polícia recebe o dinheiro, viola, agora já não. O serviço está indo bem, estamos a gostar do serviço, estão a trabalhar muito bem.</i>

Como vimos no capítulo 2.2.3, o exercício do trabalho do sexo produz um impacto na subjetividade e corporeidade da trabalhadora do sexo. Margarida traz o sentimento de “nojo” com trabalho do sexo, o que me remete a relatos de outras trabalhadoras do sexo sobre como detestam muitas vezes o contato com o corpo do cliente. Aqui as feministas radicais diriam que isso é um sinal de que o trabalho do sexo é deletério para as mulheres, para o qual não há estratégias possíveis de enfrentamento.

Como um trabalho físico que envolve práticas sexuais muitas vezes desprotegidas ou forçadas, o trabalho do sexo pode ocasionar lesões corporais, como me relata Eduarda. Fala que poderia facilmente reforçar linguagem gráfica negativa das feministas radicais para falar do trabalho do sexo, como nesta passagem de Dworkin (1993, p.7): uma trabalhadora do sexo é “*uma boca, uma vagina e um ânus*”<sup>27</sup>.

As trabalhadoras do sexo podem identificar aspectos negativos do trabalho do sexo, sem que isso signifique que este deva ser necessariamente erradicado (Mgbako, 2016). Me

---

<sup>27</sup>Citação no original: “*a mouth, a vagina, and an anus*”.

aproximo mais das feministas pró-prostituição que reconhecem aspectos negativos do trabalho do sexo, ao mesmo tempo em que pode também ser espaço de empoderamento (como vimos na discussão de autonomia econômica) (Anderson, 2002).

Fátima traz a experiência da violência no trabalho do sexo nas mãos de clientes e polícia. É notório que as trabalhadoras do sexo são vulneráveis à violência em diferentes formas: econômica, sexual e física (ICRSE, 2016; Mgbako, 2016; UNAIDS, 2010).

Entretanto, essa violência não é necessariamente intrínseca ao trabalho do sexo. A criminalização (ou a percepção de que trabalho do sexo é crime mesmo quando não é) desempenha papel fundamental na violência contra trabalhadoras do sexo (ICRSE, 2016). A polícia frequentemente é um dos perpetradores de violência contra trabalhadores/as do sexo (Open Society Foundations, 2015), sendo essa uma das maiores preocupações das trabalhadoras do sexo mundialmente (ICRSE, 2016).

Fátima me relata, entretanto, que a violência da polícia havia diminuído e que o trabalho estava a “correr bem”. Essa mudança de atitude da polícia havia sido fruto de capacitações de conscientização em torno dos direitos das trabalhadoras do sexo realizadas pelo projeto LINKAGES com quadros da polícia em Luanda. Muito embora o trabalho do sexo em si não seja criminalizado em Angola, a percepção social (e da polícia) é de que o é, o que motiva constantes abusos das trabalhadoras do sexo. Essa percepção pôde ser desconstruída durante as capacitações com a polícia (LINKAGES, 2019b).

#### **4.16. Trabalho do sexo é trabalho**

Fátima nos dá o mote para este tópico: *“o serviço está indo bem, estamos a gostar do serviço, estão a trabalhar muito bem”*. Ela usa a palavra “trabalho”. E aqui chegamos a um dos pontos centrais de discussão do trabalho do sexo. Como sabemos, as feministas radicais rejeitam a possibilidade de que o trabalho do sexo seja trabalho, ao passo que as feministas pró-prostituição reconhecem que é uma forma de trabalho, ainda que complexa (Anderson, 2002).

É ela mesma, Fátima, que me dá pistas de que o trabalho do sexo é trabalho: *“é trabalho sim, porque ganhaste os valores. É um trabalho pela troca de dinheiro. Você está com um cliente, vai te dar um dinheiro e você pega aquele dinheiro e leva para os teus filhos, é um trabalho que fizeste”*.

Sua definição se aproxima daquela partilhada no capítulo 2: transação consensual de dinheiro ou bens por serviços sexuais realizados regular ou ocasionalmente (ICRSE, 2016; Open Society Foundations, 2015; UNAIDS, 2010).

Ainda que não tenham articulado o trabalho do sexo como trabalho, isso pode se depreender de outras falas de Eduarda e Isabel. Isabel, em outro momento, também se refere ao trabalho do sexo como trabalho (Tabela 4.13.9): *“eu vi que o trabalho mais fácil e que rendia mais era o trabalho de sexo”*. Eduarda me conta que gosta do trabalho que faz em referência à renda que faz com ele: *“eu gosto do meu trabalho porque... eu comecei pequena até a idade que tenho hoje”*.

Essa discussão de que o trabalho do sexo é trabalho deve levar em conta seu contexto complexo para se apreender a realidade vivida das trabalhadoras do sexo: um trabalho que possibilita renda “fácil”, que as empodera como mulheres, ao mesmo tempo em que é acompanhado de violência e sentimentos de repulsa.

Talvez essa ausência de uma articulação mais elaborada sobre a natureza do trabalho do sexo explique por que não comentaram sobre marcos legais em torno dele (mencionados no capítulo 2.3) e também porque não se articulam como trabalhadoras do sexo. Como colocam (Smith & Mac, 2018), mulheres mais marginalizadas (a maioria como as que eu entrevistei) estão mais silenciadas sobre uma discussão política e legal do trabalho do sexo. Assim suas histórias não dão insumos para se discutir o empoderamento comunitário e social das trabalhadoras do sexo conforme o capítulo 2.2.6 traz.

#### **4.17. Percepção quanto a ser trabalhadora do sexo**

Muito embora as mulheres entrevistadas se definam como trabalhadoras do sexo, não o fazem como ativistas a partir de uma consciência política de seus direitos. Fato comum

entre trabalhadoras do sexo (Smith & Mac, 2018). Arrisco-me a dizer que essa linguagem em torno de si como trabalhadora do sexo se deve muito ao contexto do projeto de HIV em que estavam inseridas.

Suas falas me dão indicações indiretas de que a experiência de estigma da prostituta media, de alguma forma, sua percepção como trabalhadora do sexo (Kempadoo, 1988).

Margarida me conta quando sua cunhada no passado a chamara de “puta”: *“aquele nome me doeu porque uma pessoa puta não tem valor, é uma pessoa desprezível”*. Aqui a palavra “puta” parece remeter mais às associações com prostitutas do passado, mas ainda prevalentes com relação a trabalhadoras do sexo atualmente (capítulo 2). Esse estigma está presente nas falas de Eduarda e Isabel:

*“Ele (em referência a um ex-namorado) me falou: você mudou e ficou uma mulher forte assim... eu fiquei com vergonha de contar sobre a vida que estava a levar, ele não iria querer mais ficar comigo”* (Eduarda)

*“Antes eu me sentia triste e no interior me perguntava sempre: eu vou falar e depois vou ser discriminada, mal falada e olhada. Mas agora eu conto a minha história normalmente e não me envergonho do que eu fiz ou faço, porque eu já notei e reconheço que eu não fiz porque queria, mas por necessidade, obrigação de cuidar dos meus filhos e do que é meu”* (Isabel)

O receio que têm de serem discriminadas, rejeitadas ao partilhar que são trabalhadoras do sexo mostra um grau de internalização do estigma. Isabel justifica que agora isso mudou, porque entende que não fez porque “queria” (como discutido no capítulo 4.14).

#### **4.18. Dimensão racial no trabalho do sexo**

Como vimos no capítulo 2.2.5, a questão racial é um componente importante no trabalho do sexo, presente comumente na relação entre uma trabalhadora do sexo negra ou não-branca e um cliente branco. Essa questão vai aparecer nas falas de Margarida e Eduarda.

Margarida fala que os clientes brancos gostavam muito dela. Embora não fale diretamente, suas colocações em conjunto, considerando sua fala anterior de que tinha “*um bom corpo*”, permitem inferir que de alguma maneira ela encenava o desejo do homem branco em função de ser mulher negra. A autora Ramad (2020) fala do estereótipo construído desde a escravidão das mulheres negras como uma insaciável Jezebel. Figura sensual em oposição à mulher casta branca (encarnação da domesticidade por excelência). Homens brancos as procuravam para dar vazão sexual e ainda assim manter intocada a figura da mulher branca donzela e a imagem da sociedade branca como moralmente superior. Me parece seguro afirmar que Margarida, em função de sua cor e raça, de alguma maneira, atende o desejo sexual do homem branco, e que essa relação remonta a essas relações coloniais. Embora não tenha elementos para fazer uma análise mais aprofundada.

Ela também associa o cliente branco como um cliente que rende mais. Não é incomum que esses clientes sejam estrangeiros e, assim, possuam uma renda maior. Não é à toa que ela negociava em dólares e mais caro. Por isso, ela os prefere por serem mais lucrativos.

Tabela 4.18.1: Dimensão racial no trabalho do sexo na relação com o cliente

Margarida	<i>Porque aí os brancos me gostavam muito. Você vai sair com eles, vão te dar 200 dólares, por vezes 300, então aquele dinheiro eu preferi.</i>
Eduarda	<i>Fiquei com medo no coração, porque ouvia que os brancos são os que trouxeram SIDA em África...Tinha outros negros como senegaleses, mas eu não estava a gostar os negros. O branco tem boa vida, o branco sabe ficar com mulher, sustentar, tudo que você vai pedir, vai te dar, o branco vai estimar na tua família e te dá amor. Eu sempre falei que iria ter filhos com brancos e, não, africanos.</i>

Podemos aqui retomar a mesma discussão feita no item 4.5 com relação a sua objetificação sexual, acrescida agora de sua raça/cor. É verdade que ela reforça, em

alguma medida, o estereótipo da mulher negra “Jezebel” ao atuar no desejo dos clientes brancos como uma trabalhadora do sexo negra. Mas ela também atua neste suposto campo de desigualdade racial, ao negociar mais caro e escolher clientes que lhe permitam maior renda. Posto de outra maneira, mesmo que esse tipo de relação entre ela e o seu cliente branco tenha um contexto de desigualdade de poder, é também revestida de negociação e agência (Ramad, 2020).

Já a fala de Eduarda traz outros pontos interessantes. Primeiro, ela fala de uma crença comum de que o HIV foi trazido por homens brancos à África. Mesmo tendo medo, ela procura especificamente clientes brancos, mas por uma razão diferente da de Margarida. Eduarda, desde criança, já sonhava em se casar com homem branco. Ela me conta que um homem branco tem melhores condições financeiras e também sabe tratar uma mulher. É uma fantasia de que um homem branco não seria violento e, sim, mais amoroso. Outra fantasia é que poderia encontrar esse suposto homem na figura de um cliente. Ela não me dá mais pistas para entender as razões dessa percepção. Mas me questiono até que ponto ela própria internaliza narrativas coloniais em torno de homens brancos, supostamente mais civilizados, e homens negros, por outro lado, naturalmente mais violentos e sexuais (Ramad, 2020).

#### **4.19. Trabalho do sexo e HIV**

Em Angola, como no resto do mundo, as trabalhadoras do sexo estão entre os grupos (populações-chave) mais vulneráveis ao HIV. Isso se deve às barreiras que sofrem para acessarem serviços de saúde, em função do estigma e discriminação associados ao trabalho do sexo e a comportamentos de risco com múltiplos parceiros sexuais sem proteção, somados à falta de informação com relação à prevenção do HIV (LINKAGES; 2019a). Essa certamente era a situação das trabalhadoras do sexo que entrevistei. Margarida, Isabel e Fátima relatam sua falta de conhecimento sobre o HIV no exercício do trabalho do sexo.

Tabela 4.19.1: Trabalho do sexo e HIV

Margarida	<i>Eu tinha em mente a prevenção do VIH/SIDA onde consumíamos as drogas com o pai das crianças e tinha muita gente com VIH/SIDA. Eu não partilhei seringa com ninguém.</i>
Eduarda	<i>A família já sabia que eu fazia o trabalho de sexo, conversamos com a mãe, mas a única coisa que ela me falou foi: tenha cuidado porque tem pessoas doentes, HIV/SIDA, você começa a usar capote (preservativo), se alguém te pedir para ter relações sem o capote, você fala não e chama a tia. E sozinha, tenho me protegido para não ficar doente.</i>
Isabel	<i>Nem ligava essa coisa de SIDA. Eu dizia: quem quiser apanhar, apanha porque já apanhou mesmo. Eu não sabia que essa SIDA ou o VIH era por ter múltiplos parceiros...Foram a primeira vez me ofereceram camisinha que nem usei. Elas disseram... tinha aquela avaliação de risco e na altura elas também faziam aquela avaliação de ITS. As perguntas que elas estavam a fazer eu sentia. Sentia dor a fazer sexo invés de sentir prazer, sentia dor aqui e de vez em quando tinha feridas nas laterais que eu achava que eram Assaduras. Aí eu já comecei a mudar, porque eu já via que o preservativo era a forma mais segura de fazer o sexo.</i>
Fátima	<i>Aparece essa organização. Eu aí não sabia nada de VIH. Então, um ficou a me sensibilizar, a me dar alguns conselhos. Sabes como se faz o uso do preservativo? Eu disse: não sei. Yha! Depois começaram a perguntar: moça, você aqui por semana apanha quantos clientes? Eu disse não, por semana se está fofo (se tiver muita movimentação de clientes), por vezes apanho dez clientes ou vinte. Me falou: e usas o preservativo? Eu disse: uso. Yha! Me deram alguns conselhos e me falaram sobre as ITS, os vírus do VIH. Yha! Fui recebendo os serviços deles. Me levaram num canto para fazer o teste.</i>

Margarida tinha consciência da relação de risco entre o uso de seringas partilhadas e o HIV, mas não sabia da relação entre HIV e trabalho do sexo. Isabel e Fátima me contam que faziam sexo com os clientes sem o uso do preservativo. Isabel, inclusive, experienciava sintomas de infecção de transmissão sexual (ITS), o que é um risco

adicional para o HIV. Ou seja, Margarida, Isabel e Fátima apresentavam alto risco para apanhar o HIV. Mas passaram a adotar comportamentos de prevenção após terem sido sensibilizadas pela organização comunitária que fazia parte do projeto LINKAGES. Foram abordadas nos focos por outras educadoras de pares que as educaram sobre o HIV, uso do preservativo e as convenceram a fazer o teste do HIV. Não fosse o projeto LINKAGES, muito provavelmente elas não teriam tido condições de se engajar em comportamentos de prevenção. Isabel me conta: *“Aí eu já comecei a mudar, porque eu já via que o preservativo era a forma mais segura de fazer o sexo”*.

Eduarda é exceção no sentido de que já tinha consciência do HIV e da necessidade do preservativo (*capote* em seu idioma) desde quando começou o trabalho do sexo. Sua mãe não só sabia que ela estava no trabalho do sexo, como a aconselhou a usar o preservativo. Aprendizado que se solidificou em Eduarda e, desde então, tem se protegido. Sua fala mostra a importância de conversas familiares sobre HIV. E também que é possível que uma trabalhadora do sexo faça seu trabalho de maneira protegida com relação ao HIV, assim como me contam Isabel e Fátima quando passam a utilizar o preservativo.

#### **4.20. Medidas de apoio para trabalhadoras do sexo**

Como discutido nos capítulos 4.16. e 4.17., as trabalhadoras entrevistadas não expressam uma articulação mais politizada em torno do trabalho do sexo. Mas foram capazes de partilhar suas ideias sobre medidas de apoio necessárias para as trabalhadoras do sexo. Vejamos.

Margarida me fala da necessidade de programas de educação e qualificação para trabalhadoras do sexo, de maneira que as trabalhadoras do sexo possam ter condições de sair do trabalho do sexo. Fátima também retoma esse ponto, quando fala do emprego como porta de saída do trabalho do sexo. Margarida, na linha do que eu destaquei sobre a importância da educação de pares, ressalta a possibilidade de as próprias trabalhadoras do sexo serem educadoras.

Tabela 4.20.1: Medidas de apoio para trabalhadoras do sexo

Margarida	<p><i>Ajuda no sentido de fazerem uma casa abrigo para trabalhadoras do sexo, mas que funcionasse como um centro de formação ou escola com professores. Aprender uma profissão que futuramente se reflète na vida delas (para sair do trabalho do sexo). Centro de formação onde as próprias trabalhadoras do sexo são as funcionárias...O abrigo, uma criança com espírito de trabalho de sexo poderá mudar a sua visão e voltar em casa para terminar os seus estudos. Muitas perderam essa oportunidade por não terem direção...Eu deixo uma mensagem nas famílias porque muitas famílias não têm diálogo com os filhos, isso faz com que haja uma desestruturação familiar. Porque a criança adolescente, por conhecer homem, não significa que é trabalhadora de sexo! Apenas perceber que fez sexo.</i></p>
Eduarda	<p><i>Gostaria que o governo fizesse um sítio tipo campo, mesmo que não seja grande, mas que tenha casas para acolher as mulheres trabalhadoras de sexo para que essas façam seu trabalho normalmente. Porque há sítio para elas ficarem, a maioria está na rua...Outras, quando estão doentes, sabem que têm um sítio para viver e seguirem o tratamento e assim ela não vai ficar no coração para dar na outra pessoa essa doença.</i></p>
Isabel	<p><i>Precisamos muito de oportunidades, trabalho, diálogos e conversas... cada casa tem os seus problemas e existem pessoas que não conseguem se abrir com a família... só esse grupo de empoderamento foi uma grande ajuda e é de grande ajuda para todas, porque o que não conseguimos falar em casa e nos focos...</i></p>
Fátima	<p><i>Como é que eu posso dizer... precisam mais serviços mesmo. Testagem, saúde e umas pretendem ter emprego e sair daquela vida. Algumas delas pretendem sair dessa vida.</i></p>

Relembro aqui que todas as quatro trabalhadoras do sexo queriam ter estudado em suas infâncias. Hoje, adultas, reconhecem o valor da educação na vida delas. Para Margarida, “na escola foi aí onde consegui aprender pouco que sei da escola e esse bocado de

*inteligência que aprendi é que me ajuda hoje na minha vida. Agradeço muito!”.* Fátima reforça a educação com oportunidades de vida e a possibilidade de sair do trabalho do sexo: *“no meu sonho, o que penso assim que eu entrar na escola, se formar, ter uma boa formação e saber, ter um bom emprego, eu sair daquela vida”.*

Margarida retoma esse ponto, quando me fala da necessidade de acolher crianças que estão no trabalho do sexo e lhes dar educação como maneira de prevenir que continuem no trabalho do sexo.

A Educação aparece, portanto, como uma via fundamental de saída do trabalho do sexo.

Margarida defende a importância de diálogo familiar em torno da sexualidade e a importância de se desconstruir visões tradicionais em torno do sexo. Se lembrarmos sua história, ela foge de casa porque sua família queria que ela se casasse, pois já estava a ter relações sexuais. Posso inferir a partir de sua fala que ela entende que não teria saído de casa caso sua família tivesse acolhido seu despertar sexual. Quando me fala que, quando uma menina tem sexo, não significa que é trabalhadora do sexo, ela está a desconstruir o ideal da domesticidade já discutido. Ou seja, que mulheres/meninas podem ter relações sexuais fora de um casamento. O que Margarida está a dizer é que a coesão familiar e visões mais abertas com relação à sexualidade feminina podem ser elementos que previnam a entrada de meninas no trabalho do sexo.

Isabel também toca a importância do diálogo familiar como apoio necessário na vida, mas que, no caso de uma trabalhadora do sexo, isso é dificultado em função do segredo em torno do trabalho do sexo. Faz referência ao grupo de empoderamento criado no âmbito do projeto LINKAGES, espaço de solidariedade e apoio mútuo entre as trabalhadoras do sexo. Mais uma vez, os pares (outras trabalhadoras do sexo) aparecem como estratégia importante de apoio para elas próprias.

Quando colocam suas demandas, as trabalhadoras do sexo estão a expressar um nível de empoderamento comunitário, muito embora não articulem como tal. Relembrando a definição colocada no capítulo 2.2.6, empoderamento comunitário ocorre quando a

comunidade das trabalhadoras do sexo encontra-se fortalecida para demandar mudanças que afetam suas vidas em suas comunidades (NSWP, 2000). Suas falas articuladas em torno de suas demandas me fazem entender que são sujeitos capazes de falar por si, em nada me lembram as vítimas incapazes como as feministas radicais entendem a trabalhadora do sexo.

Isso também aparece na fala de Eduarda. Ela traz um contraponto interessante, pois coloca a necessidade de abrigo para as trabalhadoras do sexo, para que possam sair das ruas, mas que possam continuar a fazer seu trabalho. Não necessariamente uma medida de apoio para a trabalhadora do sexo é uma medida de saída do trabalho do sexo. Sua fala vai refutar a posição das feministas radicais de que as trabalhadoras do sexo devem sair do trabalho do sexo.

#### **4.21. A decisão de sair do trabalho do sexo é da trabalhadora do sexo**

Retomando a discussão colocada por Eduarda, e também muito cara às feministas que discutem o trabalho do sexo, as trabalhadoras do sexo me dizem que a decisão de sair do trabalho do sexo é delas. Como foi delas a decisão de entrar no trabalho do sexo, a decisão de sair dele é, pois, delas também. Ou seja, elas são sujeitos de escolhas que devem ser respeitadas.

Margarida e Isabel dizem isso explicitamente:

*“Se for trabalhadora de sexo, coragem se quer sair do trabalho de sexo, tudo o caminho é para frente, porque no trabalho de sexo você não consegue tirar ninguém, para conseguir tirar é ela é quem sabe”* (Margarida).

*“Cada uma escolhe sim, isso já depende de cada uma”* (Isabel).

As falas de Margarida e Isabel vão contra a abordagem das feministas radicais de que o trabalho do sexo deveria ser abolido e de que outras pessoas (no caso essas feministas) sabem melhor do que as próprias trabalhadoras do sexo o que é melhor para elas. Suas falas vão ao encontro das feministas e ativistas pró-prostituição sobre o direito de a

trabalhadora do sexo sair do trabalho do sexo ou permanecer nele se assim o desejar (UNAIDS, 2010).

#### 4.22. Sonhos para o futuro

A associação das mulheres com casamento e suas próprias expectativas de conjugalidade vão aparecer em vários momentos de suas vidas, desde suas infâncias. E é retomada quando me contam de seus sonhos para o futuro.

Tabela 4.22.1: Sonhos para o futuro

Margarida	<i>Na minha família, dois irmãos meus casaram-se, eu assisti dois casamentos em minha casa. Então eu me pergunto: elas também são mulheres como eu, por que eu não posso casar? Todo mundo que casa não tem duas cabeças ou dois sexos, espero que um dia também acontece comigo.</i>
Eduarda	<i>Eu falo mesmo, porque não sou gatuna, trabalho. E também no meu coração, antes de fechar os olhos, vou casar com branco, mesmo quando vou ficar velha. Vou casar com branco, vai mim meter aliança nas mãos.</i>
Fátima	<i>Pela vida que eu levava, eu pensava em casamento e levar uma vida como as outras levam, mas ficava com suspeita que o homem nunca iria me levar a sério porque sabe a vida que faço...Graças a Deus a minha relação esta aí e ele quer e pretende me tirar do foco para me ajudar, mas esse é o meu serviço. Se ele estivesse a me ajudar, eu deveria ficar em casa, mas de momento eu tenho família e ele não trabalha. Tenho família e eu preciso formar meus filhos. Eu vou pela necessidade, mas, se ele estivesse a trabalhar e tivesse para mim, daí eu iria desistir. Faria um negócio em casa e iria sim desistir.</i>

Quando escuto Margarida, não posso furtar-me de lembrar as célebres palavras de Sojourner Truth: Eu não sou uma mulher? (*Ain't I a Woman?*). Se Truth estava a se comparar com mulheres brancas como uma mulher negra, Margarida está a se comparar

com mulheres que se encaixam em papéis mais tradicionais de gênero como uma trabalhadora do sexo. Ela me fala do seu sonho de se casar, assim como essas mulheres fizeram. O fato de ser trabalhadora do sexo não faz diferença, pois ela é mulher como as outras mulheres.

Eduarda também quer se casar. E mantém vivo seu sonho de criança de se casar com homem branco. Busca nos clientes um potencial marido. Assim como Margarida, também justifica seu direito a querer se casar, mas porque não rouba e trabalha. Quer dizer, o estigma da prostituta recai sobre elas, e elas se vêm na necessidade de justificar por que podem querer se casar como as outras mulheres, mesmo sendo trabalhadoras do sexo. Fátima também tinha o sonho de se casar e consegue realizá-lo, apesar de ser trabalhadora do sexo, pois imaginava que isso seria um impeditivo. Deixa claro que só permanece no trabalho do sexo por questão de necessidade econômica, na ausência da possibilidade de seu parceiro prover para ela e a família.

Esse desejo do amor romântico e por uma conjugalidade tradicional volta a aparecer em suas vidas, mesmo com todos os seus trânsitos para dentro e fora do trabalho do sexo e no âmbito dos papéis tradicionais de gênero. Isso é comum entre trabalhadoras do sexo (França, 2017).

As identidades das trabalhadoras do sexo, como as de qualquer pessoa, são complexas e compostas pela interação de diferentes dimensões como gênero, raça e, no caso delas, o trabalho do sexo, entre outras. Suas identidades não são um todo coeso: há espaços de aparentes inconsistências como a coexistência da normatividade de gênero com a quebra dessa normatividade em suas vidas, fato que se repete nas vidas delas (Taylor & Littleton, 2006).

#### **4.23. Sobre contar sua história de vida**

Ao final das entrevistas, as trabalhadoras do sexo partilham sobre a própria experiência de contar sua história de vida. Para todas, a experiência foi positiva. Não só porque ter

um espaço de escuta lhes faz bem, mas também porque se sentem orgulhosas de suas histórias de sofrimento, traumas e também superação.

Tabela 4.23.1: Sobre contar sua história de vida

Margarida	<i>Sinto-me feliz. Esse conhecimento que fui adquirindo até hoje consigo proteger os meus filhos e sei que minha filha não vai viver o mesmo.</i>
Eduarda	<i>Assim que contei, meu coração mesmo está como...(faz menção ao coração) você, senti como uma jornalista que está a te perguntar.</i>
Isabel	<i>Sentia que a minha família foi a culpada por eu estar nesse ramo ou nesse trabalho de sexo. Consoante o tempo, fui vendo que as coisas acontecem porque têm de acontecer epha! Há coisas que vêm por bem e outras para o mal. Então não tenho que julgar ou atribuir a culpa a ninguém, porque não foram elas que me disseram faz isso. Eu fiz porque era uma necessidade que eu tinha, porque me sentia com obrigação de apoiar e ajudar a minha família.</i>
Fátima	<i>Eu por mim falar assim ou com outra pessoa, não me sinto acanhada. É muito bom! Por exemplo, no foco, se tens problema em casa e vais contar numa colega, a colega que espalha então, só podemos contar naquela pessoa que confiamos.</i>

Para Margarida, o exercício de ter consciência da própria história é importante, pois assim pode dar oportunidades diferentes para seus filhos, especialmente sua filha, que não repetirá sua história, ou seja, ser trabalhadora do sexo. Ao colocar-me como jornalista, Eduarda se vê como uma pessoa cuja história é importante, tanto que faz menção ao coração para me mostrar como estava a se sentir. Fátima ressalta a questão da confiança, por isso não se sentiu constrangida.

Isabel faz uma reflexão sobre sua história, mostrando seu deslocamento de vítima (quando culpava sua família por ter entrado no trabalho do sexo) para uma condição de aceitação e redenção com relação aos acontecimentos de sua vida. Como diz Barbosa

(2003), quando uma pessoa reflete sobre sua história, o faz necessariamente com o seu olhar do presente, e isso altera a maneira como ela conta sua história.

A narração das histórias de vida das trabalhadoras do sexo e a maneira como elas se sentiram ao final foram influenciadas pela minha relação com elas e também pelo contexto de estarem inseridas no projeto LINKAGES. Espaços esses que extrapolam o momento da entrevista em si. Ou seja, elas estavam inseridas em um contexto em que podiam falar abertamente sobre ser trabalhadora do sexo, sendo que três delas eram educadoras de pares. Assim, elas já estavam acostumadas com esse exercício de se pensar como trabalhadora do sexo. O papel desse contexto intersubjetivo na história de vida que me contaram não pode ser menosprezado (Conde, 1999). Certamente, suas histórias seriam diferentes, caso estivessem diante de uma pesquisadora que não conhecessem ou que fossem trabalhadoras do sexo sem experiência de um projeto de HIV dedicado a elas.

Como vimos, as feministas radicais entendem que as trabalhadoras do sexo internalizam seu valor como objeto sexual, dissociando-se de si mesmas como pessoas. Não seriam mulheres em totalidade, mas reduzidas a seres sexuais submissos (Grant, 2014). As trabalhadoras do sexo entrevistadas de maneira nenhuma se encaixam nesse perfil. E aqui me alinho com o feminismo pró-prostituição. Suas histórias são ricas em experiências. Não são só trabalhadoras do sexo, mas mulheres que sonham, que acreditam, que sofrem, que superam, que vivem.

Suas histórias refletem histórias de trabalhadoras do sexo africanas e de outros países do mundo. Experienciam um continuum de experiências entre coerção e liberdade no desempenho do seu trabalho. Percebem o componente de exploração e desejam sair do trabalho do sexo. Ao mesmo tempo, encontram liberação nele, devido à autonomia econômica (Mgbako, 2016; Yingwana, 2018).

## 5. Conclusões

As histórias de vida de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima nos trouxeram um universo riquíssimo de experiências. Experiências essas localizadas em função de raça, classe social, nacionalidade, gênero, ocupação, onde esse caleidoscópio de marcadores sociais ganha contornos particulares na vida de cada uma (Rich, 2002). Imagino que o leitor dessa investigação tenha se familiarizado com cada uma delas até aqui.

Mas será que, por serem justamente “localizadas”, suas histórias de vida permitem um entendimento mais amplo do fenômeno social “trabalho do sexo” aqui em debate? Em que medida podemos revisitar discussões feministas a partir desse olhar individual? Em que medida as conclusões dessa investigação podem ser generalizadas?

Esses questionamentos refletem críticas comumente feitas às histórias de vida como método (López-Lago, 2007). Sabemos que as histórias de vida nos dão uma perspectiva sobre fenômenos sociais, considerando que esses não existem por si mesmos, mas se presentificam na experiência das pessoas. Assim, cada pessoa dá um sentido próprio a eles (Muñoz, 1992). Ao final, as identidades pessoais são um terreno subjetivo onde o individual e o social “inter-são” (Taylor & Littleton, 2006).

### 5.1 Resumo das principais conclusões acerca do trabalho do sexo

Portanto, as histórias de vida de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima nos trazem, sim, insumos importantes para se pensar o fenômeno social “trabalho do sexo” e as discussões feministas acerca dele. Em resumo, elas nos trouxeram os seguintes pontos:

- Trabalho do sexo é trabalho;
- As trabalhadoras do sexo têm agência sobre sua entrada, permanência, saída e retorno ao trabalho do sexo;
- Suas escolhas com relação ao trabalho do sexo se dão em um contexto adverso de pobreza, desestrutura familiar, vulnerabilidade social, ausência de oportunidade escolar e de oportunidades de trabalho, desigualdade de gênero, na forma de responsabilidades

domésticas desde a infância e responsabilidades familiares pelos filhos (sendo muitas delas as únicas provedoras);

- A necessidade econômica é a principal razão para o trabalho do sexo, sendo que este representa uma possibilidade de renda fácil e mais acessível;

- Elas navegam a objetificação sobre seus corpos: ao mesmo tempo em que contribuem para ela, também a utilizam em benefício próprio;

- O trabalho do sexo também é um contexto de violência, experiências adversas, lesões corporais e emocionais;

- Mas também lhes permite fazer escolhas significativas em suas vidas: sair de contextos familiares violentos; sair de relações que não desejam mais; prover para si e seus filhos e lhes dar oportunidades de vida que elas próprias não tiveram;

- A normatividade de gênero está presente em suas vidas desde suas infâncias.

Experienciam quebra das normas de gênero (autonomia econômica, trânsito no espaço público, remuneração pelo sexo, sexo sem afeto e múltiplos parceiros) ao mesmo tempo em que anseiam se enquadrar nos ideais de domesticidade na forma do casamento, cuidado da casa e dos filhos;

- Experienciam uma gama de emoções no trabalho do sexo, desde repulsa, traumas, sofrimento, mas também amor, prazer e afeto;

- Têm uma experiência de sexualidade para além da que experienciam no trabalho do sexo. Experienciam emoções e sentimentos com seus parceiros íntimos que as nutrem e trazem felicidade;

- As trabalhadoras do sexo são sujeitos, têm condições de elaborar e dar sentidos às suas experiências, reconstróem significados ao revisitar suas histórias;

- Elas gostariam de ter outras oportunidades de vida em termos de educação e qualificação;

- Suas percepções acerca de si como trabalhadoras do sexo são mediadas pelo estigma da prostituta e pelos ideais da domesticidade e feminilidade. Justificam o trabalho do sexo a partir do sacrifício pelas suas famílias e filhos;

- Elas não têm uma articulação mais elaborada sobre o trabalho do sexo e trabalhadoras do sexo do ponto de vista político, mas trazem sugestões pontuais de medidas de apoio para trabalhadoras do sexo.

Ao final, os pontos que trazem se alinham mais com posicionamentos trazidos pelas feministas pró-prostituição. Contudo, mais do que defender uma vertente ou outra, meu objetivo com a análise das histórias de vida foi criar um bordado entre essas vertentes.

Que recomendações práticas para trabalhadoras do sexo como um todo podemos depreender a partir de suas histórias de vida?

## **5.2. Recomendações para ação**

Um primeiro ponto a considerar é que as trabalhadoras do sexo e suas famílias, sendo pessoas em situação de desvantagem em função de estruturas de desigualdade social como raça, gênero, nacionalidade, precisam de medidas de apoio para que possam superar sua condição de pobreza, exclusão social e desigualdade. É uma questão de justiça social.

Neste sentido, medidas de enfrentamento à pobreza podem beneficiar as trabalhadoras do sexo e suas famílias e também podem concorrer para que muitas meninas não tenham que recorrer ao trabalho do sexo para suplementar a renda familiar. Não posso deixar de furta-me aqui de fazer menção a programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa-Família no Brasil, em que o benefício é dado mediante uma série de condicionalidades, como o cumprimento do esquema de vacinação de crianças e a frequência escolar.

Entretanto, penso que o acesso delas a esse tipo de programa social tem que ser facilitado por terceiros. Imagino que o estigma em função de serem trabalhadoras do sexo e o receio de serem “descobertas” as desencorajam de procurar os canais institucionais. A questão da ausência de documentos, ausência de informação e analfabetismo também são barreiras que inviabilizam o acesso dessas mulheres a benefícios sociais. Assim, programas de apoio a trabalhadoras do sexo poderiam

intermediar esse acesso, auxiliando-as na regularização de seus documentos, oferecendo informação sobre os benefícios sociais de que poderiam fazer uso, facilitando o transporte e até mesmo acompanhando-as aos locais que disponibilizam tais benefícios.

Um outro ponto que aparece em suas falas é a questão da educação como sendo fundamental para que possam ter outras oportunidades em suas vidas. Programas de alfabetização, qualificação em outros ofícios, programas de apoio ao retorno à escola podem ser algumas opções.

As falas das entrevistadas reforçam a importância de projetos, como o LINKAGES, de intervenções de saúde dedicadas a elas (e a outras populações-chave), que adotem enfoque comunitário e de educação horizontal entre pares. Lembremos que, se não fosse o LINKAGES, Margarida, Isabel e Fátima não teriam tido acesso a informações e métodos de prevenção do HIV.

A questão de sair ou não do trabalho do sexo não deveria ser o objetivo final de qualquer intervenção. Elas foram claras quando afirmaram que a decisão de sair do trabalho do sexo é da trabalhadora do sexo, e essa escolha deve ser respeitada. A meu ver, o objetivo das intervenções destinadas a elas é dar-lhes mais recursos para que tenham um leque mais ampliado de opções disponíveis a elas.

Engrosso o coro das pessoas que defendem a descriminalização do trabalho do sexo. Ela é fundamental para que as trabalhadoras do sexo possam exercê-lo sem violência, sem estigma, sem marginalização. Para esse fim, a descriminalização deve vir acompanhada de intervenções, tais como ações de conscientização da polícia e políticas de promoção dos direitos das trabalhadoras do sexo (UNAIDS, 2010).

Seja como for, é importante considerar que qualquer medida de apoio destinada a elas deve contar com sua participação. Como eu escutava em Angola, *nada para nós, sem nós*.

Eu aprendi também com Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima que as trabalhadoras do sexo querem escuta. Escuta não só como trabalhadoras do sexo, mas como mulheres que sofrem, acreditam, sonham. Em um contexto de marginalidade, em que sua própria

existência é constantemente desrespeitada e diminuída por suas famílias, polícia, clientes, comunidade. O exercício da escuta por si mesmo valida suas vidas. Sim, elas existem; sim, elas importam.

Neste sentido, como nos coloca Isabel, é importante que as trabalhadoras do sexo tenham acesso a espaços de apoio mútuo e de solidariedade, para que elas próprias possam se dar essa escuta. Contudo, é mais difícil para trabalhadoras do sexo como Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima, mais vulneráveis sócio e economicamente, se mobilizarem como coletivo. Estes espaços de apoio precisam, portanto, ser patrocinados externamente (por ONGs, programas internacionais, Governos), pelo menos de início. Um espaço que seja delas, para elas e por elas. Para que possam partilhar suas dores, seus desafios e falar abertamente de suas experiências como trabalhadoras do sexo. Para além desses espaços delas, há que se dar às trabalhadoras do sexo plataformas que elevem suas vozes (ICRSE, 2016; Mgbako, 2016).

### **5.3. Ser sujeito de privilégio: o incômodo necessário**

Nesse ponto, dialogo com Spivak quando ela fala da importância de dar espaço de fala para os subalternos. Subalterno aqui entendido como uma pessoa que ocupa uma posição social de desvantagem devido à classe, gênero, ocupação, raça, como no caso das trabalhadoras do sexo. Spivak convoca os sujeitos de privilégio (como eu como investigadora) a abrir espaços estratégicos para que subalternos possam falar, que, de outra maneira, não teriam acesso a eles (Bebiano, 2013; Huddleston, 2015).

Quando dei oportunidade para que as trabalhadoras falassem, estava a abrir-lhes um espaço de fala na minha investigação. Foi um espaço em que tiveram voz (Criado, 1997). Entretanto, minha investigação, que será partilhada no mundo acadêmico, consiste não só das falas delas, mas de minhas interpretações e análises acerca das suas histórias. De certa forma, quando assim o faço, estou a representá-las no mundo acadêmico, onde, de outra maneira, suas vozes não seriam escutadas.

Caio, então, no que Spivak considera como duplo vínculo, que é o paradoxo inescapável do sujeito de privilégio: ele fala pelo subalterno, o que pode ser uma apropriação, mas, ao mesmo tempo, deixar de falar em nome dele (subalterno) significa omitir-se de utilizar o espaço de privilégio para fazer vozes subalternas serem ouvidas (Huddleston, 2015). A autora aprofunda sua reflexão ao se questionar como esse exercício de falar pelo subalterno pode ser feito pelo sujeito de privilégio de maneira a auxiliar a emancipação daquele (Bebiano, 2013). Esse é um processo que exige constante reflexão. Exige permanecer com um incômodo interno. Fazer desse incômodo o motor para se abrir para uma escuta mais apurada (Huddleston, 2015).

Na minha relação com as trabalhadoras do sexo entrevistadas e com as outras com quem trabalhei, esse incômodo sempre esteve presente. Esse lugar sempre me demandou uma reflexão constante sobre minhas ideias, opiniões e posicionamentos. Sempre demandou muito diálogo com elas para checar se minhas interpretações faziam sentido. Esse exercício de me pensar como sujeito de privilégio na relação com elas sempre envolveu um constante “não-lugar” interno, contextualizado no âmbito impermanente dessa relação (Huddleston, 2015).

Aqui chego a mais uma lição aprendida sobre a necessidade de reflexão constante por parte de investigadores em um lugar de privilégio frente aos sujeitos de pesquisa que sejam subalternos na definição de Spivak. Faço eco às preocupações de Rich (2002), quando chama a atenção para a necessidade de se pensar a própria localização (no meu caso, como mulher, branca, com escolaridade alta, estrangeira, com renda alta, em uma posição sênior no projeto), para que o conhecimento produzido não seja demasiadamente localizado, a ponto de ser míope à experiência do outro. Em suas palavras, para poder olhar sabendo ver, ouvir, sabendo escutar.

#### 5.4. Contribuições da presente investigação e sugestões de investigações futuras

Como vimos no capítulo 2.2.5, existe uma escassez de investigações sobre trabalhadoras do sexo africanas, marcada pelo silêncio de autoras feministas africanas sobre o tema do trabalho do sexo. Por consequência, não é incomum que as trabalhadoras do sexo africanas sejam estereotipadas como desempoderadas e passivas (Mgbako, 2016; Yingwana, 2008). Penso que essa investigação contribui para a produção de conhecimento sobre a realidade das trabalhadoras do sexo no Continente Africano, em especial em Angola, onde há poucos registros de investigações similares. Nas narrativas de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima estão também histórias de tantas outras mulheres no trabalho do sexo na Região.

Penso que, embora esta investigação não se enquadre em um feminismo negro (pelo fato óbvio de que eu não sou negra), espero que ela traga contribuições relevantes para ele. O presente trabalho contribui também para uma produção de conhecimento feminista “do Sul”, sendo eu sul-americana realizando uma investigação em um país africano. Neste sentido, torço também para que minhas perspectivas contribuam para um feminismo mais plural e diverso (Cunha, 2012). Acima de tudo, espero que esta investigação possa reverberar na vida das trabalhadoras do sexo. Para tanto, uma vez finalizada, irei disseminar esta investigação junto a ONGs, organizações internacionais e do Governo que prestam assistência a trabalhadoras do sexo em Angola. Se possível, podemos pensar em espaços de discussão em que as próprias trabalhadoras do sexo possam participar.

É claro que a presente investigação não visa esgotar a discussão sobre trabalho do sexo, mas estou certa de que trará contributos para as discussões feministas a partir do recorte de histórias de vida. Há limitações devido à impossibilidade de abarcar outras discussões possíveis dentro do tema do trabalho do sexo no contexto africano. Deixo, então, as seguintes sugestões para investigações futuras.

É preciso realizar investigações específicas com outros grupos de trabalhadoras do sexo para além de mulheres cisgênero heterossexuais, tais como mulheres transgênero, pessoas queer e gays e lésbicas. Suas realidades, em função da interseccionalidade do trabalho do sexo com identidade de gênero e orientação sexual não hegemônicas (carregadas de estigma), acrescentam nuances a sua experiência no trabalho do sexo e merecem um olhar próprio. No meu trabalho em Angola, por exemplo, eu via que o trabalho do sexo é a realidade para a maior parte das mulheres trans e também para muitos homens que fazem sexo com homens e homens gays. Sua participação, entretanto, em espaços de trabalhadoras do sexo é restrita, embora tenham acesso a espaços de discussão como mulheres trans ou como homens gays. Mesmo nestes espaços específicos, a discussão de sua experiência no trabalho do sexo nem sempre acontece. Assim, suas demandas específicas com relação ao trabalho do sexo ficam invisibilizadas.

É preciso realizar investigações que levantem diferentes contextos do trabalho do sexo considerando a definição ampliada de mercado do sexo, como vimos no capítulo 2.1 (Piscitelli, 2016). Em um país marcado pela desigualdade social e pobreza, como é o caso de Angola, o sexo transacional parece ser uma opção comum. Entretanto, a realidade das pessoas nesta condição permanece oculta, dificultada pelo fato de que as pessoas que se engajam neste tipo de trabalho do sexo nem sempre têm claro que é trabalho do sexo, como vimos na história de Isabel. Não são alcançadas por programas destinados a trabalhadoras do sexo. Uma investigação neste sentido, portanto, pode auxiliar na ampliação do entendimento do trabalho do sexo e alcançar pessoas que seguem desassistidas.

Um outro ponto que merece atenção é o trabalho do sexo realizado por meninas. Seu contexto é mais complexo, pois remete a discussões no âmbito dos direitos da infância. Qualquer investigação com elas seria muito delicada, pois se estaria a investigar situações de exploração sexual de menores.

## 5.5. Por fim, mas não menos importante: quem é feminista?

No capítulo 2.2, fiz uma breve discussão sobre definições de feminismo. Apesar de não haver consenso, essas definições focam no feminismo como um movimento político de mudança social de estruturas baseadas em desigualdades de gênero (entre homens e mulheres). Nessa linha, uma feminista, portanto, seria uma mulher que seria uma ativista em prol da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, mesmo que não haja consenso com relação à definição de mulher (MacBride & Mazur, 2008).

Com minha convivência com as trabalhadoras do sexo (e a presente investigação faz parte desse contexto), meu entendimento de feminismo começou a se ampliar, transitar de um contexto macropolítico social para o contexto microindividual. Ou seja, me fez pensar como o feminismo e o ser feminista se presentificam e são experienciados no dia a dia das mulheres.

Fato é que a maior parte das mulheres no mundo não se encaixa necessariamente na definição de feminista acima descrita. Talvez a maior parte nunca tenha nem entrado em contato com discussões políticas sobre feminismo, nem tenha a tal consciência de gênero, ou seja, o entendimento de que as desigualdades entre homens e mulheres sejam fruto de desigualdades socialmente construídas (Fougeyrollas-Schwebel, 2009; MacBride & Mazur, 2008).

Mas isso não significa que elas não sejam feministas. Como?

Aqui retomo a seguinte passagem de Cunha (p. 10, 2010) já discutida no capítulo 2.2.6:

*“Meu argumento é que a emancipação das mulheres está intrinsecamente relacionada com os seus poderes. Poder enquanto energia e força; poder enquanto competência e capacidade; poder enquanto autoridade, legitimidade e reconhecimento; poder enquanto resistência ao sofrimento; poder enquanto antagonismo à dominação e às dificuldades. Ainda que uma parte relevante destes poderes se exerça nos obscuros e ambíguos espaços da família e da espiritualidade.”*

Quando a autora fala de emancipação feminina, me ajuda a articular uma visão mais ampliada do feminismo, que se aproxima mais da realidade que experienciei com as trabalhadoras do sexo e que passa a ecoar na minha vida também. Ou seja, ser feminista é também lidar com a desigualdade de gênero no dia a dia da vida, presente em atos “micros”, que fazem sentido no contexto individual, mas que não têm necessariamente consequência na estrutura de desigualdade de gênero coletiva.

Estes atos “micros” como chamo aqui, na linha de Cunha (2010), envolvem atos individuais de resistência à dominação masculina, ainda que muitas vezes não sejam visíveis por se passarem no espaço subjetivo interno. Vi o mesmo nas histórias de Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima: quando elas fazem a negociação no trabalho do sexo, quando elas decidem entrar, sair, retornar e permanecer no trabalho do sexo. Quando elas decidem usar seus corpos para manipular o desejo do cliente. Quando elas têm autonomia econômica. Quando elas têm autodeterminação sexual ao fazerem sexo com quem e como quiserem. Ou seja, com estes atos, elas estão a desafiar as desigualdades de gênero, mesmo sem ter consciência que o estão a fazer. Elas estão, em suas próprias vidas, sendo feministas.

Para ilustrar esse ponto, trago um trecho do filme, “Filhas do Sol”<sup>28</sup> (Husson, 2018), em que a mulher guerrilheira curda fala a suas companheiras de luta sobre vitória, que pode ser também entendida como resistir a desigualdades de gênero:

*“Você é capaz de tudo. Sua mera presença é uma vitória. O ato de recusar a opressão é uma vitória. Lutar é uma vitória.”*

Mas ser feminista é viver as contradições bem expostas pelas trabalhadoras do sexo do estudo de Yingwana (2018). Não é possível ir contra as desigualdades de gênero todo o tempo em nossas vidas. Fazemos escolhas, conscientes ou não, que reforçam as desigualdades de gênero que sofremos e até nos submetemos muitas vezes, para usar

---

<sup>28</sup>Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=swq\\_KU\\_sIKw&list=PLfGPaTzoTVwxkRFkN612yRo5q\\_W9ta1M8&index=38](https://www.youtube.com/watch?v=swq_KU_sIKw&list=PLfGPaTzoTVwxkRFkN612yRo5q_W9ta1M8&index=38)

uma palavra de Cunha (2010). Ora, Margarida, Eduarda, Isabel e Fátima ilustram isso. Em que pese a liberdade que vivem a partir do trabalho do sexo, retornam a papéis tradicionais de gênero no âmbito de seus relacionamentos. E cada mulher, eu mesma incluída, pode identificar esse tipo de contradição em sua vida.

Fazendo, então, um bordado entre essa perspectiva individual feminista com definições do feminismo colocadas no capítulo 2.2, posso concluir que o feminismo pode ser visto como um espectro que vai desde o resistir à desigualdade de gênero no âmbito individual até o atuar como militante em um espaço político coletivo de mudança de estruturas sociais baseadas em desigualdades de gênero. Tem feminismo para todo mundo. E o feminismo é necessário para todo mundo. Ao final, nas palavras de Adichie (2014), todos nós (mulheres e homens também) deveríamos ser feministas.

## 6. Referências Bibliográficas

- ADICHIE, C.N. (2014). *We should all be feminists*. Fourth State.
- ANDERSON, S.A. (2002). Prostitution and sexual autonomy: Making sense of the prohibition of prostitution. *Ethics*, 4, 748-780.
- BARBOSA, M. F. (2003). Experiência e narrativa. EDUFBA.
- BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições.
- BEBIANO, A. (2013). Gayatri Spivak- a teoria como prática de vida. In UNIPO, *Pensamento Crítico Contemporâneo* (pp. 378-398). Edições.
- BERNSTEIN, E. (2008). O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. *cadernos pagu*, 31, 315-362.
- BORNAT, J. (2008). Biographical methods. In Alasuutari, P., Bickman, L. & Brannen, J. (Eds), *The Sage Handbook of Social Research Methods* (pp. 344–356). Sage.
- BUNGAY, V., HALPIN, M., ATCHISON, C. & JOHNSTON, C. (2011). Structure and agency: reflections from an exploratory study of Vancouver indoor sex workers. *Culture, Health & Sexuality*, 13(1), 15–29.
- CARMO, H (2013). Sistemas de orientação na pesquisa: formulação de objetivos, hipóteses e modelo de análise. In *Manual de metodologia das ciências sociais e políticas*. ISCSP/UTL, no prelo.
- CONDE, I. (1999). Biografia: Confronto com as Ilusões. *Fórum Sociológico*, 1-2, 2013-219.
- COSTA, C. L. de (1998). “O Tráfico do Gênero”. *cadernos pagu*, 11, 127-140.
- COSTA, C. de L. & ÁVILA, E. (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, 13(3), 691-703.
- CRIADO, M. J. (1997). Historias de Vida: El Valor del Recuerdo, el Poder de la Palabra. *Migraciones*, 1, 73-120
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Feminista*, 1, 171-188.
- CUNHA, T. (2010). Zimpeto: O mercado abastecedor da arte de pensar e o Museu de Reinata que é ou não uma mulher emancipada? (porque ninguém se lembraria de perguntar se a Paula Rego é ou não uma mulher emancipada). *Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC*, 4.
- DELMAR, R. (2001). What is feminism? In Herrmann, A. C & Stewart, A. J. (Eds), *Theorizing Feminism* (p. 8-33). Routledge.
- DELPHY, C. (2009). Patriarcado (teorias do). In Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 173-178). Editora UNESP.
- DWORKIN, A. (1993). Prostitution and Male Supremacy. *Michigan Journal of Gender & Law*, 1(1).
- GATENBY, B. & HUMPHRIES, M. (2000). Feminist participatory action research: Methodological and ethical issues. *Women’s Studies International Forum*, 23(1), 89–105.
- GLOBAL NETWORK OF SEX WORK PROJECTS (NSWP) (2000). *Empowerment of sex workers & HIV prevention*. <https://www.nswp.org/resource/nswp-publications/research-sex-work-3-empowerment>
- GLOBAL NETWORK OF SEX WORK PROJECTS (NSWP) (2015). *Sex Work is Work*. [https://www.nswp.org/sites/default/files/R4SW%202015\\_issue14\\_PDFV.pdf](https://www.nswp.org/sites/default/files/R4SW%202015_issue14_PDFV.pdf)

- GOMES, C. & SORJ, B. (2014). Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 443-447.
- GRANT, M. G. (2014). *Playing the whore. The work of sex work*. Verso.
- FARLEY, M. (2003). Prostitution and the Invisibility of Harm. *Women & Therapy*, 26(3/4), 247-280.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. (2009). Movimentos Feministas. In Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 144-149). Editora UNESP.
- FRANÇA, M. (2015). Expressão e produção de emoções no comércio do sexo. *Clínica & Cultura*, 5(1), 46-58.
- FRANÇA, M. (2017). A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 25, 134-155.
- FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia*. Paz e Terra.
- JEFFREYS, S. (2009). Prostitution, trafficking and feminism: An update on the debate. *Women's Studies International Forum*, 32, 316–320.
- HUDDLESTON, G. (2015). An Awkward Stance: On Gayatri Spivak and Double Binds. *Critical Literacy: Theories and Practices*, 9(1), 17-28.
- HUSSON, E. (Director). (2018). *Filhas do Sol*. [Filme]. Wild Bunch Distribution, Cinéart.
- INTERNATIONAL COMMITTEE ON THE RIGHTS OF SEX WORKERS IN EUROPE (ICRSE) (2016). *Feminism needs sex workers, sex workers need feminism: towards a sex-worker inclusive women's rights movement*.  
<https://www.nswp.org/sites/default/files/Feminism%20Needs%20Sex%20Workers%2C%20Sex%20Workers%20Need%20Feminism%2C%20ICRSE%20-%202016.pdf>
- KABEER, N. (1999). Resources, Agency, Achievements: Reflections of the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30, 435-464.
- LALANDA, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, 33(148), 871-883.
- LAVENDER, C. J. (1998). *Notes on the Cult of Domesticity and True Womanhood*. Consultado em 30 Março de 2022.  
<https://csivc.csi.cuny.edu/history/files/lavender/386/truewoman.pdf>
- LINKAGES Angola. (2019a). O Projecto LINKAGES em Angola. [Factsheet].
- LINKAGES Angola. (2019b). Quando a Polícia se Torna Aliada na Protecção das Populações-Chave. [Factsheet].
- LÓPEZ-LAGO, L. (2007). Testimonio Oral e Historia. *Revista Científica*, 8, 65-78
- MARTIN, N. K. (2007). Porn Empowerment: Negotiating Sex Work and Third Wave Feminism. *Atlantis*, 31(2), 31-41.
- MATHIEU, N.C. (2009). Sexo e gênero. In Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 222-230). Editora UNESP.
- MCBRIDE, D. E. & MAZUR, A. G. (2008). Women's movements, feminism, and feminist movements. In: Goerts, G. & Mazur, A.G, *Politics, Gender, and Concepts: theory and methodology* (pp. 219-243). University Press.
- MGBAKO, C. (2016). *To Live Freely in This World: Sex Worker Activism in Africa*. New York University Press.
- MUÑOZ, J.J.P. (1992). *El Método Biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*. Centro de Investigaciones Sociológicas.

- OLIVEIRA, A. (2013). Prostituição Feminina, Feminismos e Diversidade de Trajetórias. *Ex æquo*, 28, 17-30.
- OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. (2008). *Rights Not Rescue: A Report on Female, Trans, and Male Sex Workers' Human Rights in Botswana, Namibia, and South Africa*. <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/rights-not-rescue-report-female-trans-and-male-sex-workers-human-rights-botswana-namibia-and>
- OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. (2015). *10 Reasons to Decriminalize Sex Work: a reference brief*. <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/ten-reasons-decriminalize-sex-work>
- PEACOCK, J. & HOLLAND, D. (1993). The Narrated Self: Life Stories in Process. *Ethos*, 21(4), 367-383.
- PISCITELLI, A. (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *cadernos pagu*, 47.
- PINTO, T. (2012). Domesticidade Feminina. Um paradigma historicamente recente. [Slides de Power Point].
- RAMAD, R. (2020). *How white feminism betrays women of colour*. Trapeze.
- RIBEIRO, F. M.V. (2015). É possível consentir no mercado do sexo? o difícil diálogo entre feministas e trabalhadoras do sexo. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 2(2), 17-29.
- RICH, A. (2002). Notas para uma política de localização. In Macedo, A.G. (org.), *Gênero, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo* (pp. 15-35). Edições Cotovia.
- RICHTER, M. (2012). Sex Work as a test case for African feminism. *BUWA!*, 2(1), 62-74.
- SCOULAR, J. (2004). The 'subject' of prostitution: Interpreting the discursive, symbolic and material position of sex/work in feminist theory. *Feminist Theory*, 5, 343-355.
- SILVA, C. (2015). Inquietações Feministas: desafios metodológicos e epistemológicos nos processos de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, 1(21), 385-421.
- SMITH, J & Mac, J. (2018). *Revolted Prostitutes. The Fight for Sex Workers' Rights*. Verso.
- TAT, J. (2009). Movimento Sociais. In Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 149-154). Editora UNESP.
- TAYLOR, S. & LITTLETON, K. (2006). Biographies in talk: A narrative-discursive research approach. *Qualitative Sociology Review*, 2(1), 22-38.
- UNAIDS (2012). *UNAIDS guidance note on HIV and sex work*. [https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/JC2306\\_UNAIDS-guidance-note-HIV-sex-work\\_en\\_0.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/JC2306_UNAIDS-guidance-note-HIV-sex-work_en_0.pdf)
- USAID & UNDP (2019). Carregue seus Direitos Consigo. Guia prático de direitos à luz da legislação angolana. [LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS - Google Drive](#)
- VALA, J. (1999). A Análise de Conteúdo. In Silva, A.S. & Pinto, J.M. (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Edições Afrontamento.
- YINGWANA, N. (2018). "We Fit in the Society by Force". *Meridians*, 17 (2).
- WEITZER, R. (2005). New directions in research on prostitution. *Crime, Law & Social Change*, 43, 211-235